

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

O tramado, a pena e as tropas: família, política e negócios do casal Domingos José de
Almeida e Bernardina Rodrigues Barcellos.
(Rio Grande de São Pedro, Século XIX)

Carla Menegat

Porto Alegre, janeiro de 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

O tramado, a pena e as tropas: família, política e negócios do casal Domingos José de
Almeida e Bernardina Rodrigues Barcellos.
(Rio Grande de São Pedro, Século XIX)

Carla Menegat

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título
de Mestre em História.

Orientador: Prof. Cesar Augusto Barcellos Guazzelli.

Porto Alegre, janeiro de 2009.

A uma noite fria de outono, onde um
desafio foi lançado numa mesa de café.

Agradecimentos

Muitas pessoas passaram por mim e deixaram algo que contribuiu para que o resultado fosse este. A prisão do papel e o cansaço da memória farão com que algumas não sejam citadas, o que não diminui seu mérito, apenas não lhes dará posteridade.

Inicio meus agradecimentos a este Programa de Pós Graduação e ao CNPq, pela bolsa concedida ao longo dos 24 meses do curso, sem a qual essa pesquisa não seria possível. Além disso, o auxílio prestado pelos professores foi de imensa valia não só para a conclusão da pesquisa como também para minha formação.

Aos colegas que ingressaram comigo essa jornada, especialmente os amigos que tornaram as tardes agradáveis ao evitar falar do “impronunciável”, mas sempre falando. Marquito, Fernanda, Cássia, Fred, Diego e Tiago, não só agradeço como me felicito de ter passado tão bons momentos com vocês.

Ao meu orientador, professor Cesar Guazzelli, meus agradecimentos por ter aceitado a tarefa, pelos desafios sempre colocados, pela compreensão das dificuldades e pela condução calma e alegre dos trabalhos. Certamente essa dissertação seria infinitamente menos elaborada se não fosse a constância do debate que estabelecemos.

Ainda, houve os amigos de vários lugares e momentos. Mário San Segundo que desde sempre me deu pouso e orientação em Pelotas, junto com Cláudia. Vocês são uma segunda família para mim. Aos amigos da Horda da História pela sua permanente amizade, especialmente Sílvia, que dedicou seu tempo para me ajudar nas revisões e ao

Paulinho e ao Charles que em diferentes momentos me emprestaram suas câmeras e leram trechos deste trabalho e à Helena Oliveira por ter traduzido o resumo em abstract. Mas mais do que tudo, por que vocês me lembravam que existia vida e me levavam a ela. Anelice, obrigado pelas palavras doces e saídas para dançar e pela ajuda na reta final no arquivo. À Diana, que sempre me acolhe docemente no Rio e pela amizade sólida que resiste ao espaço que nos separa.

Aos novos amigos que surgiram ou nesse meio tempo. Taís, obrigado pelos livros emprestados e pelas cervejas compartilhadas. Gérson e Vanderlise, que me acolheram em Rio Grande e me divertiram. Adriano que me emprestou livros nunca dantes vistos por mim. E Simone, por todos os papos, sushis, vinhos, saídas para dançar ou simplesmente opiniões na mudança.

Aos descendentes de Domingos e Bernardina, que me deram informações valiosas. Obrigado Ana Luísa, Carmem, José e Dona Maria José. Também ao Dr. Fábio Albernaz, que se empenhou em conseguir o acesso ao inventário de Domingos José de Almeida.

Quase que por fim, agradeço a todos os funcionários dos arquivos por onde passei. Dentro dos seus limites, todos foram muito solícitos aos meus muitos pedidos intermináveis.

E agora sim, por fim, aos principais responsáveis por este trabalho, meus pais. Teolinda e Crespim, sempre serão meu referencial, através das experiências que me proporcionaram influenciaram tudo o que faço. Se não há qualquer semelhança entre meus interesses e suas vivências, nada mais é que o resultado da confiança que me passaram em buscar o distinto, o desconhecido, da coragem para enfrentar desafios, do amor que permitiu que os seus desejos pudessem ser sacrificados para me apoiar. Cada página tem a sombra de suas presenças, e é a vocês dedicada.

Resumo

A presente pesquisa analisa a rede social do casal Domingos José de Almeida e Bernardina Rodrigues Barcellos, acompanhando a formação da elite charqueadora da Vila de São Francisco de Paula – ou Pelotas, como passaria a se chamar desde 1832 – e, através da identificação de mecanismos das redes sociais perceber estratégias familiares, políticas e econômicas que permitiram sua reprodução social. Percorrendo diferentes espaços de atuação dos indivíduos, a análise se orientou pela percepção de que as relações sociais e sua posição dentro do contexto em que se constituem garantiram um espectro de opções apenas compreensíveis dentro deste conjunto, e intimamente relacionada com a mobilidade social dos sujeitos. Assim, categorias agregativas como Império e Província, política, família e negócios, ou local e central, passam a ser mensuradas pela capacidade de manejo que adquirem nas interações entre os espaços e entre os indivíduos, possibilitando que a participação em movimentos como a Revolução Farroupilha, ou sociedades comerciais sejam compreendidos como parte da diversificação de atuações sociais necessária na sociedade do Rio Grande de São Pedro do século XIX.

Abstract

The present research analyzes the social network of the couple Domingos José de Almeida and Bernardina Rodrigues Barcellos, following the formation of the elite of *charque* (dried salted meat) producers from the Village of São Francisco de Paula, renamed to Pelotas in 1832. It also identifies the social network mechanisms and, through that, observes the political, economical and family strategies that allowed their social reproduction. Covering different performance spaces of individuals, the analysis was guided by the concept that the social relationships and their position in the context where they are constituted guarantees an array of options that can be only understood inside this ensemble. This is intimately related to the social mobility of the subjects. Thus, aggregative categories such as Empire and Province, politics, family and business, or local and central, start being measured by their dealing capacity, acquired in the interactions between spaces and individuals. These factors allow that the participation on movements like the Farroupilha Revolution or commercial societies be understood as part of the diverse social performances necessary to the Nineteenth-Century society from Rio Grande de São Pedro.

Sumário

Lista de Abreviaturas.....	11
Introdução	12
Capítulo I – Do local ao central, fios e redes.	
1.1 As elites, seus interesses e a formação do Estado Centralizado: algumas considerações conceituais para sociedades de Antigo Regime.	27
1.2. Relações sociais, vínculos de parentesco e mecanismos de reprodução social.....	28
1.3. Pelotas, o charque e os historiadores: breves apontamentos.....	45
1.4. Um Casamento na Vila de São Francisco de Paula: o universo de análise.....	49
Capítulo II - Um Casamento na Vila de São Francisco de Paula de Pelotas: elementos de uma estratégia familiar e a fundação da povoação.	
2.1 O povoado de Pelotas: “vem a ser o centro de todo o comércio deste grande espaço que elas circundam”.....	56

2.2 Os Rodrigues Barcellos e o investimento em um espaço para ser elite: a família e seus patrimônios.....	61
2.2.1 Compadres.....	64
2.2.2 Cônjuges.....	68
2.2.3 Devedores, credores e herdeiros.....	71
2.2.4 Linhagem: nome e sobrenome como localizador social.....	77
2.3 De ermo à Villa: os notáveis passam a ter local.....	81
2.3.1 Os fundadores.....	81
2.3.2 Os negócios dos homens da freguesia: em Pelotas e para Pelotas.....	88
2.3.3 De eleitor de paróquia a deputado provincial.....	91

Capítulo III - A Província, o Império e seus homens: laços que se estreitam e os que se soltam.....	96
---	----

3.1 Homens em armas contra o Império e pelo Império: legalistas e revoltosos, revoltosos e legalistas.....	99
3.2 Irmãos na maçonaria e debatedores na política: espaço de circulação de idéias e construção da divergência.....	105
3.3 As letras da República: os homens impressos e manuscritos.....	115
3.4 Abastecer as tropas, prover a República, manter família: negociações.....	124
3.5 Querida Bernardina: cuida de manter.....	141

Capítulo IV - Os legados, as heranças, as partilhas e as vantagens: reprodução e ruptura.....	158
---	-----

Conclusão.....	181
Fontes manuscritas.....	185
Fontes impressas.....	186
Bibliografia.....	188
Anexos	201

Lista de Abreviaturas

AHRS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

APERS – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

BN – Biblioteca Nacional

BPP – Biblioteca Pública Pelotense

FEE – Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul

Introdução

1.

Este trabalho se propõe a analisar a formação da elite charqueadora da Vila de São Francisco de Paula – ou Pelotas, como passaria a se chamar desde 1832 – e, através da identificação de mecanismos das redes sociais, identificar estratégias familiares, políticas e econômicas que permitiram sua reprodução social. Para tanto, optou-se por estabelecer a rede de relações sociais específica do casal Bernardina Barcellos de Almeida e Domingos José de Almeida.

No projeto que deu início a esta pesquisa a pretensão se concentrava em identificar o uso do gênero como um recurso dentro das redes sociais, porém o objeto acabou por se tornar mais amplo. Este enfoque não está de todo perdido, mas se encontra relacionado com os demais, encontrando assim uma maior coerência. Pode parecer que o contexto suprimiu tal preocupação, mas a busca por compreender como este tipo de relação se estabelecia e quais as possibilidades de uso estratégico descortinou uma série de outras questões que se tornaram extremamente pertinentes. Dentre estas especialmente as relacionadas à família e sua configuração passaram a ter maior relevo nessa investigação, juntamente com o estabelecimento de vínculos políticos e econômicos. A percepção de que a rede social era composta por outros recursos fez com que a atenção se voltasse a identificá-los e compreender seus usos,

transformando a presente pesquisa num estudo do lugar que os indivíduos analisados ocupavam nas redes em que estavam inseridos e de como suas escolhas transformaram ao longo do tempo sua posição e dialogicamente as redes.

Como a intenção se tornou identificar uma série de relações internas a tal grupo social, as relações externas passaram a ter outra importância: a de compreender qual o grau de dependência que este grupo tinha em relação aos demais e, particularmente, quais os códigos que permitiam sua diferenciação/identificação com tais grupos. Aliando-se a tal perspectiva, há uma grande atenção com os mecanismos de recrutamento e absorção de indivíduos externos ao grupo.

Dentro das relações internas, a transmissão de patrimônio como parte do processo de reprodução social compõe esse conjunto de análise, por carregar consigo um arranjo mais amplo, que envolve estratégias que atingem, em geral, um conjunto muito extenso de indivíduos, unidos ou não por laços de parentesco e que pode trazer consequências a longo prazo. Nossa compreensão de que o patrimônio transmitido não é apenas material, mas composto por um conjunto de insígnias sociais, nos leva a identificar esse patrimônio imaterial, e quando possível, percorrer o trajeto de sua construção.

2.

O uso qualitativo das fontes tem relação direta com o método de análise aplicado. A necessidade de identificar relações sociais e estabelecer seu rol obriga uma nova mirada sobre alguns documentos já utilizados por diversos historiadores do Rio Grande do Sul, e também o uso de outros pouco explorados até então.

Os registros paroquiais aqui analisados se encontram, em sua maioria, no Bispado de Pelotas. São livros de batismo, óbito e casamento, que compreendem o período de 1822 a 1835. Os registros de batismo foram analisados com especial atenção, por trazerem os nomes dos padrinhos, e com isso, explicitarem uma das relações mais significativas do estabelecimento parentesco por afinidade, o compadrio. Da mesma forma, os registros de óbito foram analisados para acompanhar em que situação foram levantados os inventários *post-mortem*.

Os registros de casamento mereceram outros cuidados. Pois foi possível, através de tais livros, identificar a origem de diversos indivíduos e seus ascendentes. De posse desses dados, o cruzamento com outras fontes pôde apontar alguns indícios do valor estratégico de um matrimônio para as partes relacionadas.

Em busca de registros biográficos de Domingos José de Almeida, foram encontrados na Biblioteca Nacional alguns documentos que trazem importantes elementos para este estudo. Num fundo denominado *Documentos Biográficos* localizaram-se petições enviadas à corte de dois tipos: as que solicitavam Comendas da Coroa e as que exigiam reparações materiais por danos durante a Revolução Farroupilha. Ambos os documentos estão acompanhados de investigações e testemunhos, e numa análise interpretativa, trouxeram não apenas vestígios das relações sociais, mas revelaram expressamente um uso estratégico de posições políticas e de uma relação entre contexto local e nacional. Da mesma forma as Atas e Registros da Câmara da Vila de São Francisco de Paula e da Assembléia Provincial guardam registros importantes, nas quais é possível perceber a sobreposição de relações políticas com as econômicas e familiares, ou mesmo seu uso estratégico colocado em situações nas quais as contendas distanciam indivíduos ligados por alguma relação de outro rol. Ambas as

configurações relacionais são analisadas caso a caso, pensando numa compreensão de cada processo específico.

Registros cartoriais e fiscais, especialmente os livros de notas e os inventários *post-mortem* correspondentes ao período e à comarca de Pelotas, que se encontram no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul também compõem o corpo de fontes desta pesquisa. Os livros de notas são utilizados na medida em que permitem arrolar o tipo de transações financeiras e o montante de recursos envolvidos, assim como esses documentos nos fornecem outra parte da rede social, a que envolve a economia. Nos inventários *post-mortem* a intenção é não apenas avaliar os montantes dos bens, mas identificar estratégias de transmissão e manutenção do patrimônio material.

O inventário *post-mortem* de Domingos José de Almeida foi acessado através de uma petição realizada pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas desta Universidade. Apesar de se encontrar no Arquivo Centralizado do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul em Porto Alegre, houve a necessidade de solicitar seu acesso desde a Comarca de Pelotas. Dada sua importância, julgou-se por bem anexar em arquivo digital – o DVD anexo ao fim deste trabalho – as imagens que o compõem. Partindo desse documento a análise do legado deixado aos descendentes também contou com publicações biográficas e genealógicas que permitiram observar as trajetórias dos filhos deste casal e o impacto na geração subsequente do uso do legado.

O uso de correspondências particulares que se encontram nos Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul é de extrema importância para este trabalho. Estas foram as primeiras fontes analisadas, e através dos dados coletados, foi montada uma lista preliminar contendo os nomes dos indivíduos e o rol da relação identificada. Compreendemos que há uma carga de subjetividade nesse tipo de material, que os dados podem ser codificados em determinadas situações – esta é uma preocupação

bastante relevante no que toca ao que foi produzido durante a Revolução Farroupilha –, mas, ao mesmo tempo, essa massa documental revelou interessantes dados para uma pesquisa de redes sociais. Ao permitir identificar indivíduos alheios às fontes públicas, possibilitou a expansão da rede social analisada e a identificação de sua espacialidade e dos seus modos de sociabilidade. Decididamente este estudo não objetiva uma análise do cotidiano, mas a utiliza como recurso para alcançar os mecanismos estratégicos da rede social.

Outras correspondências pessoais encontradas no arquivo pessoal da descendente Dona Maria José Talavera Campos foram utilizadas, da mesma forma, assim como os documentos encontrados na Biblioteca Pública Pelotense. Publicações que contivessem os escritos políticos de Domingos José de Almeida, especialmente os jornais farroupilhas, nos deram a dimensão dos espaços de debate político e das conexões possíveis através deles. Fontes clássicas dos estudos sobre a Revolução, estes documentos foram encarados sob a perspectiva dos laços que explicitavam e buscou-se não os indícios outrora elencados pela historiografia existente sobre o tema, mas como nos demais documentos o cotejo das relações que ali podiam estar expressas com as encontradas nos demais documentos, agregando assim a dimensão política e intelectual de tal conjunto.

Explicitadas os documentos que constituem as fontes desse trabalho, temos ainda que incluir os relatos de viajantes, na medida em que esses nos permitem perceber a paisagem, bem como se referem a indivíduos arrolados como parte da rede social analisada, especialmente o relato do francês Auguste Saint-Hilaire¹, que visitou a Vila de São Francisco de Paula no ano de 1820.

¹ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul : 1820-1821*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

3.

O uso qualitativo das fontes indica uma perspectiva de análise investigativa, na expectativa de uma maior aproximação das relações sociais que os agentes históricos estabeleceram. Certamente a contribuição da primeira geração dos *Annales* ampliou consideravelmente a atenção que os historiadores deram aos sinais. Marc Bloch, afirma expressamente que “o conhecimento de todos os fatos humanos no passado, [...] deve ser um conhecimento através de vestígios”², se referindo à expressão de François Simiand. É exatamente nos sinais, interpretados como evidências, que se concentra a atenção numa análise qualitativa. Essa percepção irá se aliar à outra, a de que há sempre um mediador, que constituirá tal evidência³.

Na construção dessa mediação se encontra um dos meandros pelos quais o historiador pode se perder, caracterizado pelas condições em que o documento foi produzido e preservado. Jacques Le Goff ao definir os monumentos como “herança do passado” e o documento como uma “escolha do historiador”⁴, demonstrou toda a associação feita pelos historiadores positivistas do século XIX entre documento e texto, e sua conseqüente “monumentalização”, assim tornada pela sua *utilização pelo poder*⁵. A necessidade de objetividade defendida pelos positivistas instituiu o documento como prova do fato e com isso a eliminação da representação.

Tal eliminação seria possível segundo a afirmação de que “tanto a descontinuidade da História, as múltiplas temporalidades e a historicização dos

² BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 73.

³ “... todo conhecimento da humanidade, qualquer que seja, no tempo, seu ponto de aplicação, irá beber sempre nos testemunhos dos outros uma grande parte de sua substância.” BLOCH, op.cit., p. 70.

⁴ LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: _____. *História e Memória*. 5ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003. p. 526.

⁵ LE GOFF, op. cit., p. 535

significados, [acabariam] fazendo da História a ciência do único”⁶. O contraponto pode ser expresso na idéia “de que o historiador se encontra no fim de uma fila na qual os avisos são transmitidos, desde a frente, fileira em fileira.”⁷ Fileiras essas compostas por mediadores com diferenças entre si e com relação ao historiador, desse modo chegando, apenas uma representação da informação original. A representação não pode, nem deve ser eliminada, mas sim considerada para os que comungam essa concepção.

Mas há significativas diferenças mesmo entre aqueles que não supõem a eliminação da representação. Basicamente essa diferença se coloca na ênfase que alguns imprimem ao discurso e outros imprimem à evidência. Carlo Ginzburg, ao falar dos primeiros, vai localizar o início dessa “viragem lingüística”⁸ em Nietzsche⁹. Porém, o impacto mais visível da análise de discurso na historiografia se dá apenas com Michel Foucault, que trará nova percepção sobre a posição da história em relação aos documentos, ao afirmar que “ela considera como sua tarefa primordial, não interpretá-lo, não determinar se diz a verdade, nem qual é seu valor expressivo, mas sim trabalhá-lo no interior e elaborá-lo”¹⁰.

Ao refutar a idéia de que o conhecimento possa ser reduzido ao exercício brutal do poder, comentando sobre o nexos entre ambos¹¹, Carlo Ginzburg vai afirmar que:

⁶ PESAVENTO, Sandra. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. pp. 22.

⁷ BLOCH, Marc, op. cit., p. 71.

⁸ Podem ser situados como pontos de vista, mesmo que não homogêneos, identificados dentro dessa linha Hayden White e Roland Barthes, mas também o desconstrucionismo de Jacques Derrida e Paul De Man.

⁹ Importante salientar que o próprio Ginzburg se localiza entre aqueles que pensam a representação como indício. Para esta análise: GINZBURG, Carlo. *Relações de Força: história, retórica e prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 68.

¹⁰ FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2002. p. 7.

¹¹ Aqui, Ginzburg está refutando uma das características que atribui aos sofistas, a quem chega, segundo o próprio autor, por intermédio de Michel Foucault (que popularizou a relação entre poder e conhecimento) e Friedrich Nietzsche. Sobre este último, o autor vai sublinhar seu percurso da história e da pesquisa histórica à filologia, como uma busca de provas. As suas preocupações teológicas o levaram a buscar uma crítica filológica dos Evangelhos e das fontes não testamentárias, e na impossibilidade responder tais com aqueles instrumental, migra para a filosofia. “Nietzsche deve ter começado a tomar consciência da impossibilidade de conciliar filologia acadêmica e vocação filosófica.” GINZBURG, Carlo, op. cit., 28.

“[...] ao avaliar as provas, os historiadores deveriam recordar que todo o ponto de vista sobre a realidade, além de ser intrinsecamente seletivo e parcial, depende das relações de força que condicionam, por meio da possibilidade de acesso à documentação, a imagem total que uma sociedade deixa de si.”¹²

Retornamos a Bloch, que pensava que “até nos testemunhos mais resolutamente voluntários, o que os textos nos dizem expressamente deixou hoje em dia de ser o objeto predileto de nossa atenção. Apegamo-nos geralmente com muito mais ardor ao que ele pode nos deixar entender, sem haver pretendido dizê-lo.”¹³ Nesse sentido, a busca pelos *indícios*, *sinais*, pode ilusoriamente nos fazer acreditar que tais autores não pensam suas fontes como prova, dado que defendem procedimentos aparentemente especulativos, ou seja, pouco científicos.

O simples reconhecimento da impossibilidade de restaurar o passado, para tais autores, não impossibilita que se produza conhecimento sobre ele. A própria compreensão de que não é possível recuperar esse passado legitima a idéia expressa de que não há necessidade de fazê-lo, o defendido é a de que a investigação leve a uma compreensão sobre o objeto. Afirmam que a objetividade é possível, desde que se faça a refinada análise dos documentos¹⁴.

Nesse sentido, a formulação de Carlo Ginzburg de um paradigma *indiciário* é uma contribuição afortunada ao debate. Construindo uma analogia do método de Giovanni Morelli para a crítica da arte, o de Sigmund Freud – o pai da psicanálise – e Arthur Conan Doyle nas aventuras de Sherlock Holmes, o autor aponta a formulação de uma análise baseada na interpretação de resíduos, dados marginais considerados

¹² GINZBURG, Carlo, op. cit., p. 43.

¹³ BLOCH, Marc, op. cit., p.78.

¹⁴ “A análise da distorção específica de qualquer fonte implica já um elemento construtivo.” GINZBURG, Carlo, op. cit., p. 44

reveladores, paradigma que teria raízes bem mais profundas e que permearia a história humana numa tradição inconsciente.¹⁵

Fundamentado nesse paradigma este estudo busca a interpretação dos documentos analisados. Compreende-se aqui que a possibilidade de (re)constituição de alguma realidade a partir das fontes historiográficas passa pela possibilidade de avaliação sobre o conhecimento construído, o reconhecimento de que somos também determinados por uma gama de métodos, teorias e fontes que permitem um acesso limitado à realidade, assim como a necessidade de explicitação e acompanhamento das interpretações e conclusões obtidas.¹⁶

4.

A opção por uma metodologia de análise não é integral. Considerando que nenhum corpo teórico daria conta isoladamente das questões aqui expressas, buscou-se um uso flexível dos conceitos. Apesar de haver um emprego predominante da metodologia da Microhistória italiana, em especial aquela identificada com a História Social¹⁷, sua adoção de forma alguma pode ser vista como hermética e independente.

¹⁵ Interessante aqui observar que os três citados eram médicos: o diagnóstico em medicina (objetivo fundamental da prática) é feito com base em sinais, daí a importância da semiologia. GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In.: _____. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 143-149.

¹⁶ O historiador britânico Edward Thompson recorre ao que chama de “tribunal de recursos da história”, situado unicamente dentro da disciplina histórica e seguindo a sua lógica. Tal tribunal tem a prerrogativa de “julgar” o conhecimento produzido dentro da disciplina, a partir de duas formas: primeiro, a *probatória*; segundo a *teórica* (coerência, adequação e consistência dos conceitos e sua congruência com o conhecimento de disciplinas adjacentes). THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p. 55-56.

¹⁷ Fazemos referência aqui em especial ao trabalho de Giovanni Levi. É importante ainda citar a recente obra de Henrique Espada Lima que traz a distinção entre as duas principais linhas da micro-história italiana: aquela vinda de uma tradição que mesclou a redução de escala com os grandes estudos seriais da história regional francesa e está identificada com a história social; e a que tem como maior expoente Carlo Ginzburg, identificada com a história cultural. LIMA, Henrique Espada. *A micro-história italiana: Escalas, Índicios e Singularidades*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

Ao lidar com o conceito de elite¹⁸ buscou-se os trabalhos mais recentes, os quais tem se voltado para o método prosopográfico¹⁹. Decididamente este não é um trabalho de prosopografia, por não haver aqui o intento de se analisar comparativamente os indivíduos, nem de constituir dados seriados a partir de uma padronização das informações de suas trajetórias. Mas diversos elementos desse método foram levados em consideração e contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa.

Em muitos momentos a análise biográfica se faz presente, de uma forma muito instrumental. Reconhecendo que biografar um indivíduo determinado significa não apenas descrever cada um dos momentos marcantes de sua vida – aqueles que o pesquisador subjetivamente selecionaria –, mas sim analisar em que contexto social se insere cada ocasião vivida pelo personagem²⁰, mapear as relações que compõem a rede em que se encontra aquele indivíduo, e como sua presença se manifesta nessa rede, transformam o estudo biográfico em uma forma de encontro com um determinado setor social. A busca por um indivíduo de determinado grupo social exige que no mínimo se tome conhecimento de características deste grupo e de seu contexto.

Na tentativa de reconstruir a experiência histórica desses agentes sociais, o recurso biográfico foi tomado como uma forma de resgatar evidências históricas ignoradas ou negligenciadas anteriormente. Isso porque mesmo “um indivíduo medíocre, destituído de interesse por si mesmo – e justamente por isso representativo –, pode ser pesquisado como se fosse um microcosmo de um estrato social inteiro num

¹⁸ Aqui compreendido como o topo de uma estrutura social que tem acesso privilegiado à distribuição de recursos. A noção da desigualdade é conjugada com a de designar uma minoria no topo da estrutura social, identificada pelo status, poder e riqueza, portanto por seus atributos sociais. BOBBIO, Norberto. “Elites, teoria das”. BOBBIO, MATEUCI, PASQUINO. (org.). *Dicionário de política*. 5ª ed., Brasília: UNB, 1993. p. 385-391. p.386.

¹⁹ Para uma melhor compreensão da temática: HEINZ, Flávio (org.) *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

²⁰ LEVI, Giovanni. “Usos da biografia.” In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996. p. 179.

determinado período histórico”²¹. Diferente dos extensos estudos quantitativos que trazem quadros bastante amplos e generalizantes, o de caráter biográfico²² permite que se apreendam as diferenças dentro dos limites do contexto social, dado que da cultura de seu tempo e de seu grupo social nenhum indivíduo escapa, a menos que fique incomunicável²³. E nesse sentido reconhecemos a contribuição que as análises biográficas trazem a esse trabalho tanto teórica, quanto metodologicamente.

Apesar dessa compreensão, este não é um estudo biográfico. Ao menos, para o pesquisador ele não é compreendido como análise da vida dos personagens centrais do estudo, ou seja, Bernardina Barcellos de Almeida e Domingos José de Almeida não são encarados como o objeto deste trabalho. São, antes de mais nada, pontos privilegiados de observação de sua sociedade e especialmente de seu grupo social. A escolha do pesquisador obviamente não pode constar como aleatória. Um conjunto considerável de fontes relacionadas com tais indivíduos contribuiu consideravelmente para a opção, assim como a relevância dos postos e cargos assumidos e o cabedal econômico que acumularam. Ainda, a análise preliminar de parte das fontes revelou uma diversidade nas relações estabelecidas, seja ela marcada geograficamente ou por espaços de sociabilidade.

Tampouco este é um estudo de caso. Não se busca nesse estudo validar nenhum modelo macroestrutural, nem perceber seus reflexos numa situação particular. Não consideramos que os personagens históricos aqui analisados são mero exemplo localizado de um processo de escala ampliada, mas que são parte peculiar e preenchida por múltiplas especificidades. A opção por um universo limitado reflete a busca por

²¹ GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia da Letras, 1987. p. 25.

²² SCHMIDT, Benito Bisso (org.). *O Biográfico: perspectivas interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

²³ BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. p. 11.

respostas a questionamentos que de outra forma não podem ser respondidos. Como exposto por Giovanni Levi:

“Se non si affronta il problema della dimensione opportuna per esaminare i fenomeni storici, si tende a cadere in meccanismi automatici di spiegazione basati su due premesse non neutre: la prima è che le situazioni locali, o quelle personali, non sono che il riflesso – *per quel che è rilevante* – del “macro” e che dunque possono essere utilizzate solo per quel che hanno di generale o come esempi, solo in mancanza di una spiegazione migliore. La seconda è che c’è un ordine di rilevanza che assume come indiscutibili dicotomie del tipo: città-campagna, civile-primitivo, colto-ignorante, in cui il primo termine há una prevalenza che gli deriva dal progresso e dalla direzione della storia.”²⁴

Assumir a opção pela redução de escala nesta análise é resultado direto da necessidade de aproximação da constituição do tecido social. Somente através de tal aproximação pode-se superar a distância entre o universo da microanálise, no qual o específico se manifesta, e os modelos macro estruturais. No nível das relações sociais mais diversas podem-se encontrar explicações condizentes para os fenômenos particulares e que constituam a ligação de um universo reduzido com fenômenos apenas captáveis em escalas amplas.

5.

A identificação de cada um dos enfoques de análise com momentos do ciclo de vida não se constitui em mera coincidência. Está intimamente ligado à compreensão de

²⁴ “Se não se enfrenta o problema da dimensão oportuna para examinar os fenômenos históricos, se tende a cair no mecanismo automático de explicação baseado sobre duas premissas não neutras: a primeira é que as situações locais, ou qualquer personagem, não são mais que o reflexo – *para aquilo que é relevante* – do “macro” e que consequentemente podem ser utilizados somente por aquilo que tem de geral ou como exemplo, só por falta de explicação melhor. A segunda é que há uma ordem de relevância que assume como indiscutível dicotomias do tipo: cidade-campo, civilizado-primitivo, culto-ignorante, em que o primeiro termo tem uma prevalência que deriva do progresso e da direção da história.” LEVI, Giovanni, "Un Problema di Scala". In: VVAA, *Dieci interventi sulla Storia Sociale*. Turim: Rosenbeg & Sellier, 1981a. p. 77. Tradução da autora.

que as estratégias são formuladas conforme a necessidade expressa por cada situação. Não há com isso a intenção de reafirmar a idéia de que a trajetória dos indivíduos pode ser reveladora de um sistema inteiro, pelo contrário, buscaram-se aqui as especificidades que tornaram tão peculiar tais trajetórias e as contribuições que esses elementos podem trazer para os modelos de análise que objetivem uma escala ampliada. É neste esforço de compreensão caso a caso que a análise se concentra, e a opção por uma análise de redes sociais é o reconhecimento de que:

“Quello che forse è stato più trascurato è il mondo delle relazioni interpersonali che possono contribuire a definire l'insieme delle strutture e la realtà in cui avvenimenti esterni ed interni irrompono: ogni caso concreto darà una risposta diversa, anche sul lungo periodo, che sarà comprensibile solo se avremo definito non meccanicamente ed esteriormente il contesto.”²⁵

Exatamente por uma apreensão de que cada situação abarca uma série de fatores próprios que não há a intenção de buscar uma coerência inerente ao se organizar esse estudo numa linha cronológica segundo a trajetória de vida dos indivíduos analisados. Um esforço de historicização se sobrepõe e predomina em relação à idéia de uma determinação dada pela passagem do tempo. Obviamente que o ciclo de vida é uma noção importante, mas aqui é visto como um dos elementos de análise e não como limitação, mas como parte do contexto. Percorrendo a trajetória objetiva-se a possibilidade de perceber permanências e transformações nas ações dos sujeitos.

Para tanto, houve a opção pela caracterização desse percurso teórica e metodologicamente num capítulo que inicia com uma breve discussão sobre o conceito de elite e seus usos neste trabalho. Percorrendo o debate estabelecido em torno de tal

²⁵“O que talvez tenha sido mais negligenciado é o mundo das relações interpessoais, que podem contribuir para definir a junção das estruturas e da realidade em que eventos externos e internos irrompem: cada caso concreto dará uma resposta diversa, mesmo em um longo período, que será compreensível só se houvermos definido não mecanicamente e exteriormente o contexto.” LEVI, Giovanni, op. cit., p. 76. Tradução da autora.

conceituação, buscou-se esclarecer a compreensão do uso presente dentro de uma compreensão da relação entre poder central e poder local. A presença de tal discussão reflete a necessidade de delimitar o objeto mais claramente e esclarecer em que parâmetros é compreendido o grupo analisado e suas relações com outros grupos dentro do processo macro de constituição do Estado Nacional. Objetivando ainda a delimitação do universo de análise, o aprofundamento da noção de redes sociais e sua conceituação precedem à apresentação dos personagens que constituem ponto de partida para o estabelecimento de um *corpus* analítico.

A partir do capítulo II o trabalho passa a se dividir cronologicamente, marcando a análise da rede pelos momentos do ciclo de vida de Domingos e Bernardina. Essa segunda parte analisa a Vila de São Francisco de Paula de Pelotas no momento da chegada de Domingos José de Almeida, identificando os notáveis, especialmente atentando à constituição do “cerne do núcleo fabril” pelotense²⁶ e às condições de absorção de indivíduos alheios a tal contexto. Reconstituindo o histórico da família Rodrigues Barcellos – à qual pertence Bernardina –, busca-se compreender em parte a formação da primeira geração de charqueadores. A presença de uma rede localizada geograficamente e socialmente em torno das charqueadas e sua articulação com contatos na Corte e em outros pontos do nascente Império compõe o centro de análise.

O terceiro capítulo é marcado pelo estabelecimento da Assembléia Provincial e a eleição de Domingos José de Almeida como deputado. O engajamento na Revolução Farroupilha e sua nomeação para importantes cargos na República Riograndense permitem a identificação de uma rede ampliada geograficamente e politicamente. As

²⁶ Foi assim denominada a região nas margens do Arroio Pelotas e do Canal São Gonçalo onde se estabeleceram as charqueadas desde o final do século XVII. Sem anacronismo a expressão se refere à denominação de “fábricas” que os contemporâneos deram às charqueadas. Para uma melhor compreensão da diversidade produtiva destes estabelecimentos ver: GUTIERREZ, Ester J. B. *Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço pelotense*. Pelotas: Ed. Universitária/UFPEL, 2001.

condições extraordinárias da guerra são avaliadas e os usos intensivos dos recursos num momento crítico explicitam estratégias de sobrevivência social.

Na última parte deste estudo o enfoque é o legado econômico e político. Através da análise do inventário de Domingos José de Almeida e das trajetórias dos herdeiros os investimentos são reconstituídos, a partir das opções em relação à formação educacional, matrimônios e divisão de bens, buscando com isso visualizar as possibilidades construídas através das estratégias sociais. Nesse momento o centro do questionamento se encontra na reprodução social do *status* de elite, a busca está nos mecanismos utilizados, e no seu conseqüente grau de eficiência.

Ao fim, esta análise compõe o quadro de estudos que buscam compreender de forma mais aprofundada o desenvolvimento social do Rio Grande de São Pedro no século XIX, entendendo as possibilidades de ação dos diferentes agentes existentes e suas escolhas, dentro do panorama de mobilidade social. Ao encontrar Bernardina Rodrigues Barcellos e Domingos José de Almeida e suas redes sociais é possível percorrer trajetos diferentes, mas motivados pelo mesmo desejo de ascensão social e manutenção de tal status. A elaboração de estratégias diferenciadas permite que indivíduos convivam num mesmo espectro social, e concentra-se na compreensão disso o esforço aqui empreendido.

Capítulo I

Do local ao central, fios e redes.

1.1. As elites, seus interesses e a formação do Estado Centralizado: algumas considerações conceituais para sociedades de Antigo Regime.

Ao percorrer um longo período dentro do século XIX, período em que o Estado Nacional está em formação, as trajetórias aqui analisadas acabam por exigir algumas reflexões sobre tal processo. Não somente por considerarmos que o grupo social analisado está implicado em tal quadro, mas mais do que isso, pela percepção de que se constitui como participante ativo, detentor de opções e poder para exercê-las.

Desfeita há muito pela historiografia a idéia de que a Independência constituiu-se numa ruptura entre a colônia subjugada pela metrópole opressora, trabalha-se atualmente com a percepção de que antes disso, desde a chegada da Corte em 1808, a transformação da estrutura política e social já estava se instaurando. Com isso, a imagem de uma transição desprovida de conflito, harmônica, veio por terra²⁷, e

²⁷ “Os políticos da época eram bem conscientes da insegurança das tensões internas, sociais, raciais, da fragmentação, dos regionalismos, da falta de unidade que não dera margem ao aparecimento de uma consciência nacional que desse força a um movimento revolucionário capaz de reconstruir a sociedade. Não faltavam manifestações de nativismo e pressões bem definidas de interesses localistas.” DIAS, Maria Odila Silva. "A interiorização da Metrópole(1808-1853)" in: MOTA, Carlos Guilherme(org.). *1822: Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972. p. 169.

surgiram uma série de estudos que buscam estabelecer em que termos o rearranjo social se deu, quais as forças existentes e sua forma de atuação.

Desde o estabelecimento da nova sede da Corte Portuguesa, a consciência da fragilidade da organização política até então existente na colônia, e mais ainda, a fragmentação e dispersão do poder, que tornava instável uma classe dominante, impeliu a construção de um estado forte, centralizado na Corte. O enraizamento da nova ordem política acabou por se alicerçar em redes estabelecidas desde o Rio de Janeiro e ampliadas pelas movimentações comerciais. A necessidade de abastecimento da Corte acabaria por oportunizar que a convergência política estivesse relacionada com o trânsito comercial, inclusive se ramificando e aprofundando através da

“inter-relação com dos interesses comerciais e agrários, os casamentos com famílias locais, os investimentos em obras públicas e em terras ou no comércio de tropas e muares do Sul, no negócio do charque... processo este presidido e marcado pela burocracia da corte, os privilégios administrativos e o nepotismo do monarca”.²⁸

E se antes, dentro da instabilidade crônica da economia colonial, mecanismos de acomodação geravam possibilidades de mobilidade social – ascendentes, em geral – garantidas em troca de uma postura neutralizadora dos grupos dominantes no que tange a manifestações de descontentamento, neste contexto de centralização do poder, esta dinâmica é alterada. Alguns mecanismos sociais deixam de operar e outros surgem. É nesse processo de acomodação que os grupos regionais irão se ver envolvidos nas primeiras décadas do século XIX, antes e depois da proclamação da independência. E a partir da percepção de que estes grupos não são coesos ou homogêneos está fundada esta nova realidade. A disputa por espaço neste novo quadro se dá em duas dimensões: a que compreende o contexto local e a que compreende sua relação com o poder central.

²⁸ Idem p. 171.

Em tal momento histórico podemos perceber a comunhão de interesses concretos de diferentes grupos regionais em ligação com o centro nacional, aliada a uma série de condicionamentos ideológicos comuns²⁹. A necessidade de perceber dialeticamente essa relação, na qual os grupos se influenciam dentro de uma relação de forças tendo participação ativa na formação de classes dominantes nacionais vem orientando diferentes trabalhos. Assim, nesta perspectiva, a busca pelos indivíduos dentro de seus respectivos contextos objetiva perceber a condição social destes, como asseguram seu espaço na rígida estrutura social do Antigo Regime, e como para tanto, se inserem em diferentes círculos de sociabilidade perseguindo espaços de legitimação.

Em parte, o uso de um conceito originado na ciência política, como é o caso de *elite*, pode parecer estranho, anômalo em um trabalho de história social. No entanto, pensando que as práticas de Antigo Regime têm na política um papel decisivo³⁰, e que a pretensão trazida pela renovada história social é a de uma perspectiva de abordagem “que prioriza a experiência humana e os processos de diferenciação e individuação de comportamentos e identidades coletivos – *sociais* – na explicação histórica³¹”, é possível perceber a importância de tal apropriação.

A compreensão do Antigo Regime como fundador das bases dessas sociedades, mais precisamente sua versão colonial para a América portuguesa – a que interessa no caso desta análise –, durante o período colonial, e de suas permanências nas décadas

²⁹ KLAFKE, Álvaro Antonio. *O império na província : construção do Estado nacional nas páginas de O propagador da Indústria Rio-grandense - 1833-1834*. Porto Alegre: Programa de Pós Graduação em História, UFRGS, 2006. (dissertação de mestrado) p. 9. Ainda outros elementos para considerar a formação dessa identidade se encontram em: GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independências. Ensayos sobre las revoluciones hispanicas*. 3ª Ed. México: FCE/MAPFRE, 2001; CHIARAMONTE, José Carlos. *Ciudades, provincias, Estados: Orígenes de la Nación Argentina (1800-1846)*. Buenos Aires: Espasa Calpe, 1997.

³⁰ FRAGOSO, João Luís Ribeiro. “Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica”. In: *Topói*, Rio de Janeiro, set. 2002, p. 41-70. p.42.

³¹ CASTRO, Hebe. “História Social”. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 45-59. p. 54.

subseqüentes à emancipação política³² do Brasil, com o Império, se constituem como necessárias para compreender a lógica das hierarquias sociais e da exclusão³³ que a manutenção destas provocou.

“Antes de tudo, a hierarquia social colonial deriva daquilo que denomino de Antigo Regime nos trópicos. Portanto, além de seus aspectos econômicos, seria forjada por vetores políticos e culturais, onde os grupos sociais se percebiam e eram percebidos por suas *qualidades*. Como se sabe, na antiga sociedade lusa cabia ao governo cuidar do *bem comum* da *República*: dirigir a organização social e política das regiões, sendo isto feito pelas pessoas de melhor *qualidade* da localidade – reunidas na Câmara – e pelos ministros do Rei, ambos subordinados à Coroa.”³⁴

Ainda, é importante destacar mais um elemento desta análise, que a enriquece. Esta noção de uma sociedade de Antigo Regime faz com que a organização social assumia feições mais complexas. Propicia-nos perceber que não sendo o pertencimento à elite derivado da posse de riqueza material, pode haver outros mecanismos de exclusão social que afastem não apenas os escravos e os pobres livres, mas também os ricos proprietários, obrigando-os a constituírem diferentes mecanismos que não apenas o do enriquecimento, para ter acesso ao poder político. O patrimônio que permitia o reconhecimento como parte da elite, não era, necessariamente, mensurável em números. Muitos estudos mostram que, de fato, no caso da América portuguesa, enriquecimento pode estar aliado ao pertencimento a esse grupo de notáveis, já que esta condição permitia acesso às informações e posições privilegiadas. Porém o contrário não é

³² COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo, Grijalbo, 1977.

³³ “A partir dessas concepções a respeito do “outro” é que as elites latino-americanas começam a se identificar; constituíam-se a partir da exclusão. O que se excluía era um inimigo real, virtual e imaginário. Podia-se constituir num aspecto territorial.” WASSERMAN, Cláudia. “A Manutenção das oligarquias no poder: as transformações econômico-políticas e a permanência dos privilégios sociais.” In: *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre, vol. XXIV, n. 2, 1987, p. 51-70. p.62.

³⁴ FRAGOSO, João Luís Ribeiro, op. cit., p.44.

automático. O enriquecimento não permitia que mecanicamente o indivíduo fosse alçado à condição de *homem de qualidades*³⁵.

São os traços derivados dessa forma de organização social, identificáveis como ainda presentes mesmo após o rompimento formal – a emancipação política com o advento do Império – dentro dos códigos sociais, que levam à busca de um instrumental de análise complementar. São esses notáveis, esses homens de qualidade como se referiu João Fragoso, que constituem o topo da sociedade nos primeiros tempos do Império do Brasil. Não apenas o são por herança, mas especialmente por que tiveram capacidade de reproduzir por gerações tal condição, e com isso se estabelecer como elites locais.

O uso do impreciso termo elite para caracterizar esses grupos, implica em desfazer algumas possíveis confusões. Identificar como pertencentes a uma elite indivíduos que ocupam cargos destacados, que possuem vinculações políticas e um considerável volume financeiro envolvido em suas atividades econômicas de uma forma genérica, é o que recorrentemente fazem os autores, especialmente na historiografia brasileira³⁶. No entanto, é preciso avançar neste debate, tentando entender como, dentro dessa perspectiva da formação de uma classe dominante esses grupos se articulam na construção da nação, no processo de acomodação nos vários níveis de poder político e econômico.

Para Flávio Heinz, elite trata-se “de um termo empregado em um sentido amplo e descritivo, que faz referência a categorias ou grupos que parecem ocupar o ‘topo’ de

³⁵Idem, p.46.

³⁶Evidentemente que a questão de fundo da maior parte dos trabalhos já clássicos sobre a temática na historiografia brasileira é a permanência dos traços do Antigo Regime no Império Brasileiro e, portanto, seu pioneirismo os coloca em situação privilegiada, mesmo que possamos criticar a imprecisão com que tratam sob o aspecto teórico o termo elite. Se inscrevem sob essa perspectiva: FRAGOSO, João. *Homens de grossa aventura : acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998; FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras : uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997; CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem : a elite política imperial ; Teatro de sombras : política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

estruturas de autoridade ou de distribuição de recursos”³⁷. Sobretudo se destaca pela percepção das condições desiguais dadas aos indivíduos no desempenho de seus papéis sociais e políticos³⁸. Originariamente, na ciência política o termo carregava especialmente essa noção, a da desigualdade entre os homens, mas o seu maior destaque estava na idéia de designar uma minoria no topo da estrutura social³⁹, identificada pelo status, poder e riqueza, e portanto, por seus atributos sociais. A velha idéia de que o entrelaçamento entre elites que controlam recursos diferentes gera o equilíbrio social apenas tem de ser revista em sua relação de causalidade. Importa ter presente que “as elites seguem seus próprios interesses; não visam ao equilíbrio social, mas o equilíbrio social resulta de sua interação⁴⁰”.

Porém, em geral, da forma como vem sendo utilizado, sem essas considerações aqui feitas, o termo não traz nenhuma implicação teórica particular. É uma posição antes de tudo cômoda, evita que se necessite caracterizar os grupos estudados de forma mais profunda, especialmente quando as pesquisas tratam de sociedades que sofrem profundas transformações, servindo como *instrumental*. É possível depreender ao menos que o conceito assumiu um caráter diferente de quando pensado – desde a ciência política italiana até a sociologia norte-americana – como contraponto ao conceito de classe, politicamente comprometido com a transformação social. Seu atual emprego na historiografia não se pretende pura e simplesmente um embate teórico. É antes de mais nada um recurso metodológico, não desprovido de implicações teóricas,

³⁷ HEINZ, Flávio (org.) *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. pp. 07.

³⁸ Idem, *Ibidem*. p. 08.

³⁹ Bobbio, expondo o que Vilfredo Pareto afirmou em seu livro *Systèmes socialistes*, chamou a atenção ao fato de que, sendo os homens desiguais em todo o campo de atividade, dispõem-se, em vários níveis, que vão do superior ao inferior; chamou de Elites aqueles que fazem parte do grau superior, deteve-se particularmente sobre os indivíduos que, ocupando os graus superiores da riqueza e do poder, constituem a Elite política ou aristocracia. BOBBIO, Norberto. “Elites, teoria das”. BOBBIO, MATEUCI, PASQUINO. (org.). *Dicionário de política*. 5ª ed., Brasília: UNB, 1993. p. 385-391. p.386.

⁴⁰ BURKE, Peter. *Veneza e Amsterdã. Um estudo das elites no século XVII*. São Paulo: Brasiliense, 1991. p. 17.

claro, mas colocado como necessidade perante uma nova perspectiva de pesquisa.

Segundo Heinz:

“A apropriação da noção de elite pelos historiadores permitiria assim dar conta, através de uma microanálise dos grupos sociais, da diversidade, das relações e das trajetórias do mundo social. Tal procedimento não difere fundamentalmente daqueles de outras ciências sociais contemporâneas: trata-se de compreender, através da análise mais ‘fina’ dos atores situados no topo da hierarquia social, a complexidade de suas relações e de seus laços objetivos com o conjunto ou com os setores da sociedade.⁴¹”

Nesse sentido é possível perceber o quanto tal conceito se faz importante numa análise como essa. Mas de fato, é necessário perceber como tal noção se movimenta quando pensamos o arranjo entre poder local e poder central. Para tanto, deve-se descartar um uso rígido dos termos, pensando num trânsito conceitual⁴², no qual seja possível perceber a possibilidade de os conceitos de elite e classe dominante nacional se encaixarem numa análise social. Isso pensado num processo de formação do poder central, onde diferentes grupos, caracterizados como elites regionais, estão passando por um processo de ajuste de interesses e recursos, buscando uma acomodação que permita que a formação social se mantenha e reproduza, de forma a que os diferentes grupos interligados se constituam harmonicamente como parte da nação.

É importante destacar alguns dos elementos que nos fazem pensar que este conjunto conceitual, aparentemente divergente, é a chave dessa análise. A constituição da classe dominante no contexto colocado indica um entrelaçamento de campos. Questões econômicas, políticas e sociais, encontram-se permanentemente, levando à percepção de que uma análise global é a única forma de evitar que o foco nas especificidades não nos leve ao risco das generalizações.

⁴¹ HEINZ, Flávio (org.) Op.cit. p.08

⁴² HEINZ, Flávio. “Considerações acerca de uma história das elites”. In: *Logos*. Canoas; Ulbra, v. 11, n.1, mai.1999, p. 45.

Nesse alargamento de horizonte, no qual o específico é visto como parte de um processo, a complementaridade dos termos elite e classe dominante se coloca como expressão de diferentes níveis. Num processo maior evidencia-se uma unidade de interesses na formação de uma nação, levada a termo pela classe dominante, protagonista do processo – inclusive pelo seu próprio reconhecimento de que era a protagonista legítima e possível. De outro lado, uma dinâmica regional cheia de especificidade, que não é apenas a mera reprodução do processo global com uma cor local. Em um quadro com elementos em dados aspectos muito heterogêneos, essa composição se torna complexa, e não se anulam automaticamente os interesses locais, muito antes, esses influenciam o todo, num diálogo contínuo entre os grupos.

Nesse sentido, a atenção aos recortes temporal e geográfico se faz extremamente necessária. Pensando numa reflexão sobre o primeiro Império do Brasil e as Regências, há algumas ponderações que devem ser feitas. Mais do que mero período cronológico onde se concentra o foco, compreende-se este como o agente organizador da análise que imbrica construção do Estado e formação da classe dominante. O recorte temporal é compreendido como o tempo de conservação social e de combate das múltiplas possibilidades de ruptura temíveis para a formação da classe dominante. Concomitantemente, sua compreensão pelos contemporâneos como “a passagem de um momento anterior, sempre compreendido como desorganizado e bárbaro, não obstante os aspectos positivos que o passado colonial encerrava, a um outro momento, entendido como superior por que o lugar da Ordem e Civilização”⁴³, pode evidenciar o caráter particular que assume tal período. É possível supor que foi nesse momento que efetivamente se instituiu um determinado tipo de organização social que influenciou no

⁴³ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. 5ª ed. São Paulo: Hucitec, 2004. p. 297.

direcionamento das grandes questões da vida nacional⁴⁴, a partir desse complexo arranjo entre elites locais e destas com o poder central.

Mais que isso, compreender a formação social dessas elites parece ser a chave para a compreensão de determinados padrões de recrutamento, dos mecanismos de manutenção, das estratégias de ascensão, da composição dos recursos culturais, econômicos e/ou políticos, que permitiram que determinados indivíduos alicerçassem sua condição enquanto tal e a transmitissem para as gerações que os sucederam. Essa tendência tem se disseminado entre os pesquisadores da história social renovada dos anos 1980/90 no Brasil. “A opção pelas elites é antes de tudo uma solução de escala, uma chave metodológica para perscrutar a complexidade social a partir do enfoque em universos de análise ao mesmo tempo reduzidos e abundantes em informações sociais⁴⁵”. Isso dentro de uma perspectiva de história total, buscando aspectos negligenciados e que colocam outros questionamentos ao historiador.

Obviamente que esta nova abordagem se assume em contraponto a uma anterior, largamente disseminada. A velha história das elites, com seus heróis e glórias, que se alicerçava no personalismo para enaltecer o passado, há muito vem construindo sua própria versão de elite – aquela dos construtores da nação, dos pais da nossa sociedade. Por isso a importância tão destacada que se pode atribuir à perspectiva de uma luta de classes, aqui tratada como um processo. É nesse processo de reconhecimento de identidades, de criação de uma classe – e a velha história das elites, nada mais é que a criação parcial de uma tradição dessa classe – que se possibilita reconhecer também a construção dessa elite por si mesma. O protagonismo único anteriormente anunciado para essa classe aqui se faz possível reconhecer.

⁴⁴ KLAFKE, Álvaro Antonio, op. cit., p 21.

⁴⁵ HEINZ, Flávio (org.), op. cit., p. 10.

O recorte geográfico assume uma importância da mesma forma fundamental, por que evidencia a compreensão da sociedade pesquisada. A condição de província do território do Rio Grande do Sul estabelece parâmetros diferenciados à análise.

“A noção de formação econômica e social, que procura estabelecer a diversidade e a unidade específicas das relações econômicas e sociais de uma certa sociedade, parece-nos potencialmente mais explicativa das relações estabelecidas entre os diversos espaços coloniais da América Portuguesa, que os adjetivos comumente utilizados pela historiografia para qualificar as relações do Rio Grande com tais espaços. Economia subsidiária, complementar, periférica ou ‘periferia da periferia’ são qualificações pouco esclarecedoras que dão, primordialmente, a idéia de um objeto que passivamente sofre as determinações ou a dominação de um ‘centro’. Trata-se, no entanto, de perceber como se produzem e reproduzem as vinculações, qual a natureza e modificações no tempo.”⁴⁶

Mesmo tratando de um período anterior, Helen Osório, na afirmação acima, expressa com precisão como deve ser reconhecida a condição do território. O espaço geográfico onde se desenrolam as ações a serem pesquisadas tem uma dinâmica própria, aquela das relações estabelecidas com outros espaços. Não há lógica em pensar o espaço como estanque, mas sim, como parte da conformação dessas relações desiguais em seus muitos aspectos e, de certa forma, ele mesmo um recurso a ser negociado. A constituição da classe dominante nacional é resultado também dessas interações espaciais das elites regionais entre si e com o centro. A própria constituição de um centro é fruto de um longo processo de acomodação de interesses e de uma profunda interação entre as regiões e destas com o mercado internacional⁴⁷.

Mesmo os momentos de dissensões são extremamente representativos desse ajuste de interesses que envolve forças regionais. Demonstam o movimento desse fazer-se da classe dominante nacional. E, mais especialmente, mostram os complicados

⁴⁶ OSÓRIO, Helen. Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2007. p. 42.

⁴⁷ FRAGOSO, João Luís Ribeiro. “Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica”. *Topóis*, Rio de Janeiro, set. 2002. p. 41-70. p.57.

arranjos que as elites locais tinham de fazer em seu interior, sua heterogeneidade. Assim, o complicado jogo que ao longo de um século constitui as bases da classe dominante nacional tem de ser visto de uma forma dinâmica, enquanto um processo, com diferentes escalas, em diálogo.

Por mais que tenhamos que admitir que diferentes práticas de negociação tendam a ser limitadas em tal contexto, aqui cabe declarar que estas práticas são a própria expressão da elasticidade com a qual as sociedades de Antigo Regime se fundavam. Essa negociação paradoxalmente nos mostra como os conflitos existiam numa sociedade que não se encontra simplesmente estacionada sobre uma estrutura rígida e estática. Não há necessidade de negociação se o conflito não está presente, por outro lado, não há a presença de dissensão quando não se pretende a negociação. De toda forma, não é a negociação a única via de “resolução” de conflitos, como dissemos, a noção de negociação é limitada inclusive pela própria estrutura hierárquica de tal sociedade.

Importante nisso é justamente perceber que as elites não podem ser vistas como grupos isolados, que não estabelecem relações com outros grupos – estejam eles em qualquer nível na hierarquia social. Da mesma forma, elite econômica, intelectual e política se encontram imbricadas e em conexão com as elites de outros espaços geográficos. Entender como isso se dá, e especialmente como se transforma no tempo, e persiste mesmo quando as estruturas sociais estão se alterando, pode nos trazer um olhar mais refinado de tais processos. Porém as relações não se dão apenas num nível agregativo, entre grupos. As relações são interpessoais, se manifestam entre indivíduos.

1.2. Relações sociais, vínculos de parentesco e mecanismos de reprodução social.

Tratar de relações internas de um grupo social é um esforço não apenas teórico, mas especialmente metodológico. O conjunto específico de vínculos dentro de um grupo definido de pessoas traz consigo um conjunto complexo de interrelações em um sistema social. Torna-se possível, através da análise das características de cada indivíduo nessa rede de vínculos e da sua posição, detectar alguns mecanismos sociais de reprodução e absorção.

O estudo de redes sociais tem avançado desde os anos 1950, quando a idéia deixa de ser empregada apenas como metáfora e passa a constituir uma categoria analítica⁴⁸. A busca por uma via não estrutural funcionalista e que ao mesmo tempo não necessariamente levasse a análise quantitativa, aproximou os olhares dos pesquisadores ao estabelecimento e manutenção dos vínculos sociais. A micro história italiana⁴⁹ incorporou os elementos desse método à análise historiográfica, trazendo com isso um enfoque diferenciado do social.

O reconhecimento dos atores sociais como racionais, manejando recursos relacionais faz com que haja um trânsito para uma análise qualitativa das fontes, em busca de uma identificação, caracterização e classificação do rol contextual dos

⁴⁸ A *social network* definida por John Barmes em 1954: “cada pessoa se relaciona com um certo número de indivíduos, alguns dos quais então em contato direto entre si e outros não [...] Creio conveniente chamar *network* a um campo social deste tipo.” MATEO, José. *Población, parentesco y red social em la frontera. Lobos (Provincia de Buenos Aires) en el siglo XIX*. Mar del Plata: Universidad Nacional de Mar del Plata/GIHR, 2001. p. 41.

⁴⁹ LEVI, Giovanni. “Sobre a micro-história”. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

indivíduos na rede, com o necessário cuidado em relação aos excessos de uma racionalização dos atores, como exposto por Paul-André Rosenthal:

“[...] tal abordagem não se baseia por isso na utopia da onipotência de um indivíduo “livre” e demiúrgico. A noção de “gama de possíveis” traz a marca da dialética que a fundamenta: indica ao mesmo tempo a recusa dos determinismos e a idéia de uma margem de manobra precisa e controlada, já que os possíveis abertos ao ator são sempre em número finito – o que os torna também acessíveis ao pesquisador. Não apenas o espaço de manobra possível é geralmente muito restrito, como não é necessariamente dotado de eficácia: os indivíduos podem não percebê-lo ou avaliá-lo incorretamente – ou, simplesmente, não utilizá-lo.”⁵⁰

É exatamente a busca pelos indivíduos em seus diferentes ambientes que permitirá reconstituir sua inserção. Contrariamente à idéia de que com isso se reforce uma fragmentação social, postula-se que:

“[...] o centro de gravidade do tipo de investigação nominal que aqui propomos encontra-se noutra parte. As linhas que convergem para o nome e dele partem, compondo uma espécie de teia de malha fina, dão ao observador uma imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido.”⁵¹

A principal contribuição que a micro história italiana recebeu da *network analysis*⁵² foi exatamente essa busca difícil das trajetórias individuais. Difícil por que fragmentada, marcada pela distribuição das fontes segundo o caráter de seu conteúdo. Mas é exatamente no cruzar dessas diferentes fontes que é possível perceber os

⁵⁰ROSENTHAL, Paul-André. “Construir o macro pelo micro: Fredrik Barth e a microstoria”. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 159.

⁵¹GINZBURG, Carlo. PONI, Carlo. “O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico”. In: _____. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1989. p. 175.

⁵²“Es oportuno destacar respecto de la red social que se trata de un concepto que tiene un status científico preciso, y que las dos tradiciones intelectuales que se han basado en el – el *network analysis* social británica de los años cincuenta y sesenta y el *structural analysis* norteamericano de los años setenta y ochenta – han dado lugar a una vastísima literatura.” RAMELLA, Franco. “Por un uso fuerte del concepto de red em los estúdios migratórios.” In: BJERG, Maria & OTERO, Hernán. *Imigración y redes sociales em la Argentina moderna*. Tandil: CEMLA-IEHS, 1995. p. 12.

encontros entre aspectos distintos e, com tais informações, identificar o rol das relações que se estabelecem entre as pessoas de uma diferente rede.

Reconstituindo dinamicamente o tecido das relações em que os indivíduos estavam imersos, busca-se individualizar os comportamentos típicos e compreender mecanismos sociais que dão conta da diferenciação. Num uso forte do conceito de redes, categorias agregativas desaparecem como determinações. O lugar do indivíduo passa a ser definido empiricamente a partir das relações pessoais que o mesmo entrelaça e dinamiza, delineando o tecido social a partir de sua inserção. Todos os atores são posicionados, e essencialmente é o posicionamento que dá sentido às relações, graças a ele que são interpretadas e divididas as experiências⁵³. Em outras palavras, compreender como determinadas relações criam solidariedades e alianças conformando grupos sociais.

Pois exatamente no uso instrumental que os atores fizeram – ou não – de suas relações para obter seus fins está um dos objetos deste trabalho. Os objetivos que perseguem em cada momento, compreendidos aqui como correlatos aos específicos contextos sociais, são vistos a partir dos recursos disponíveis e do seu uso. Entende-se que rede social é exatamente esse conjunto formado por um conteúdo definido de pessoas unidas por vínculos com conteúdos específicos e com valores correlatos a eles⁵⁴.

Porém, num uso forte do conceito de rede social, como o proposto por Franco Ramella⁵⁵, os atributos dos indivíduos se encontram presentes apenas na medida em que influem nas relações sociais. Nesse sentido, tal autor poderia avaliar que será feito um uso débil de tal conceito, dado que nesta análise o centro estará justamente em tais

⁵³ ROSENTHAL, Paul-André, op. cit., p. 156.

⁵⁴ MATEO, José, op. cit., p. 43.

⁵⁵ RAMELLA, Franco. “Por un uso fuerte del concepto de red em los estúdios migratórios.” In: BJERG, Maria & OTERO, Hernán. *Imigración y redes sociales em la Argentina moderna*. Tandil: CEMLA-IEHS, 1995.

atributos, pela avaliação de que eles são imprescindíveis para a compreensão das possibilidades e escolhas dos atores sociais. Estes estão entrelaçados às escolhas, na medida em que eles permitem compreender o caráter das possibilidades de constituição de relações. Nesse sentido, as limitações dos atores são parte desses atributos.

A constituição do parentesco é um dos vínculos reiteradamente analisados em estudos de redes. Parece haver um consenso de que este é um dos vínculos mais fortes e que permite uma caracterização mais clara. Porém, esse consenso está marcado por alguns pontos de crítica. A primeira se concentra na reificação de uma família nuclear em co-residência. Giovanni Levi diz que famílias são:

“[...] grupos não-co-residentes mas interligados por vínculos de parentela consangüínea ou por alianças e relações fictícias que aparecem na nebulosa realidade institucional do Antigo Regime, como cunhas estruturadas que serviam de auto-afirmação diante das incertezas do mundo social, mesmo no contexto de uma pequena aldeia.”⁵⁶

A corroboração do modelo da família nuclear não é fruto de um mero anacronismo. Essa idéia baseada na unidade residencial (seja ela o fogo ao redor do qual se reúne a família ou um imenso casarão) é afirmada pela estrutura da documentação, seja ela fiscal ou censitária. Porém, numa análise mais refinada, esta estrutura burocrática se mostra como também uma forma do Estado de dar ordem aos dados, indicando que a generalização desse modelo leva a uma simplificação dos processos sociais. Para tanto nos servimos da proposta de Levi de “núcleo parental”, no qual os núcleos familiares estão interligados desde o núcleo fundador⁵⁷.

⁵⁶ LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 98-99.

⁵⁷ KUHN, Fábio. “Gente da Fronteira: sociedade e família no sul da América portuguesa – século XVIII.” In: GRIJÓ, Luiz Alberto et al. (orgs.) *Capítulos de história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 47-74. p. 63

Outro aspecto de crítica está na naturalização dos vínculos familiares e de parentesco, que leva o pesquisador, em geral, a esquecer que os mesmos são uma construção social. A reciprocidade de obrigações entre os atores não está implícita graças ao parentesco, e não dá pertencimento nem reconhecimento a um indivíduo necessariamente numa rede de relações sociais, em suma, o pertencimento a um conjunto parental não necessariamente se constitui num recurso na rede social. Nesse sentido é importante atentar à necessidade de contextualização, sob pena de que se perca algum dos aspectos do funcionamento de um processo complexo⁵⁸. Sob outra perspectiva, a naturalização do parentesco acaba por fazer com que se ignorem momentos chave no ciclo de vida dos indivíduos e do núcleo parental como um todo, que determinarão a condição do indivíduo de acessar recursos. O matrimônio e o compadrio, exemplarmente, podem ser negligenciados. Ambos são mecanismos importantes de estabelecimento de relações, onde se expressam escolhas, como a de inclusão de novos atores à rede, ou mesmo a constituição de obrigações de reciprocidade horizontal e vertical.

A definição do corpo de indivíduos que formam um grupo familiar pode se dar a partir dos fundadores da linhagem – o casal que compõe inicialmente o núcleo parental, e que ao longo do tempo, em geral, centraliza as relações – e incorporar os parentes diretos, os colaterais e aqueles que são definidos por afinidades, com reconhecimento a partir de relações instituídas, através do matrimônio ou do compadrio. Particularmente “os matrimônios constituíam não apenas um importante momento para o estabelecimento de alianças, mas marcavam também o estabelecimento de um novo núcleo e a garantia de manutenção do ciclo familiar”⁵⁹ tendo papel central nessa análise.

⁵⁸ MATEO, José, op. cit., p. 46.

⁵⁹ KUHN, Fábio, op. cit., p. 63

Na identificação do rol das relações estabelecidas em uma rede, a caracterização dos recursos envolvidos é um dos elementos que permite identificar as estratégias ou possibilidades de estratégias. Particularmente, um elemento precisa ser considerado: o gênero.⁶⁰ Acreditamos que a afirmação de que o gênero é um recurso utilizado no estabelecimento de relações deve ser levada em consideração, e inclusive que possa haver um uso estratégico de tal condição por parte dos indivíduos.

A necessidade de considerarmos a espacialidade das relações, especialmente no que tange a uma origem geográfica comum aos indivíduos também se faz presente como recurso. Um fator de identificação em situações de migração – inclusive ultrapassando uma geração e chegando aos filhos de migrantes – pode permitir o estabelecimento de laços fundados em hábitos, língua, religião e modelos de organização social comum. Há de se alertar ao perigo de naturalizar este aspecto, inclusive recaindo numa interpretação cunhada em um sentimento de pertencimento que não necessariamente está implícito em tal, porém, é possível considerar ao menos que ligado a outros recursos, tal dado possa servir como catalisador nas relações.

Estabelecidos os recursos mais relevantes na análise inicial, se faz necessário estabelecer qual o universo analisado. O mapeamento de uma rede primária, composta por todas as relações diretas identificadas não é suficiente para a caracterização do tecido social em que o indivíduo está imerso. A contextualização de cada personagem a partir do reconhecimento do rol da relação, dos recursos disponíveis e de sua utilização

⁶⁰ Não se trata apenas de identificar se os indivíduos eram homens ou mulheres, mas sim como eles faziam uso dos códigos que os identificavam como tais. Segundo Gil Mihaely, “[...]le genre peut être considéré comme une stratégie employée par les femmes et les hommes non privilégiés. Sans autres capitaux que leur corps, ils et elles cultivent des comportements et des apparences articulés autour de modèles de masculinité et de féminité qui circulent dans leur culture et l'utilisent à fin de gagner une reconnaissance sociale et affirmer leur identité et leurs appartenances.”

“[...]o gênero pode ser considerado como uma estratégia empregada pelas mulheres e pelos homens não privilegiados. Sem outros recursos que seu corpo, eles e elas cultivam comportamentos e aparências articuladas em torno de modelos de masculinidade e de feminilidade que circulam em sua cultura e os utilizam a fim de obter um reconhecimento social e afirmar sua identidade e suas vinculações.” MIHAELY, Gil. *Masculinités: Corps, pouvoir et nature*. Conferência proferida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 22 de março de 2006. Tradução da autora.

é que permite compreender a localização em tal rede. A definição do universo inicia por este processo.

Em um segundo momento é a identificação dos possíveis usos de determinados recursos que possibilita o reconhecimento das estratégias empregadas. E este conceito, o de estratégia, se torna chave interpretativa. Calcado na percepção de uma racionalidade limitada, como anteriormente dito, ele indica nada mais que os mecanismos sociais que são buscados neste estudo.

Ao considerar como prioritária a análise das relações diretas dos indivíduos, privilegia-se a suposição de que, na especificidade destas construções, seja possível nos aproximarmos do uso real destes mecanismos, compreendendo o desenrolar dos confrontos e arranjos de forças. Certamente a contextualização de cada indivíduo aponta para um número quase infinito de outras relações, que podem constar como recursos na rede – exemplarmente o acesso à autoridades e à pontos geograficamente distintos –, mas deve se constituir um limite⁶¹ nessa avaliação. Esse se constituiu sob dois aspectos: o conteúdo relacional com seus valores subscritos e, a relevância apontada pela permanência de tal vínculo. Quanto ao conteúdo relacional, este estudo pretende compreender um determinado grupo social e, portanto se atentarà às relações que possibilitaram a cooperação ou divergência entre indivíduos identificados como pertencentes a tal grupo, assim como aquelas que permitiram essa distinção. Mais complexo é apontar a relevância segundo a permanência do vínculo, mas o fator temporal é um dos que permite estabelecer comparativamente tal dado, mesmo que não absolutamente. A importância subjetiva de um contato breve pode escapar ao investigador, em dados momentos. Certamente que esse último aspecto não pode ser

⁶¹ MATEO, José, op. cit., p. 43.

inflexivelmente aplicado, mas constitui-se em uma espécie de bússola quando nenhuma outra possibilidade se descortina.

1.3. Pelotas, o charque e os historiadores: breves apontamentos.

Os estudos que tratam de Pelotas no período compreendido entre o fim do século XVIII e a Revolução Farroupilha são escassos. A historiografia tradicional legou apenas poucas páginas preenchidas com informações vagas e com um caráter pitoresco sobre o período⁶². Exemplarmente, o apontamento de que José Pinto Martins teria estabelecido a primeira charqueada nas margens do Arroio Pelotas vem sendo repetido ao longo dos anos como fato dado, apesar de nunca se haver localizado documento algum que o comprovasse⁶³. Ademais, o centro das atenções tem se colocado num período posterior, ressaltado como auge da produção do charque ou, como corriqueiramente tem sido nomeado, o período de *opulência* na cidade⁶⁴.

⁶² Referência especial ao intelectual do início do século que publicou os primeiros e mais conhecidos escritos sobre a cidade. OSÓRIO, Fernando. *A cidade de Pelotas*. Volume 1. 3ª ed. Organização de Mario Osório Magalhães. Pelotas: Editora Armazém Literário, 1997.

⁶³ Mario Osório Magalhães em sua coluna no Diário Popular, atribui à um discurso de Domingos José de Almeida à Assembléia Provincial a referência, apesar de percorrendo tais discursos esta pesquisadora não a haver encontrado. MAGALHÃES, Mário Osório. “Artigo”. *Diário Popular*, Pelotas, 09.10.2005. p. 02. disponível em http://www.diariopopular.com.br/09_10_05/mario_osorio_magalhaes.html . Acesso em 07maio2008.

⁶⁴ Utilizando a expressão que dá título ao livro de outro historiador local, nos referimos ao período que inicia ao fim da década de 1850. MAGALHÃES, Mário Osório. *Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a cidade de Pelotas (1860-1890)*. Pelotas: Editora da UFPel/Livraria Mundial, 1993.

Mesmo a renovação historiográfica iniciada na década de 1980 demorou a romper com tal avaliação. O trabalho pioneiro de Berenice Corsetti⁶⁵ apesar de pretender abarcar o século XIX acaba por ratificar a percepção de que apenas na segunda metade desse século a produção do charque passa a ter alguma relevância. Certamente que a opção da autora em articular e comparar as charqueadas localizadas em Pelotas com os *saladeros* uruguaios tem responsabilidade em relação ao recorte temporal, mas não deixa de refletir algum desprezo com os momentos de formação e consolidação de tal contexto social.

Ao dedicar o primeiro capítulo ao que chamou de “uma visão de conjunto da economia gaúcha”, a autora tenta compreender a emergência do charque sobre a produção tritícola ainda no período colonial. Suas observações partem de uma análise do mercado internacional de comércio de grãos e levam a conclusões sobre o caráter impulsionador de tal cultivo do ponto de vista demográfico e econômico. Numa tentativa de definir o sistema de distribuição fundiária do período, a autora acaba por corroborar teses então colocadas como cânones e demonstra pouca base empírica⁶⁶.

Estabelecendo uma dicotomia entre colonos produtores de grãos, que se mantêm próximos ao crescente centro urbano de Porto Alegre, e empreendedores que ocupam – por vias legais de aquisição em geral – terras mais afastadas, onde a produção tritícola é inviável, a autora tenta explicar as diferenciações sociais nascentes. Ignora a possibilidade de que a migração para tal área tenha se dado em função da opção por ensejar as charqueadas. Ao tentar compreender os que se estabelecem como charqueadores, Corsetti estabelece a classificação de burguesia comercial e industrial.

⁶⁵ CORSETTI, Berenice. *Estudo da charqueada escravista gaúcha no século XIX*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1983. (dissertação de mestrado)

⁶⁶ Nesse sentido, apenas a partir do trabalho de Helen Osório novos aportes seriam trazidos à temática fundiária. OSÓRIO, Helen. *Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Pós Graduação em História, 1990. (dissertação de mestrado)

Pese o fato de que à autora interessa comprovar a inserção de tal setor produtivo no quadro mais amplo⁶⁷, que a leitura do período indicava como de transição para o capitalismo, e uma atenção justificada à temática da escravidão, a análise social fica extremamente prejudicada. Exemplo de uma produção quantitativa na historiografia, os contornos da sociedade são definidos a partir de categorias agregativas e homogêneas, em geral dicotômicas e amplamente ancoradas em modelos macro estruturais correntes⁶⁸.

Apesar de não se dedicar exclusivamente aos charqueadores, a tese de doutorado de Helen Osório⁶⁹ avança significativamente numa perspectiva de análise social para tal grupo. Ao buscar um quadro mais amplo, acaba por descortinar uma nova visão sobre os grupos sociais dominantes na província nos anos finais do século XVIII e iniciais do século XIX. O desenho do mercado interno e suas relações externas é acompanhado por um mapeamento social, revelando novas nuances. A expressão de um setor dinâmico, com uma diversidade produtiva é destacada rompendo com identidades estanques e bem conformadas. A mostra da complementaridade de algumas atividades permite que os atores sociais sejam percebidos sob uma mirada mais complexa, na qual o reconhecimento como estancieiro, comerciante ou lavrador se dá não somente pelo exercer de uma atividade produtiva.

As especificidades de uma sociedade em formação são expostas dentro de um cenário mais amplo, porém sem a tentativa de corroboração de modelos de análise, mas como um exercício constante de articulação e contextualização. A preocupação em

⁶⁷ A afirmação de que apenas a retração da demanda de animais com a decadência da mineração nas Gerais é exemplo deste esforço constante em explicar as alterações locais por modelos macro estruturais. CORSETTI, Berenice. *Estudo da charqueada escravista gaúcha no século XIX*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1983. (dissertação de mestrado). p. 42.

⁶⁸ Claramente há um tentativa de conciliação das teses elaboradas por Fernando Henrique Cardoso e Ciro Flamarion Cardoso em relação respectivamente ao Brasil Meridional e à História Econômica da América Latina.

⁶⁹ OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2007.

identificar mecanismos de ascensão e recrutamento social traz à análise da autora outras dimensões do processo. Partindo de um quadro ampliado e com preocupações que abrangem toda a província, tal trabalho acaba por analisar também o grupo dos charqueadores e identificar sua relação próxima com as atividades de comércio, trazendo novos elementos.

Pensando numa perspectiva da construção espacial de Pelotas, Ester Gutierrez executou um amplo levantamento documental, mapeando as diferentes zonas da cidade a partir do desenvolvimento da produção do charque. Longas descrições sobre cada uma das propriedades arroladas, os diferentes proprietários e os processos de divisões de bens dividem espaço nas páginas com mapas que acompanham o desenvolvimento do cerne do núcleo fabril das charqueadas pelotenses. Apesar quantidade de documentos citados e listados como fontes, a autora não desenvolve análise mais aprofundada sobre as diferentes relações que aponta.

Mesmo apontando que ao longo de duas gerações há um imbricamento entre relações familiares e transmissão de patrimônio que passa a concentrar nas mãos de algumas famílias⁷⁰ a maior parte das charqueadas às margens do Arroio Pelotas e Canal São Gonçalo, a autora não demonstra as circunstâncias que propiciam tal concentração. Ao longo do estudo, a importância destacada no título aos escravos acaba por se resumir à descrição do espaço para sua comercialização e trabalho, sem de fato fazer jus à noção sugerida de que há uma influência do negro na composição espacial da Vila de São Francisco de Paula.

Não obstante o esforço de acompanhamento caso a caso, e inclusive sua descrição detalhada, a análise toma um caráter isolado, onde cada propriedade não assume relação com as demais; cada grupo parental permanecendo desconexo em

⁷⁰ GUTIERREZ, Ester J. B. *Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço pelotense*. Pelotas: Ed. Universitária/UFPEL, 2001. p.153.

relação ao conjunto. Ao evitar o extremo das categorias agregativas homogenizadoras, a autora passa a uma miríade de casos que não conversam entre si. O risco de uma análise dessas se manifesta justamente na impressão de que as situações particulares independem do conjunto social.

1.4. Um Casamento na Vila de São Francisco de Paula: o universo de análise.

De família bem estabelecida na região sul da Província, Bernardina Barcellos de Lima, filha de Bernardino Rodrigues Barcellos, casa-se, no ano de 1824, com Domingos José de Almeida, um comerciante que cinco anos antes havia chegado ao Rio Grande do Sul para organizar tropas de mulas, vindo das Minas Gerais. Deste matrimônio nasceram treze filhos.

Bernardina nasceu em 1806, no Povo Novo, povoado onde se estabeleceram açorianos no final do século XVIII e que pertencia à Vila de Rio Grande. Filha de Bernardino Rodrigues Barcellos, nascido em Viamão – descendente de açorianos – e Maria Francisca da Conceição – filha de uma descendente de franceses e portugueses – natural da terra⁷¹, Bernardina passaria a maior parte de sua vida em Pelotas, imersa na primeira geração da elite charqueadora que floresceu no Rio Grande do Sul.

⁷¹ NEVES, Ilka. *Domingos José de Almeida e sua descendência*. Porto Alegre: EDIGAL, 1987. p. 28-30.

Seu pai possuía uma charqueada localizada no que se convencionou chamar de “cerne do núcleo fabril” pelotense, e que mais tarde faria divisa com a de Domingos José de Almeida. A importância de sua família nesse contexto local pode ser verificada ao longo do século XIX quando a sucessão de enlaces matrimoniais acabaria por concentrar a maior parte das charqueadas nas mãos dos diferentes ramos dos Rodrigues Barcellos⁷², formando uma intrincada malha na qual família e propriedade se sobrepunham.

O casamento foi celebrado no oratório da charqueada de João Simões Lopes⁷³, pai daquele que se tornaria Visconde da Graça, neste local estava a imagem de Santo Antonio de Pádua, doada por Antônio José Gonçalves Chaves, amigo e futuro sócio de Domingos no Vapor Liberal⁷⁴. Ao propor casamento, Domingos já possuía a charqueada contígua à de Bernardino, fruto de seus negócios como comerciante. É possível supor que para um forasteiro sem família na região, o matrimônio com uma jovem de família tão extensa e estabelecida há algum tempo lhe trouxesse vantagens.

Há alguns elementos a serem destacados. Domingos era filho de um português com uma natural da Freguesia do Tijuco, nas Minas Gerais. Muitos outros casos poderiam ser citados aqui para exemplificar o que pode ser um padrão do período. Muito além de pensar tal dado como um indicador de uma estratégia de inserção de membros externos a uma comunidade – assunto de que trataremos mais adiante - , pode-

⁷² Das 22 charqueadas localizadas às margens do Arroio Pelotas, 15 passaram em algum momento do século XIX às mãos de algum membro da rede familiar dos Rodrigues Barcellos. GUTIERREZ, Ester J. B. *Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço pelotense*. Pelotas: Ed. Universitária/UFPEL, 2001. p.124

⁷³ Bisavô do escritor João Simões Lopes Neto.

⁷⁴ MAGALHÃES, Mário Osório. “Artigo”. *Diário Popular*, Pelotas, 07,jul.2006. p.02. Disponível em: <http://www.diariopopular.com.br/07_07_06/artigo.html> Acesso em 20,out.2006.

se avaliar ainda os índices de imigração, que mostram que para a Bacia do Rio da Prata, 2/3 dos que buscavam se estabelecer eram homens⁷⁵.

A falta de mulheres brancas disponíveis para casamento é temática corrente dos escritos do período. Antônio José Gonçalves Chaves em suas *Memórias Economo-políticas sobre a administração pública no Brasil* de 1822, reclama da falta de mulheres brancas, e dizendo da necessidade de proibir os pais de enviarem suas filhas casadoiras aos conventos, porque assim os portugueses que vêm ao Brasil não têm com quem celebrar núpcias⁷⁶. O autor destas afirmações habitava a mesma localidade de São Francisco de Paula⁷⁷, portanto era conhecedor deste mundo fronteiro, afastado dos grandes centros urbanos do período. Tal relato, mesmo que utilizado como argumento político, pode ser indício de um padrão de imigração não baseado no núcleo familiar, mas na figura de um homem que vem para regiões fronteiriças buscando fazer fortuna, e que, como empreendedor, está desprendido de laços sociais mais sólidos.

Dos treze filhos que Bernardina teve apenas oito chegaram à idade adulta. O primeiro, chamado Domingos como o pai, morreu antes de completar um ano de idade. Aristides, nono filho, morreu aos dezesseis meses. Epaminondas, o oitavo filho, morreu antes de completar cinco anos. Domingos, o segundo filho, morreu contando onze anos de idade, em Pedras Altas, onde Bernardina e os filhos se refugiaram no início da Revolução Farroupilha. Pelópidas, décimo segundo filho, morreu em 1855, quase dez anos depois de sua mãe.

Ao mesmo tempo em que Domingos assumiu relevância como homem de negócios (em 1835 possuía, além da casa comercial, uma sesmaria de terras, charqueada

⁷⁵ SCHRÖTER, Bernard. Acerca de la posición de la mujer en el contexto del matrimonio en una región fronteriza de la América Hispánica a fines del período colonial. Resultados y desiderada. In: *Cuadernos AHILA*. Madrid/Berlim; Iberoamericana-Vervuert, n. 04, 1996. p. 71.

⁷⁶ CHAVES, Antônio José Gonçalves. *Memórias ecônomo-políticas sobre a administração pública do Brasil*. 4ª ed. São Leopoldo: Editora da Unisinos, 2004. p. 86;94.

⁷⁷ Denominação de Pelotas até 1832.

e sociedade em um vapor que percorria a Lagoa dos Patos – *O Liberal*), se tornou um político de destaque. Uma das hipóteses aqui desenvolvidas é de que o casamento permitiu que Domingos não só passasse a fazer parte da vida econômica da província, trazendo oportunidades de negócios – que advinham das relações que passou a estabelecer a partir do matrimônio –, como também lhe proporcionou a integração à elite política regional. O casamento com Bernardina garantiu a ligação do empreendedor dinâmico – conhecedor de ligações comerciais com o centro do país – com os notáveis locais. Indício de que a elite charqueadora tinha interesses amplos, com uma flexibilidade que permitia a absorção de indivíduos que não compartilhassem sua origem.

O sistema de recrutamento de novos membros para elites em regiões fronteiriças, onde tais grupos ainda não estão plenamente estabelecidos, permite a inserção de diferentes formas, e faz com que certos códigos sociais sejam menos rígidos, especialmente os referentes às origens econômica/social. Nesse caso específico, o núcleo dos charqueadores ainda estava se formando e homens como Domingos, mesmo que chegando em um período no qual as charqueadas não eram novidade naquelas paragens, podiam se inserir em tal atividade econômica rapidamente. Em um período posterior, os laços familiares seriam fundamentais para a sobrevivência de tal sistema, já que os empréstimos de bens – especialmente escravos, mas também barcos e maquinaria – e o fornecimento de gêneros processados – destacadamente farinha de mandioca – em transações desmonetarizadas seriam parte da condição de sobrevivência destes empreendimentos. Indicamos aqui a existência de um sistema social típico de Antigo Regime, onde economia, política e sociedade se entrelaçam sendo interdependentes.

Em 1835, Domingos era deputado na Assembléia Provincial quando participou da deflagração da Revolta Farroupilha, ou seja, dezesseis anos depois de sua chegada, este senhor já era um indivíduo plenamente integrado ao grupo dominante. Tanto que seria um dos líderes dos revoltosos em Pelotas, chegando a ser preso, em outubro de 1835, pelas forças do Império. A partir desse incidente a correspondência entre Domingos e Bernardina – iniciada desde sua posse na Assembléia Provincial – se intensificou. Bernardina Barcellos de Almeida escrevia para seu marido com alguma frequência, como se pode constatar pelas constantes citações dele. Porém, restaram poucas destas cartas, diferente do grande montante de missivas de Almeida, uma boa quantidade endereçada à esposa.⁷⁸

Depois que foi assinada a paz com o Império, Domingos José de Almeida iniciou uma série de petições exigindo o pagamento de dívidas pessoais que havia assumido para munir tropas farroupilhas⁷⁹. Enviou ao menos três documentos à corte, onde anexou testemunhos e cartas que constituíam prova dos recursos financeiros que havia empregado. É em meio a essa contenda que Bernardina concebeu pela décima quarta vez. E, em 17 de maio de 1846, numa tentativa de parto frustrada, veio a falecer.

Seus oito filhos sobreviventes seriam todos participantes do inventário de seu pai Bernardino Rodrigues Barcellos, realizado em 1857⁸⁰. Cada um deles assumiria um destino particular, porém com algumas semelhanças. Junius Brutus Cassius de Almeida, sétimo filho, se dedicou às atividades charqueadoras por um período mais estendido, conjugando a propriedade vizinha à do pai com uma fazenda em Uruguaiana. Bernardino Bráulio de Almeida, terceiro filho, também se ocupou com o charque. Ambos ocuparam cadeiras na Câmara Municipal por pelo menos uma legislatura. Luiz

⁷⁸ A sobrevivência desse acervo, localizado na Coleção Varela, se deve a própria vontade de Domingos, que pretendeu escrever uma memória da Guerra.

⁷⁹ BN, Sessão de Manuscritos. Fundo: Documentos Biográficos. C-0054, 005

⁸⁰ GUTIERREZ, Ester J. B, op. cit., p.148.

Felipe de Almeida, que participou da operação de 1851 no Uruguai como 2º Sargento do Exército Brasileiro – tendo sido inclusive condecorado – , tornou-se tabelião em Pelotas. Era o quarto filho do casal. Epaminondas Piratinino de Almeida, décimo terceiro filho do casal, advogado, ocupou o cargo de Delegado de Polícia após o advento da República e antes disso, teve papel preponderante tanto no Clube Abolicionista quanto na organização do Partido Republicano. Tiveram em comum a proximidade com os espaços do poder público.

Maria Carlota de Almeida, décima primeira filha, gerou onze filhos. Custódia Margarida de Almeida, a quinta filha de Bernardina e Domingos morreu, aos 51 anos, solteira e sem descendência. Seus restos mortais se encontram no mesmo depositário que os do pai – e possivelmente da mãe –, e seu testamento foi anexado ao inventário de Domingos. Maria Izabel, sexta filha, apesar de ter se casado, morreu antes do pai e sem deixar descendentes. A décima filha, Abrilina Decimanona Caçapavana de Almeida, afilhada de Bento Gonçalves e José da Silva Brandão, casou com seu primo irmão Quincio Cincinato Barcellos⁸¹.

À exceção de Maria Izabel, todos participariam do inventário de Domingos, que morreu em 1871, sem deixar testamento⁸², se este fosse então aberto. Mas o processo só foi iniciado em 1915 e jamais seria concluído. Noventa anos após sua morte, ainda houve movimentação judicial e o legado patrimonial ainda estava em disputa. Tempo muito maior do que aquele necessário para que o patrimônio fosse acumulado. Desde 1822, quando Domingos desembarcou em Rio Grande com a pretensão de formar tropas de mulas⁸³, até sua morte transcorreram quase cinquenta anos.

⁸¹ NEVES, Ilka, op. cit., p. 37-118.

⁸² GUTIERREZ, Ester J. B, op. cit., p. 150.

⁸³ LESSA, Barbosa. *Domingos José de Almeida*. Porto Alegre: Tchê/RBS, 1985. p. 13.

São Francisco de Paula no momento da chegada de Domingos José de Almeida ainda não se configurava na Pelotas reconhecida como pólo econômico da Província, nem o charque tinha a importância que assumiu posteriormente. Nem mesmo toda a margem do Arroio Pelotas havia sido ocupada. São Francisco de Paula não era mais que localidade pertencente à Rio Grande, seria elevada à Vila somente dez anos depois. Os notáveis locais, em sua maioria, eram naturais de outros pontos da Colônia ou portugueses.

Esta sociedade nascente analisaremos no capítulo a seguir.

Capítulo II

Um Casamento na Vila de São Francisco de Paula de Pelotas: elementos de uma estratégia familiar e a fundação da povoação.

“É preciso dar a conhecer o Rio Grande, a parte mais preciosa do Brasil! Eu vim para ele como forçado; sua gente, sua fisionomia física e suas condições me encantaram. Adotei-o, e meus ossos lhe serão entregues quando extinta a existência que lhe consagrei.”

Domingos José de Almeida em 1859 em carta ao governo da província.

2.1 O povoado de Pelotas: “vem a ser o centro de todo o comércio deste grande espaço que elas circundam”⁸⁴.

⁸⁴ CHAVES, Antônio José Gonçalves. *Memórias econômico-políticas sobre a administração pública do Brasil*. 4ª ed. São Leopoldo: Editora da Unisinos, 2004. p. 178.

Em 1812 por alvará do príncipe regente – confirmado canonicamente pelo Bispo do Rio de Janeiro – desmembrada da igreja do Rio Grande, surgia a Freguesia de São Francisco de Paula próxima ao Arroio Pelotas e às suas charqueadas. Mas a pequena igreja que determinaria o núcleo central da povoação só iniciaria suas obras em 1814 e é deste momento em diante que conta Antônio José Gonçalves Chaves a fundação, no que ele denominou de “ermo”. Depois de oito anos, seria possível a Gonçalves Chaves indicar 37 casas de comércio, 22 “fábricas de carnes” – sendo que desses estabelecimentos derivava então a maior riqueza, estabilidade e povoação – e 217 casas dentro do povoado, ressaltando que as três léguas quadradas de superfície da freguesia tinham a posição geográfica das mais vantajosas da província⁸⁵.

Segundo os dados do censo de 1814, a povoação contava com 2.419 habitantes – sendo quase 51% de escravos e menos de 30% de brancos – não chegando a ter 4% da população da Província⁸⁶. Mas as dimensões não impediram que nas primeiras quatro décadas do século XIX os viajantes repetissem sem cessar que a povoação era próspera e que crescia rapidamente⁸⁷. A dimensão dos valores apresentados nas *Memórias econômico – políticas* também surpreende, ao estimar em 1.309:800\$000⁸⁸ toda a riqueza existente na povoação⁸⁹. Mais interessante ainda é o dado em que o autor estima os valores das casas da povoação: o valor total das 217 contadas é de 342:500\$000, porém, 37 delas conjuntamente correspondem a 47% (162:500\$000) deste montante. A indicação de concentração de riqueza

⁸⁵ Idem. p. 217-219.

⁸⁶ FEE. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul* – Censos do RS 1803-1950. Porto Alegre: FEE/Museu de Comunicação Hipólito José da Costa, 1981. p.50.

⁸⁷ Pelo menos oito relatos de contemporâneos podem ser apurados para período: John Luccock, José Caetano da Silva Coutinho, Francisco de Paula Azeredo, Auguste de Saint-Hilaire, Carl Seidler, Arsène Isabelle, Jean Baptiste Debret e Nicolau Dreys. MAGALHÃES, Mário Osório. *Pelotas: Toda a Prosa*. Vol1. Pelotas: Armazém Literário, 2000. p.8.

⁸⁸ Segundo o site do Banco Central do Brasil a cotação dos réis era de 1\$200 para cada 1/8 de onça (0,03Kg) de ouro 22 quilates no período compreendido entre 1808 e 1833.

⁸⁹ CHAVES, Antônio José Gonçalves, Op. cit. p. 218.

nos dá pistas sobre os notáveis senhores que alguns viajantes citarão⁹⁰, mesmo assim, ao se considerar a efetiva ocupação como recente para o momento da publicação, podemos entender em parte o espanto dos viajantes relatado pelo autor.

A afirmação de Antônio José Gonçalves Chaves demonstra em parte o que pode ter levado Domingos José de Almeida a decidir se estabelecer na povoação. A produção do charque trazia prosperidade ao povoado, indicando-o como um pólo atrativo. Segundo Saint-Hilaire

“algumas famílias do Rio Grande mudaram-se para aqui e é crível que daqui a pouco tempo esta aldeia será acrescida de um grande número de novos habitantes, atraídos pela posição favorável da população, pela beleza da região e riqueza dos que se acham aqui estabelecidos”.⁹¹

Dentre as famílias elencadas como provindas do Rio Grande, estão os Rodrigues Barcellos, de quem trataremos no próximo tópico.

As versões que narram a migração de Domingos José de Almeida para Pelotas divergem em detalhes: algumas contam que ele teria partido de Diamantina⁹², outras que teria realizado serviços de caixeiro viajante no Rio de Janeiro⁹³, de lá partindo. Em comum a indicação de que o motivo de sua primeira viagem a Pelotas seria o recolher de uma tropa de mulas para comércio. Barbosa Lessa⁹⁴ optou pela versão mais romântica sobre os motivos

⁹⁰ Ver: COUTINHO, Dom José da Silva. “Diário de Viagem”. (inédito). Transcrito em RUBEM NEIS, “Pelotas em 1815”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 8, jul, 1972. Caderno de Sábado. SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul : 1820-1821*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974. AZEREDO, Francisco de Paula. “Em trânsito pelo Rio Grande do Sul em 1816 (notas de viagem)”. *Província de São Pedro*, nº21. Porto Alegre: Editora Globo, 1957. DREYS, Nicolau. *Notícia Descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. Rio de Janeiro: J. Villeneuve &Comp., 1839.

⁹¹ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul : 1820-1821*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.. p.130.

⁹² CUNHA, José Zeferino da. *Apontamentos para a história da revolução de 1835. Biografia de Domingos José de Almeida*. Pelotas: Tipografia da Livraria Americana, 1902. p. 04.

⁹³ LESSA, Barbosa. *Domingos José de Almeida*. Porto Alegre: Tchê/RBS, 1985. p. 10. ROSA, Othelo. *Vultos da Epopéia Farroupilha*. Porto Alegre: Globo, 1935, pp.105. SPALDING, Walter. *Construtores do Rio Grande do Sul*. I Volume. Porto Alegre: Editora Sulina, 1969, pp. 179.

⁹⁴ LESSA, idem, p. 10.

que encantaram Domingos para ficar na província, a de que seria um erro tropear mulas em Rio Grande, por estas serem criadas no planalto riograndense que “se situava praticamente em outro país”.⁹⁵

José Zeferino da Cunha, baseado nos relatos dos descendentes indica uma possibilidade diversa. Sob a proteção do Conselheiro Manoel Moreira de Figueiredo⁹⁶ e de seu genro, o Doutor João Baptista de Figueiredo Mascarenhas, ambos conterrâneos mineiros e amigos de sua família, Domingos foi à Pelotas tropear mulas. Provavelmente Domingos trabalhava como caixeiro viajante para o Conselheiro, este estabelecido no Rio de Janeiro, e ao buscar se estabelecer como comerciante com o capital que havia acumulado foi incentivado a se fixar em Pelotas, onde o Doutor Mascarenhas residia.

O mecanismo era utilizado desde antes e não apenas na América Portuguesa, mas também na região da província de Buenos Aires⁹⁷. É possível inclusive perceber-lo como uma permanência do mecanismo de migração dos minhotos desde o século anterior. Se pensarmos que Domingos José de Almeida era filho de um minhoto e igualmente o era o Conselheiro Manoel Moreira Figueiredo, podemos inferir que a prática corrente se mantinha, e mais do que um traço cultural de uma determinada região como um mecanismo bem sucedido de expansão de redes comerciais.

Esse mecanismo era parte de um conjunto maior que propiciava o recrutamento de indivíduos para as redes comerciais, e que se não mais se dava somente entre portugueses no momento em que centramos esta análise, se dava com seus filhos, demonstrando também a

⁹⁵ Esta versão dá ares de providência divina ou acaso do destino para a escolha por Pelotas, reforçando a idéia de legenda que muitos autores já construam sobre os heróis farroupilhas e que o Movimento Tradicionalista Gaúcho – do qual Barbosa Lessa foi fundador – popularizou ao longo da segunda metade do Século XX.

⁹⁶ “O Dr. Manoel Moreira de Figueiredo além de conselheiro de Sua Majestade e fidalgo da casa real, era Desembargador da casa de Suplicação, Comendador da Ordem de Cristo, Deputado secretário da Junta comercial, etc., etc., e pessoa de muito valimento, com o então monarca D. João VI.” CUNHA, José Zeferino da. *Apontamentos para a história da revolução de 1835. Biografia de Domingos José de Almeida*. Pelotas: Tipografia da Livraria Americana, 1902. p. 04.

⁹⁷ OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2007. p. 290 e SOCOLOW, Susan. *Los mercaderes del Buenos Aires virreinal: familia e comércio*. Buenos Aires: Ediciones de La Flor, 1991. p. 32.

sua reprodução dentro de uma rede social amplamente ancorada naquela que inicialmente podia ser identificada pela origem geográfica de seus membros. O padrão indicado por Helen Osório⁹⁸ pode ser identificado na trajetória de Domingos José de Almeida, mostrando que sua fixação em Pelotas faz parte de um sistema migratório organizado em torno do comércio de grosso trato no Império Português.

“Retomando as principais características dos recrutamentos geográfico e social dos homens de negócio do Rio de Janeiro, verificamos haver um padrão muito semelhante ao do corpo mercantil de Lisboa. Metade deles era originária do Minho e todos eram externos ao meio mercantil, provindos de famílias de lavradores e oficiais mecânicos. A maioria esteve inserida em redes sociais e familiares, as quais propiciavam não só o ingresso na carreira, como, posteriormente, o sucesso, cujos indícios são a obtenção do título de Cavaleiro da Ordem de Cristo e a participação no lucrativo negócio dos contratos da Coroa. Ainda jovens, esses negociantes foram iniciados nos rudimentos da escrita e do cálculo e fizeram aprendizado comercial, capacitando-se para o ofício no Rio de Janeiro, e, em sua maioria, a partir da atividade de caixeiro.⁹⁹”

Osório admite ainda que o padrão de recrutamento e as trajetórias de vida observadas para o Rio de Janeiro são aplicáveis à fronteira meridional da América Portuguesa. Porém, as transformações advindas desde 1822 com a independência transformarão esse quadro bruscamente, como analisaremos na terceira parte deste capítulo.

A rede social não apenas indicou o lugar onde Domingos se fixaria, mas permitiu que, no exercício de sua atividade de caixeiro viajante, ele acumulasse capital e adquirisse os contatos necessários a tal fim. Foi ainda a mesma rede que lhe trouxe um sócio, o Cirurgião João Ferreira Paes, num laço que persistiria mesmo quando Domingos já estivesse inserido em outras redes aparentemente mais sólidas. Em 1832,

⁹⁸ OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2007. p. 288 – 290.

⁹⁹ Idem, p. 289.

ao redigir uma nova procuração de bens¹⁰⁰, e já usufruindo da rede familiar dos Rodrigues Barcellos no negócio da charqueada, de uma rede política que revertia em negócios comuns – esta última com o reforço dos votos de irmandade da maçonaria – e de novos contatos comerciais, Ferreira Paes seguiria como procurador para representar o casal Almeida em Pelotas.

O pai de Domingos era um moleiro vindo do Minho, estabelecido em Diamantina e que teve morte precoce, deixando a viúva, seu primogênito e os demais filhos desamparados. Domingos José de Almeida nunca escondeu que a única formação que teve foi a necessária a um caixeiro, por graça e obra de um *parente*. Mais que isso, é possível afirmar que trabalhar como caixeiro foi a própria formação, a exemplo da definição de aprendiz que Socolow forjou no caso de Buenos Aires¹⁰¹. O comércio provavelmente era a única possibilidade segura de ascensão social, e depois, a possibilidade de estabelecer-se com uma casa de fazendas na pequena freguesia onde se produzia charque, produto com alta cotação no comércio atlântico.

A preocupação em atrair comerciantes era corrente desde a fundação da Freguesia de São Francisco de Paula como se tratará na terceira parte deste capítulo. Mas antes voltemos nossas atenções aos Rodrigues Barcellos, a família de Bernardina, buscando outros mecanismos de ascensão e reprodução social.

¹⁰⁰ Nesta procuração, a única encontrada para o período anterior à 1835, figuram como procuradores para a Vila de São Francisco de Paula David Pamplona Corte Real, João Ferreira Paes e Izahias Antônio da Silva. Há ainda representantes nomeados na Villa de Rio Grande, na de Porto Alegre, na de Rio Pardo na Cidade da Bahia [Salvador], e na cidade de Pernanbuco [Recife]. 1º Tabelionato de Pelotas. Registros Notariais de procurações. Livro único. fl. 03v.

¹⁰¹ SOCOLOW, Susan. *Los mercaderes del Buenos Aires virreinal: familia e comércio*. Buenos Aires: Ediciones de La Flor, 1991. p. 32.

2.2 Os Rodrigues Barcellos e o investimento em um espaço para ser elite: a família e seus patrimônios.

Talvez a privilegiada posição geográfica tenha sido um dos atrativos que levaram os Rodrigues Barcellos a se fixarem nas margens do Arroio Pelotas. O ano de 1814 marca o início do negócio de charqueadas para os irmãos Bernardino, Inácio, Cipriano e Boaventura, e o abandono para Luís – que passaria a residir em Bagé. Este último vendeu aos três primeiros a suas terras e realizou uma nova migração, a terceira, já que todos os irmãos eram naturais de Viamão – seus pais eram açorianos – e até a chegada à São Francisco de Paula, residiam em Rio Grande, Piratini ou Jaguarão¹⁰².

De todos os irmãos Boaventura foi o que acumulou maior patrimônio. Ao fim da vida, era comendador, havia contraído matrimônio duas vezes e o montante de seu inventário estava avaliado em 182:617\$178 réis¹⁰³. Fora além de charqueador, prestamista e compôs a Câmara da Vila por pelo menos cinco legislaturas. Na lista de dívidas ativas de seu inventário constam vários notáveis locais, e durante a Revolução Farroupilha, mesmo ficando ao lado dos Imperiais socorreu muitos farrapos, como Domingos José de Almeida e o próprio Bento Gonçalves, o que denota que os laços políticos podiam ser suplantados por outros graus de relação¹⁰⁴. Mas falaremos disso logo mais, sigamos apresentando os primeiros Rodrigues Barcellos de Pelotas.

Inácio residira em Piratini, onde havia se casado com Emerenciana Manuela Teixeira com quem tinha 12 filhos. Tinha charqueada contígua a de Boaventura, no Areal. Chegaram

¹⁰² GUTIERREZ, Ester J. B, op. cit., p. 125. Ver também : NEVES, Ilka. *Adélia da Câmara Barcellos: genealogia e história*. Pelotas: EdUFPEL, 1997.

¹⁰³ APERS. Inventário de Boaventura Rodrigues Barcellos. Pelotas, nº 409, M. 28. Cartório de Órfãos e Provedoria, 1856.

¹⁰⁴ AHRS. *Anais. Volume 2. Coleção Varela*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978-1979. CV-164. p. 134.

a ter uma contenda por conta da marcação dos limites das terras em 1815. Aliás, a marcação de terras seria solicitada novamente pelos herdeiros em 1874, denotando o problema dos limites naturais utilizados, mas neste momento parte das terras contíguas já pertencia aos herdeiros de Antônio José Gonçalves Chaves¹⁰⁵. A contigüidade das terras dos Rodrigues Barcellos fazia de Cipriano vizinho de Inácio e ao mesmo tempo de Bernardino. Os registros encontrados dão conta de que além das duas propriedades que possuía na Costa do Pelotas, tinha recebido uma Comenda Imperial¹⁰⁶.

Cipriano é de quem menos se sabe: além de possuir a charqueada contígua à de Inácio, teve duas filhas batizadas em Pelotas e foi casado com Rita Bernarda da Silva. E por fim, Bernardino, com suas duas propriedades e seus muitos filhos – oito constam do inventário, mas houve outros cinco, que não sobreviveram aos pais e não deixaram herdeiros – como os irmãos era charqueador.

Encontramos ainda outros três irmãos Rodrigues Barcellos em Pelotas, através dos registros paroquiais: Manoel, casado com Micaela Rodrigues da Silva; João, casado com Maria Joaquina de Lima; e Ana, casada com Serafim dos Santos Robalo¹⁰⁷. Posteriormente, nos registros notariais descobrimos que José Rodrigues Barcellos, casado com Dona Ana Bernarda da Cunha, era dignatário Guarda Roupas do Imperador. Joaquim, faleceu no Povo Novo, o que nos leva a crer que tenha se mantido em tal localidade enquanto os irmãos se dirigiram para Pelotas. Há ainda Simeana Barcellos de Lima, casada com seu primo materno Boaventura Inácio de Barcellos.

¹⁰⁵ GUTIERREZ, Ester J. B, op. cit., p. 125, 137.

¹⁰⁶ É referenciado como comendador ao se nomearem as terras de sua propriedade como limítrofes ao menos no seguinte inventário. APERS. Inventário de Inácio Rodrigues Barcellos. Pelotas, nº 55, M. 36. Cartório de Órfãos e Provedoria, 1863.

¹⁰⁷ MITRA DIOCESANA DE PELOTAS. Livros de batismo nº1, 2, 3 e 4 da Igreja Matriz São Francisco de Paula.

Neste momento cabe perguntar o que torna tão interessantes aos Rodrigues Barcellos¹⁰⁸ e em que eles ajudam a compreender a Pelotas que Domingos José de Almeida encontrou ao chegar. Não apenas o fato de ser Bernardino Rodrigues Barcellos sogro de Domingos trouxe a família como evidência, antes de mais nada esse foi o motivo do encontro com estes personagens. É possível através do cruzamento de registros paroquiais com os inventários post-mortem perceber três aspectos diferentes das relações e isso, basicamente, partindo de uma mesma questão: o que além de irmãos foram esses indivíduos uns para os outros.

2.2.1 Compadres

O primeiro aspecto se mostra na escolha dos padrinhos dos filhos deles. Observando registros de batismo da Matriz de São Francisco de Paula entre os anos de 1812 à 1834, pode-se contar 542 apontamentos onde surgem os irmãos Rodrigues Barcellos, seus cônjuges – na imensa maioria das vezes acompanhando-os – ou seus filhos. Desse total, apenas 62 são registros de nascimento de novos membros da família – 55 filhos e sete netos. Nos demais 480, os irmãos Rodrigues Barcellos, seus filhos e em raras ocasiões, seus cônjuges desacompanhados, são padrinhos de novos habitantes da freguesia. Há que se dimensionar o fato do extravio dos registros de escravos que se davam em separado, e que não nos permitem dimensionar qual a participação dentro deste outro universo.

Dentre os 62 registros de nascimento dos rebentos Rodrigues Barcellos, 27 tem como padrinhos algum membro dessa família, e em 13 os compadres foram escolhidos na família

¹⁰⁸ “Os homens mais ricos desta freguesia que tem fama de riqueza são Domingos de Castro Antiqueira, Domingos Rodrigues, Antônio Francisco dos Anjos – o Fragatinha – , o capitão José Tomas, Manuel Alves Morais, José Pinto e Companhia, Antônio Gonçalves Chaves e Companhia do Secco, *Cipriano Rodrigues e mais companheiros Barcellos*, Agostinho Nunes e Companhia.” No testemunho de um viajante do período, entre o nome dos notáveis pela riqueza, encontramos já a presença dos Rodrigues Barcellos, aqui identificados em conjunto, o que pode ser um indício interessante no que tange à uma possível associação familiar nos negócios. COUTINHO, Dom José da Silva. “Diário de Viagem”. (inédito). Transcrito em RUBEM NEIS, “Pelotas em 1815”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 8, jul, 1972. Caderno de Sábado.

do cônjuge. Obviamente os resultados dimensionam um momento, não podemos avaliar se anteriormente não houve outras opções e o quanto influenciaram as que conseguimos delinear¹⁰⁹. Podemos, contudo afirmar que mesmo havendo a possibilidade de estabelecer laços tão sólidos como os do compadrio com indivíduos que não compartilhavam os laços sanguíneos a percepção da necessidade de reforçar estes últimos foi privilegiada.

Da mesma forma essa necessidade de solidificar laços, através de um outro mecanismo de parentesco que não o da consangüinidade nos dá mostras de o quanto não podemos tornar absoluto tal processo como definir de rede familiar. Não basta apenas nascer dentro de tal rede, mas em momentos diferentes do ciclo de vida, os indivíduos têm que assumir posturas que reelaboram esses laços, confirmando-os, dentro de um ritual que transcende as posturas dos antepassados, ao mesmo tempo em que as confirma. Consequente, se redimensionam as forças colocadas nos pontos da rede, e redirecionam-se os laços onde tais forças têm pontos de encontro ou confronto. Os Rodrigues Barcellos, dentro de sua rede familiar não passavam ilesos a estes arranjos entre si.

Mas essa não foi uma estratégia uniforme entre os irmãos Rodrigues Barcelos. Inácio não se tornou compadre de nenhum de seus irmãos charqueadores desde a chegada à Pelotas, de fato, teve apenas uma afilhada, a segunda filha de sua irmã Simeana, o que pode denotar um afastamento, uma forma de marginalização da rede familiar. Por sua vez, Boaventura também não convidou nenhum de seus irmãos para ser padrinho de seus filhos, mas foi padrinho de mais de um filho de Bernardino, de Manoel, de Simeana¹¹⁰ e da filha de Ana¹¹¹. Essa demonstração de uma relação desigual entre os irmãos pode ser decorrente de seu

¹⁰⁹ Há dados do período anterior à chegada dos Rodrigues Barcellos à Pelotas que corroboram as conclusões aqui apresentadas como padrões aplicados desde antes. Porém, por não estabelecerem uma série, se encontrando difusos geográfica e temporalmente, observamos por bem não utilizá-los na análise, dada a impossibilidade de verificação dentro de um quadro mais amplo como foi possível com os dados aqui apresentados. Para ter acesso aos dados anteriores: NEVES, Ilka. *Adélia da Câmara Barcellos: genealogia e história*. Pelotas: EdUFPEL, 1997. p. 269-361.

¹¹⁰ MITRA DIOCESANA DE PELOTAS. Livros de batismo nº 1, 2, 3 e 4 da Igreja Matriz São Francisco de Paula.

¹¹¹ APERS. Inventário de Boaventura Rodrigues Barcellos. Pelotas, nº 409, M. 28. Cartório de Órfãos e Provedoria, 1856.

sucesso financeiro ou de uma opção por ampliar as relações para além das já estabelecidas pela consangüinidade.

A opção por reforçar o parentesco através do compadrio pode ser dimensionada em suas diferentes matizes avaliando alguns casos.

João Rodrigues Barcellos teve oito filhos entre os anos de 1813 e 1826. O primeiro, não nomeado no seu registro, teve como padrinhos Cipriano e Simeana. João, o segundo filho, teve como madrinha Rita Bernarda da Silva, esposa de Cipriano. Francisca era afilhada de Boaventura e Simiana – nesse caso o registro não deixa claro se é a irmã ou a filha de Boaventura, que tinham o mesmo nome¹¹². A quarta criança teve como madrinha sua prima Bernardina – que lhe deu o nome. Cipriano e sua filha Cipriana, apadrinharam a sexta filha, também chamada Cipriana. Provavelmente em uma tentativa de reaproximar os filhos de Inácio, Eleutério e Delfina receberam Francisca como afilhada. Por fim, Simeana, a oitava da prole nesse período teve como padrinhos Boaventura e sua segunda esposa Silvana Eulália de Azevedo. Apenas Angélica propiciou compadres a seus pais que não fossem parentes sanguíneos¹¹³.

Curiosamente João não faz parte do grupo que dentre os irmãos se ocupa nas charqueadas e, através disso sua escolha por direta ou indiretamente se ligar a cada um destes se faz tão evidente ao observarmos os eleitos como compadres. É possível que mesmo com o irmão mais afastado, Inácio, fosse vantajoso estar unido de alguma forma, e se não imediatamente, ao menos com seus herdeiros, demonstrando algum grau de instabilidade

¹¹² Sobre homônimos é importante ter presente que “esse fenômeno não é exclusivo da sociedade lusa, mas faz parte das suas tradições de atribuição de nomes às crianças que nasciam, sendo que estudos de pesquisadores franceses apontam para a questão de ser o nome próprio das pessoas à Idade Moderna um patrimônio das famílias, de “clãs”, de grupos de famílias que partilhavam um conjunto de valores sócio-culturais ou regionais, tais como a devoção a certos santos ou notáveis do passado. Sem ter a função de individualização, os nomes tinham função de gerar o pertencimento a esses grupos.” HAMEISTER, Martha Daisson. *Para dar calor à nova povoação: Estudo sobre Estratégias Sociais e Familiares a partir dos Registros Batismais da Vila do Rio Grande*. Rio de Janeiro: Programa de Pós Graduação em História Social/UFRJ, 2006. (tese de doutorado) p. 30-31.

¹¹³ MITRA DIOCESANA DE PELOTAS. Livros de batismo nº1 e 2 da Igreja Matriz São Francisco de Paula.

destes mecanismos. As relações com os herdeiros de Inácio poderiam significar uma espécie de fundo de reserva para alguma situação de crise com os demais irmãos.

Essa necessidade de ampliar as possibilidades pode ser medida na vontade de estabelecer laços entre duas redes familiares. O matrimônio pode ser encarado como um dos mecanismos onde tais interesses melhor são atendidos. Porém, o reforço dessa “união”, ampliando o que poderia ser apenas um ponto de contato para um entrelaçamento de duas malhas distintas, poderia ser construído através do compadrio. Boaventura Francisco Torma, cunhado de Bernardino empregou esse recurso entre 1817 e 1821 em três ocasiões¹¹⁴, tornando-se compadre de Luís Rodrigues Barcellos, Inácio e sua esposa Emerenciana e de seu cunhado, acompanhado na tarefa por Nossa Senhora¹¹⁵. Não apenas solidificou o elo que o matrimônio de sua irmã havia estabelecido como o ampliou com outros dois membros da família.

Há um dado interessante quando se analisa os casos em que os irmãos Rodrigues Barcellos apadrinham crianças sem a companhia de seus cônjuges. Em dois casos ao menos se observa que as filhas mais velhas, em idade para casar, acompanham os pais na tarefa do compadrio. Bernardina e Simiana assumem a função que caberia à suas mães. No caso da segunda, considerando que esta já havia falecido, pode-se avaliar que a sua presença seja a substituição mais próxima dentro das possibilidades, mas no caso da primeira, essa justificativa não é aplicável, dado que nada nos indica a impossibilidade de Maria Francisca ocupar a posição de madrinha no batismo. Considerando-se o momento da vida de ambas as jovens, a constituição de um patrimônio imaterial como o compadrio, um recurso acessível através do convite aos seus pais, pode ser encarado como o início da constituição de um dote.

¹¹⁴ MITRA DIOCESANA DE PELOTAS. Livro de batismo nº1 da Igreja Matriz São Francisco de Paula.

¹¹⁵ Martha Hameister faz interessantes considerações sobre a presença de santos na substituição de padrinhos à pia batismal, especialmente quando se trata de uma mulher como ente ausente. Demonstrando como este mecanismo tem diferentes significações, a autora mostra que a substituição de um ente por um santo poderia desobrigar este das obrigações recíprocas estabelecidas pelo compadrio. HAMEISTER, Martha Daisson. op. cit., p. 185-249.

Levado pelo resto da vida, e ao mesmo tempo um vínculo compartilhado com os pais, indissolúvel, garantiria que a relação geracional se manteria mesmo com a formação de um novo núcleo parental que poderia implicar em distanciamento.

Outra expressão desse quadro pode ser observada no casamento e prole de Boaventura Inácio Rodrigues com Simeana Rodrigues Barcellos. Os dois primeiros filhos do casal, nascidos em 1818 e em 1820 tiveram respectivamente como padrinhos Bernardino juntamente com sua esposa e Inácio acompanhado da sobrinha Bernardina. Oito anos depois, nasceu o terceiro filho do casal, e o padrinho escolhido foi Domingos José de Almeida, então já casado com Bernardina. O compadrio nesse caso pode ter sido a forma que Simeana e seu marido encontraram de usufruir dos benefícios de uma rede familiar extensa em número, mas concentrada numa área geográfica diminuta, não dispondo dos mesmos recursos que os demais¹¹⁶.

E para explicar por que este casal em particular não dispunha desses recursos em tal momento, podemos avaliar o segundo aspecto que torna os Rodrigues Barcellos tão interessantes: aos matrimônios que estes homens e seus filhos e filhas contraíram.

2.2.2 Cônjuges

Boaventura Inácio Barcellos, filho de um casal de ilhéus, nasceu em Porto Alegre. Seu laço de parentesco com a esposa o colocava como parte afastada desta rede até o casamento, se considerarmos que seus irmãos permaneceram em Viamão, tornando-o um indivíduo em desvantagem dentro do contexto local – por ser primo materno de sua esposa, a rede era compartilhada, não possuía o recurso de uma rede exclusiva de ambos os costados que o permitisse agregar recursos. Isso pode tê-lo voltado para os parentes colaterais de sua esposa como um conjunto de relações que exigiam uma consolidação que tão somente o

¹¹⁶ MITRA DIOCESANA DE PELOTAS. Livros de batismo nº1 e 2 da Igreja Matriz São Francisco de Paula.

matrimônio não poderia garantir. A impossibilidade de recorrer à outra rede familiar – de forma imediata – que não aquela colocava o casal em desvantagem em relação aos demais, e os expunha sobremaneira às possíveis exigências parciais em casos de disputa internas. Uma posição que poderia se tornar incômoda, que exigia ser ao menos remediada em curto prazo e dissolvida com o passar dos anos.

Ao mesmo tempo, o que numa situação imediata constituía desvantagem, pode ser pensado como recurso à longo prazo. O casamento consangüíneo num caso destes, onde há uma distância geográfica envolvida, acaba por expressar uma possibilidade de reaproximação com ramos afastados do tronco parental. A possibilidade de reaccessar contatos distanciados, permitindo que antigas redes mantenham pontos de ligação, um recurso dos mais importantes em casos de instabilidade, como poderemos ver no próximo capítulo.

Em outro ponto da rede é possível perceber, que o casamento de Ana Luiza Barcellos de Lima e Serafim dos Santos Roballo, natural do Rio Pardo, participa de um padrão de recrutamento de indivíduos externos a rede familiar: as mulheres nascidas entre os Rodrigues Barcellos da primeira e segunda geração estabelecida na freguesia de São Francisco de Paula casaram-se, em sua grande parte, com homens nascidos em outros pontos da colônia e que estavam desprovidos de laços familiares próximos naquele espaço geográfico. Pode-se dimensionar o quanto era vantajoso um casamento entre uma família que possuía um núcleo de charqueadores entremeado por pessoas inseridas em outras atividades. Por outro lado, interessava a esse grupo, bastante definido por laços sanguíneos e por uma atividade econômica que ocupava parte significativa de seus integrantes, ampliar as possibilidades de inserção em outros espaços, mediadas por agentes não absolutamente imersos num contexto local, mas providos de uma bagagem de contatos externos¹¹⁷.

¹¹⁷ Luís Augusto Farinatti encontra mecanismo semelhante ao analisar famílias da elite de Alegrete. FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Confins Meridionais: famílias de lite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. PPG – História Social, 2007 (tese de Doutorado). De forma semelhante, Jonas Vargas encontrará a ampliação de recursos

Um desses indivíduos externos certamente foi Domingos José de Almeida. Sua experiência como caixeiro no Rio de Janeiro¹¹⁸, a atividade de comércio de grosso trato que desenvolveu a partir de sua chegada à freguesia – era comerciante de tecidos – e seus contatos políticos podem ter se mostrado como extremamente atraentes. Não há sugestão de uma racionalidade completa nessa constatação, até por que isso excluiria a possibilidade de escolha, e certamente Bernardina não era a única moça casadoira em tal momento – o mesmo sendo válido para Domingos como pretendente –, e talvez nem fosse a que propiciasse as melhores conveniências, mas é impossível não reconhecer a existências das mesmas e que a probabilidade de que tenham atendido os interesses em pauta é imensa.

Quando apreciamos o viés masculino da questão, as evidências apontam num sentido contrário. Os casamentos dos varões dos Rodrigues Barcellos buscavam justamente a fixação de interesses locais e a solidificação de alianças com seus pares próximos. As segundas núpcias de Boaventura Rodrigues Barcellos são exemplo dessa perspectiva. Ao escolher sua vizinha Silvana Eulália de Azevedo e Souza, provavelmente o Comendador não tinha em vistas a ampliação de seus laços para um patamar além do local. Em realidade, esse casamento apenas ampliava os vínculos estabelecidos com o casamento de suas filhas Maria Amália e Clara, com os irmãos Luís e José de Azevedo e Souza¹¹⁹. Sua posição de viúvo e Comendador poderiam lhe servir o suficiente para que não necessitasse de vínculos mais distantes, porém as possibilidades que podemos aventar advindas de um casamento com a herdeira de uma propriedade contígua às sua se tornam impossíveis de ignorar. Ainda, precisamos precisar a posição do Comendador dentro da malha de relações dos Rodrigues Barcellos entre si, no momento da amostra de fontes.

entre os Ribeiro de Almeida – também analisados por Farinatti – através do matrimônio, ao analisar a formação da elite política do Rio Grande do Sul. VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a paróquia e a Corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)*. Porto Alegre: PPG-História UFRGS, 2007. (Dissertação de Mestrado)

¹¹⁸ LESSA, Barbosa. *Domingos José de Almeida*. Porto Alegre: Tchê/RBS, 1985. p. 12.

¹¹⁹ Inventário de Boaventura Rodrigues Barcellos. Pelotas, nº 409, M. 28. Cartório de Órfãos e Provedoria, 1856.

Como explicitado anteriormente, Boaventura ocupava um espaço privilegiado a ponto de se tornar compadre de seus irmãos, padrinho de seus filhos, por iniciativa destes e não o contrário. Seus vínculos sanguíneos eram reforçados, sem uma necessidade de despender recursos dessa ordem para a manutenção do arranjo que lhe dava espaço privilegiado. Provavelmente os recursos que lhe eram exigidos eram de outra ordem, e com isso chegamos ao último ponto de interesse nos Rodrigues Barcellos: o trânsito de recursos financeiros dentro dessa rede familiar.

2.2.3 Devedores, credores e herdeiros

A longa lista de dívidas ativas no inventário de Boaventura Rodrigues Barcellos¹²⁰ traz nove parentes como devedores: o marido de sua sobrinha, Domingos José de Almeida; o cunhado Heliodoro de Azevedo e Souza; o filho Boaventura da Silva Barcellos; o cunhado Boaventura Inácio Barcellos; e seus irmãos Comendador Cipriano, Inácio, Luiz, João e Bernardino. A dívida deste último não impressiona pelo valor de 898\$320 réis, mas localizado o documento¹²¹ que deu origem a ela, a constatação do período de seu surgimento chama a atenção. Uma lista de valores monetários, utensílios agrícolas, material de construção e mão de obra escrava negociada entre 1830 e 1833, entre as propriedades de ambos os irmãos, denota que a vizinhança entre as duas charqueadas propiciava não apenas a proximidade das famílias, mas um fluxo de recursos entre elas, ao menos em alguns períodos.

O interessante é que os valores descritos estão colocados como negociados entre os dois proprietários, mas não há indicação do emprego de juros, mesmo que o prazo entre a

¹²⁰ Inventário de Boaventura Rodrigues Barcellos. Pelotas, nº 409, M. 28. Cartório de Órfãos e Provedoria, 1856.

¹²¹ Inventário de Bernardino Rodrigues Barcellos. Pelotas, nº 430, M. 29. Cartório de Órfãos e Provedoria, 1857.

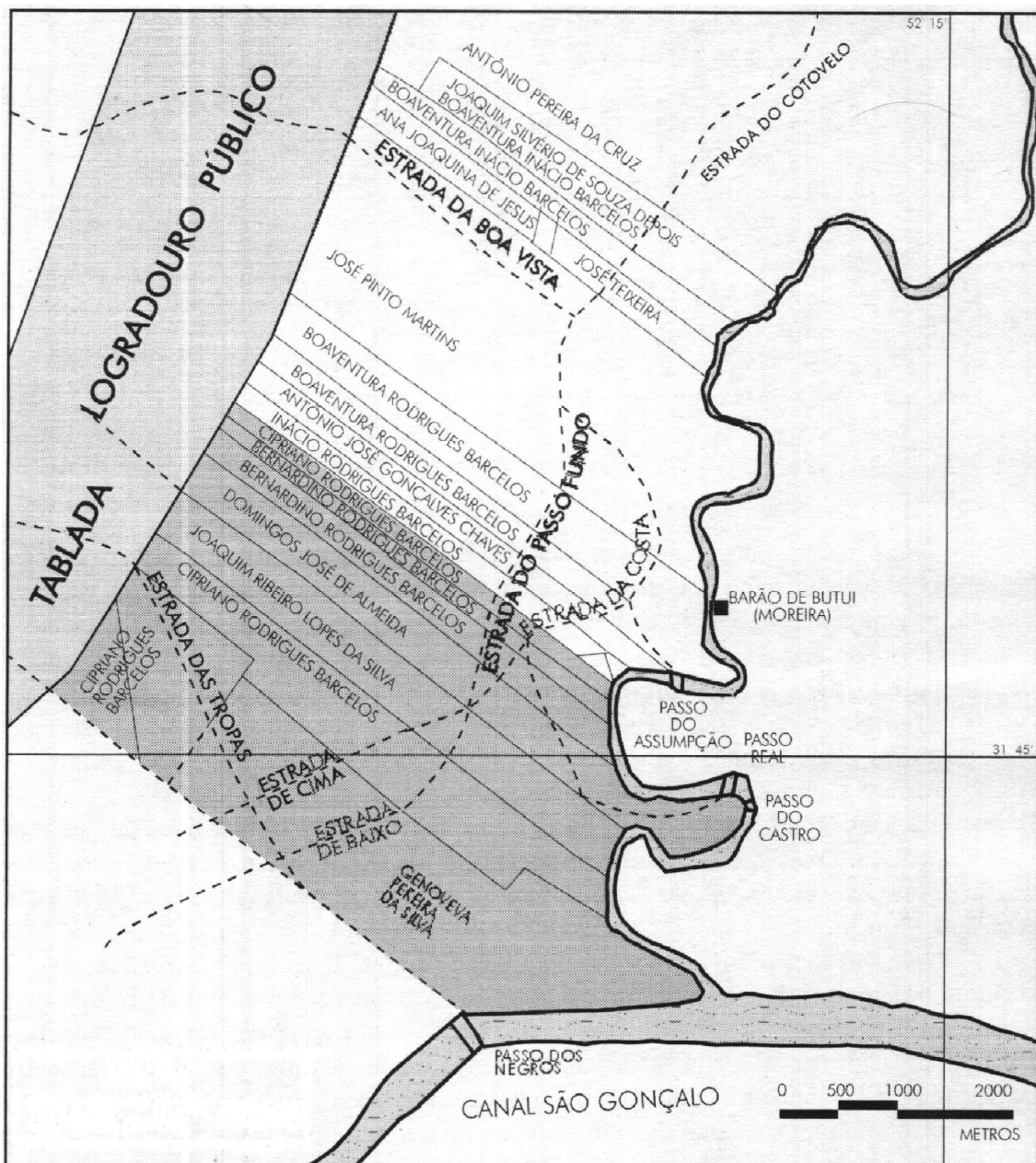
contração da dívida e sua quitação seja de mais de vinte e cinco anos¹²². O fato de que o fluxo seja em duplo sentido, mesmo que desigual, pode ser a explicação para a manutenção dos valores. Boaventura cedeu muito mais que Bernardino, tanto que o que proveu este último consta como dedução ao fim do documento. Provavelmente a complementaridade causada pela diversificação da produção entre as duas propriedades também tivesse um peso fundamental no equilíbrio dessa relação, guardadas as proporções.

Bernardino possuía uma olaria, mas seus escravos provavelmente não possuíam especializações necessárias, por exemplo, à manutenção das benfeitorias. Seu irmão possuía essa mão de obra, e negociando de forma privilegiada, poderia não apenas fixar o preço, como garantir que um recurso com capacidade ociosa fosse bem utilizado. O mesmo acontecia com a compra de gado, negociado em quantidades maiores permitiria um preço mais competitivo e Boaventura possuía o capital necessário. Também deste capital se necessitava para a compra de ferrarias e todo o sortimento de equipamentos agrícolas. Apesar de desigual, o fluxo existiu ao menos no momento datado pelas contas apresentadas pela viúva Silvana Eulália, mas é provável que Bernardino seja apenas mais um dos irmãos que usufruindo da contigüidade entre suas propriedades tenha se valido dessas possibilidades.

A contigüidade das propriedades é um fator que não pode ser negligenciado. É um dado que se repete quando analisamos a relação de Bernardino com o genro Domingo José de Almeida. Adquirida dois meses antes do casamento com Bernardina, a propriedade era vizinha à do sogro e, portanto, se analisarmos o mapa a seguir, veremos que ficava na ponta da extensão de terras ocupadas pelos irmãos Rodrigues Barcellos. Se no caso dos irmãos é possível argumentar que inicialmente as terras eram um conjunto, no caso de Domingos é possível crer que haja uma intencionalidade de compartilhamento desse núcleo

¹²² Na região da Campanha, estudos recentes já haviam encontrado semelhante mecanismo sendo utilizado inclusive por períodos maiores. FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. PPG – História Social, 2007 (tese de Doutorado).

complementário de negócios, onde o trânsito de bens e mão de obra garantiria o máximo aproveitamento dos recursos dentro de uma percepção de fundo parental passível de compartilhamento.



Mapa das propriedades da família Rodrigues Barcellos na costa do Arroio Pelotas.¹²³

Quando analisada a lista constante do inventário de Bernardino Rodrigues Barcellos e comparamos as datas entre o trânsito de mão de obra surge ainda outro aspecto: o do

¹²³ Fonte: GUTIERREZ, Ester J. B. *Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço pelotense*. Pelotas: Ed. Universitária/UFPEL, 2001. p. 124.

calendário produtivo anual da charqueada. Os escravos especializados – calafate, carpinteiro – têm seus serviços dispostos em junho, momento do ano em que as instalações do charque podem ser reparadas, já que os varais não são utilizados.

Outro sentido neste processo de trânsito de recursos entre membros deste núcleo parental tem de ser analisado. Há um padrão no que tange aos inventários *post-mortem* analisados. E em especial o inventário de Bernardino Rodrigues Barcellos pode nos ser exemplar do padrão que aqui vamos avaliar. Ao se proceder à descrição dos bens – de diferentes espécies – a localização de alguns, especialmente escravos, está declarada como em posse de diferentes herdeiros. Neste sentido, o formato da fonte é inegavelmente fundamental para compreendermos a relevância do dado. A necessidade de proceder à avaliação exige que os herdeiros, ou seus representantes legais, apontem qual o destino dado aos bens declarados.

Domingos José de Almeida, representando seus filhos menores no inventário de seu sogro, irá declarar que os escravos de propriedade do mesmo, em sua posse desde o casamento com a falecida esposa, não podem ser avaliados, dado que por serem escravos de casa, já bastante velhos, foram trocados por outros que fossem capazes de executar as tarefas necessárias¹²⁴. Impossíveis de serem avaliados em dada situação, não serão descontados da legítima a que teria direito Bernardina pelo preço no momento, apesar de Domingos colocá-los em disposição de reavaliação.

Mas este não seria o único caso, todos os filhos ao casarem levaram consigo escravos, peças de uso doméstico – móveis, rouparia ou prataria – que serão arrolados no inventário do pai. Em grande parte, as peças de uso doméstico serão declaradas como gastas pelo uso, impossíveis de serem avaliadas e, portanto, não serão descontadas da legítima, a menos quando os herdeiros concordarem com a avaliação estimada. Os escravos, mesmo quando

¹²⁴ Inventário de Bernardino Rodrigues Barcellos. Pelotas, nº 430, M. 29. Cartório de Órfãos e Provedoria, 1857.

podem ser avaliados, o são pelo valor que tem no momento do inventário, e não pelo valor que tiveram quando do casamento. Ainda, o lucro da produção desses escravos não é em momento algum citada como parte do valor avaliado, não sendo, portanto, descontada das legítimas dos herdeiros. Por certo os filhos que casaram primeiro foram beneficiados por tal artifício¹²⁵.

Benefício em parte, já que como veremos mais adiante, esses escravos em determinadas situações, como durante a Revolução Farroupilha, chegam a retornar à posse dos pais, dado que não seria possível que produzissem e com isso, gerariam despesa indesejada. Ainda, há que se considerar que o acesso aos bens dos pais se dá sempre em relação ao momento do ciclo familiar. Estando mais distante a possível data do recebimento da legítima, os filhos mais velhos, ou que casam primeiro, de alguma forma tem que ser compensados, como forma de garantia de que o início da vida matrimonial não será desabonador da condição social de sua família. Garantir bons casamentos não é um interesse individual, mas familiar.

Buscando os registros notariais¹²⁶ não foi encontrado qualquer indício de tal procedimento, nem o caracterizando como dote para as mulheres e nem como adiantamento da legítima para os varões. Este procedimento pode ser verificado nos demais inventários *post-mortem* analisados, em diferentes proporções. A partir da análise de Dora Costa¹²⁷ para

¹²⁵ Dora Costa indica a inexistência de reavaliações na sua amostra de inventários para Campinas, indicando de forma semelhante favorecimento dos filhos mais velhos: “Poucas vezes observamos reavaliações dos valores dos bens antecipados em dotes, significando que, numa conjuntura de inflação da moeda, os herdeiros ‘dotalizados’ por antecipações saíam ganhando, comparativamente aos outros que tivessem sido contemplados com valores nominais idênticos referentes às legítimas, que muitas vezes eram pagas em prazos bem longos, especialmente em situações familiares em que as diferenças etárias eram grandes entre o primogênito e o último filho.” COSTA, Dora Isabel Paiva da. “Formação de Famílias Proprietárias e Redistribuição de Riqueza em Áreas de Fronteira: Campinas, São Paulo, 1795-1850. In: *História Econômica e História de Empresas*, vol. VII, nº2, jul-dez.2004. p. 26.

¹²⁶ 1º Tabelionato de Pelotas. Registros Notariais Ordinários. Livros 1-13. Registros Notariais Extraordinários. Livros 1-7. Procurações. Livro 1.

2º Tabelionato de Pelotas. Registros Notariais Ordinários. Livros 1-11. Registros Notariais Extraordinários. Livros 1-5.

¹²⁷ COSTA, Dora Isabel Paiva da. “Formação de Famílias Proprietárias e Redistribuição de Riqueza em Áreas de Fronteira: Campinas, São Paulo, 1795-1850. In: *História Econômica e História de Empresas*, vol. VII, nº2, jul-dez.2004. p. 22. Também é possível encontrar um sistema de dotes caracterizados como

o interior paulistano, optamos por caracterizá-los por adiantamentos, dado que todos retornam ao monte-mor nos inventários, para serem descontados.

Dois fatores podem contribuir para o uso de tal artifício. O primeiro se localiza na necessidade de não dividir o patrimônio fundiário. A charqueada é um empreendimento que exige determinadas dimensões, a terra não valendo apenas por si, mas pela empresa nela contida, estabelecida desde uma proporção espacial¹²⁸. O outro bem que não podia ser repartido, já que dele também dependia o funcionamento da charqueada era a escravaria. Poderia até constituir em valor venal, mas pode-se avaliar que retirado este valor da produção, seria o mesmo que inviabilizar a empresa do charque.

O segundo fator colocado é a manutenção da empresa como familiar¹²⁹. Mesmo casando, os filhos ao usufruírem de bens ainda em propriedade dos pais estreitam os laços. Assim, o usufruto dos bens sem a posse legal, acaba por conectar os negócios dos pais ao dos filhos e seus cônjuges, e também conectar os negócios entre irmãos. Numa perspectiva de insegurança econômica, esta rede solidária que entrelaça família e propriedade permite mais chances de sobrevivência¹³⁰.

Neste sentido encontramos aqui um dos aspectos mais importantes da percepção da família como vetor da reprodução social. Martha Hameister vai utilizar o termo *família corporativa* para designar o modelo familiar típico das sociedades do Antigo Regime, com imbricações como as aqui apontadas. Mesmo sem encetar a discussão de forma tão profunda

adiantamentos em: FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento. Fortuna e Família no Cotidiano Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 256-288.

¹²⁸ GUTIERREZ, Ester J. B, op. cit., p. 187.

¹²⁹ “[...] as antecipações, além de terem o papel de redistribuir parte da riqueza entre diferentes gerações, também possibilitam a expansão do fundo parental comum da família de origem, além de dar acesso de forma antecipada aos bens da herança.” COSTA, Dora Isabel Paiva da. “Formação de Famílias Proprietárias e Redistribuição de Riqueza em Áreas de Fronteira: Campinas, São Paulo, 1795-1850. In: *História Econômica e História de Empresas*, vol. VII, nº2. jul-dez.2004. p. 31. Veremos ainda neste capítulo como tal instrumento permitirá que os Rodrigues Barcellos estendam sua presença ao outro lado da fronteira.

¹³⁰ Farinatti chega a conclusões semelhantes num estudo muito mais abrangente e que se concentra no outro extremo do Rio Grande de São Pedro, Alegrete, na fronteira oeste. FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. PPG – História Social, 2007 (tese de Doutorado). p. 279-286.

como a autora, acreditamos que o termo pode ser suficientemente elucidativo do paradigma ainda presente durante o século XIX para o universo analisado¹³¹. As redes solidárias constituídas por mecanismos como os aqui elencados nos permitem vislumbrar que “a família tradicional era muito mais uma unidade produtiva e reprodutora de que uma unidade emocional. Era um mecanismo destinado a transmitir patrimônio e posição social de geração em geração”¹³².

2.2.4 Linhagem: nome e sobrenome como localizador social.

Um outro fenômeno, observável apenas através do acompanhamento por mais de uma geração, especialmente ao incluirmos a geração que antecedeu esta que se fixa em Pelotas, indicador da importância da linhagem, do reconhecimento como pertencente a um determinado grupo familiar, é o da fixação de uma forma gráfica do sobrenome. Antônio Rodrigues Barcellos é filho de Sebastião Rodrigues Albernaz e Teresa Maria. A impossibilidade de localizar os registros de Teresa Maria não nos permite localizar se a origem do Barcellos utilizado por Antônio viria da parentela de sua mãe. O fato é que a adoção do sobrenome e da forma gráfica Rodrigues Barcellos marcará a linhagem de seus filhos varões, e está diretamente ligada a uma recusa ao sobrenome Albernaz. A adoção do sobrenome Lima – vindo dos costados de Rosa Perpétua, esposa de Antônio – por boa parte das filhas do casal, pode nos indicar um padrão de adoção de sobrenomes maternos¹³³.

Num momento histórico em que as formas gráficas dos sobrenomes não obedecem a padrões legais, a possibilidade de adotar diferentes sobrenomes permite que os indivíduos determinem pertencimento preferencial a um dos costados. Além disso, a forma gráfica dos sobrenomes dificilmente se mantinha intacta, dependendo essencialmente do escrevente para

¹³¹ HAMEISTER, Martha Daisson. op. cit., p. 44

¹³² SHORTER, Edward. *A formação da família moderna*. Lisboa: Editora Terramar, 1995. p. 11

¹³³ A análise se deu a partir das informações fornecidas na genealogia de Adélia da Câmara Barcellos, descendente do casal Antônio e Rosa Perpétua. NEVES, Ilka. *Adélia da Câmara Barcellos: genealogia e história*. Pelotas: EdUFPEL, 1997.

tanto. Assim deve ter ocorrido com a supressão da preposição “de” que antecedia originalmente Barcellos. Mesmo assim, o núcleo parental manteve ao menos por três gerações o uso de uma grafia bastante específica.

É importante observar que ao serem batizadas as crianças não recebem sobrenomes, apenas o primeiro nome, pelo qual serão identificadas até chegarem à idade adulta. A adoção de sobrenomes pode ser compreendida como uma opção de pertencimento a um costado, ou uma estratégia de identificação com este. Mas a partir de Antônio é perceptível a fixação dessa grafia, ao menos em seus filhos varões e descendentes primeiros. É possível pensar em pelo menos dois aspectos dessa fixação da forma do sobrenome: a de constituição de uma identidade comum entre o grupo parental, especialmente sensível em Pelotas, e a possibilidade do uso de homônimos. A hipótese se torna mais verossímil à medida que comparados os parentes que se distanciam do núcleo familiar – especialmente as mulheres que casam em outras localidades – e as diferentes gerações.

Sob o aspecto da identidade do grupo parental, essa estratégia se torna coletiva, a própria constituição de um recurso compartilhado. O pertencimento à família estende em diferentes níveis os méritos – sejam eles bons ou ruins – para todos os seus membros. O que pode ser verificado numa retomada da forma gráfica após sua inexistência em uma geração. Não serão poucos os filhos de Rodrigues Barcellos que não utilizarão a forma como sobrenome e terão filhos que os usarão. Ainda o uso do nome dos pais com tal grafia em documentos de registro será uma constante, especialmente quando nos referimos aos nomes de mulheres, uma reafirmação do pertencimento pela linhagem bastante explícito.

Aliás, é justamente ao tratarmos das mulheres que podemos observar um uso bastante estratégico desta forma de identificação com o núcleo parental. Bernardina Rodrigues Barcellos – ou Rodrigues de Lima, ou Barcellos de Almeida – pode nos conduzir nesse caso. Nos primeiros registros encontrados com o uso de sobrenome, Bernardina usa a forma

Rodrigues de Lima, um híbrido entre o sobrenome que seu pai havia recebido do pai e o sobrenome que portava sua mãe – a de Bernardino –, uma forma como comentamos antes, comum às suas tias paternas, que remetia a um laço com a família Lima, distante, em Viamão.

Logo após seu casamento com Domingos José de Almeida, Bernardina passa a figurar nos registros usando o sobrenome Rodrigues Barcellos. Há dois fatores a serem considerados nesse ponto. Ao casar, Bernardina precisava reforçar os laços com os pais, um jeito de se manter dentro do grupo parental do qual provinha e passar a servir do sobrenome ostentado pelo pai. Por outro lado, o momento em que Bernardina casa em 1824, coincide com a fixação desta grafia na maior parte dos membros da família que figuram nos registros paroquiais. Ainda, é o momento em que a maior parte dos irmãos Rodrigues Barcellos – ou seja, o pai e os tios de Bernardina – figura definitivamente como habitante de Pelotas.

No terceiro momento, esse já durante a Revolução Farroupilha, nos registros de nascimento dos filhos do casal nascidos fora de Pelotas, passa a figurar a forma Bernardina Barcellos de Almeida. A distância de Pelotas, onde a identidade do grupo parental predominava e ao mesmo tempo a importante posição que Domingos ocupava na revolta, podem ter determinado a adoção do sobrenome do marido, como forma de identificar a posição da própria Bernardina perante aqueles pares que não eram os habitantes de sua Villa e para os quais talvez o sobrenome Rodrigues Barcellos pouco significasse mediante o uso do Almeida. Há ainda que se considerar o fato de que alguns dos mais proeminentes Rodrigues Barcellos, notadamente Boaventura, permaneceram fiéis ao Império.

Martha Hameister¹³⁴ explorou com muita propriedade o uso de homônimos como estratégia de transmissão de um patrimônio imaterial. A possibilidade de não diferenciação entre pais e filhos, numa via de mão dupla, uniria as realizações de dois indivíduos,

¹³⁴ HAMEISTER, Martha Daisson. *Para dar calor à nova povoação: Estudo sobre Estratégias Sociais e Familiares a partir dos Registros Batismais da Vila do Rio Grande*. Rio de Janeiro: Programa de Pós Graduação em História Social/UFRJ, 2006. (tese de doutorado) p. 80-83.

garantindo algo como a duplicação dos recursos e ao mesmo tempo sua unidade. Fixando a forma do sobrenome essa possibilidade estaria colocada permanentemente. Muito esclarecedor de como o uso dessa possibilidade era estratégico entre os Rodrigues Barcellos é o caso de Boaventura Rodrigues Barcellos e seu filho Boaventura da Silva Barcellos. O filho, do primeiro matrimônio adota um sobrenome que o diferencia do pai, pelo menos desde o momento em que este contrai o segundo matrimônio. A necessidade de diferenciação se constitui desde o momento em que o pai constitui uma nova união, na qual os filhos da primeira que já haviam casado, portanto se retirado do lar paterno, não caberiam com a mesma proximidade.

Intimamente ligado a esse dado, a repetição de determinados prenomes pode ser reveladora de outro aspecto dentro do universo de análise. Sobrinhos receberão o nome de tios, algumas vezes seus padrinhos, outras vezes não. Netos receberão o nome dos avôs. A estratégia de repetição de prenomes em alguns casos intercalará uma geração, mas terá o mesmo sentido dos homônimos entre pais e filhos, apesar de não gozar provavelmente do mesmo efeito. Bernardinos, Boaventuras, Joaquins, Antônios e Franciscos existirão em quase todas os núcleos familiares, bem como Simianas e Franciscas, nascidos durante a primeira metade do século XIX, batizados assim como homenagem e como estratégia, formando uma espécie de universo nominativo compartilhado.

Através destes mecanismos minimamente elencados, é possível visualizar as tramas constituídas entre indivíduos ligados pelo parentesco que permitiram que o maior número de charqueadas de Pelotas se concentrasse nas mãos dos Rodrigues Barcellos. Certamente não há sugestão de que este é um grupo coeso ou homogêneo, mas a percepção de que através de solidariedades articuladas esses indivíduos puderam se tornar notáveis locais e ascender a

elite local, e isso só se tornou possível pela aposta – de forma alguma ingênua, mas nem por isso plenamente racional – na nascente freguesia de São Francisco de Paula de Pelotas.

2.3 De ermo à Villa: os notáveis passam a ter local.

2.3.1 Os fundadores

Em 1810, os moradores das localidades de Capão do Leão e de Pelotas solicitaram a formação de uma freguesia que os separasse da de São Pedro. Visualizando as possibilidades abertas desde o estabelecimento da Corte Portuguesa no Rio de Janeiro, os habitantes das povoações buscavam não apenas a assistência espiritual mais próxima, mas também a abertura de um espaço condizente com suas ambições. Escolheram como padroeiro o santo do dia em que foram definitivamente rechaçados os espanhóis¹³⁵, numa explícita alusão aos serviços prestados à Coroa.

É importante precisar a importância de tal instância na estrutura administrativa do Império Português. Nas freguesias se faziam os registros necessários para o reconhecimento dos viventes. O batismo não apenas significava a entrada do indivíduo na comunidade dos crentes, como também era o registro de sua existência, de sua condição civil. Dependiam desse registro todos os demais direitos, os civis e os de propriedade estavam todos relacionados à existência dos registros de batismo, de casamento e de óbito, executados na freguesia onde habitava o indivíduo. A existência de uma freguesia significava a garantia destes direitos face à estrutura de registro da Coroa¹³⁶.

¹³⁵ Boa parte dos habitantes da freguesia descendiam dos ilhéus que se retiraram para Viamão durante a invasão espanhola à Vila de Rio Grande entre 1763 e 1776. A data do rechaço definitivo dos espanhóis foi 1º de abril, dia de São Francisco de Paula.

¹³⁶ Um claro efeito do processo chamado por Maria Odila Silva Dias de interiorização da metrópole. DIAS, Maria Odila Silva. "A interiorização da Metrópole(1808-1853)" in: MOTA, Carlos Guilherme(org.). *1822: Dimensões*. São Paulo:Perspectiva, 1972. p. 169.

Com o estabelecimento das primeiras charqueadas por volta de 1780¹³⁷, a ocupação do território entre o Monte Bonito e o canal São Gonçalo se intensificou e a população cresceu rapidamente. No censo de 1814 a Cidade do Rio Grande – Freguesia de São Pedro – contava com 3.590 habitantes enquanto o *povo* de Pelotas contava com 2.419. A dissociação administrativa das povoações levaria duas décadas, e diferente do que pensou Fernando Osório¹³⁸, as razões pelas quais houve essa demora nos são pertinentes.

Em 1812, quando o alvará de Dom João fundou a freguesia de São Francisco de Paula e estabeleceu sua fixação “no lugar denominado Pelotas”, nada além dos seus limites foram definidos. Nem mesmo a localização da capela. Na realidade, não havia povoado ainda. Haviam “charqueadas disseminadas, algumas olarias e fazendas de criação e cultura de trigo”¹³⁹ e havia o Registro do Passo Rico, na passagem do canal São Gonçalo.

O Registro do Passo Rico - depois chamado de Passo dos Negros – foi concebido como forma de taxar o gado, que pela proximidade da Banda Oriental podia ser introduzido no território português como contrabando. A reclamação data de 1803, mas o registro de arrematação mais antigo encontrado é datado de 1814¹⁴⁰. A justificativa para tal estabelecimento era da proteção dos criadores de gado nacionais face os platinos, mas de fato, os charqueadores a consideravam como mais uma taxa sobre seu produto, além das recebidas no momento da exportação.

Tal importância tinha o Registro que inicialmente se concebeu a construção do povoado em suas proximidades, mas o mau cheiro do canal e o alagadiço das terras foram citados como argumentos para inviabilizar a empreitada. Mas de fato, afóra o próprio terreno

¹³⁷ “No entanto, o ano de 1780, data da charqueada de Pinto Martins não assinala a época em que aqui começou a manipulação do charque, porquanto em 1715, data da organização de nossas primeiras estâncias, os aventureiros que compunham o bando de João de Magalhães praticaram-na, como outras indústrias.” PORTO ALEGRE, Augusto. apud OSORIO, Fernando. *A Cidade de Pelotas*. Vol.1, 3ªed. Pelotas: Armazém Literário, 1997. p. 53.

¹³⁸ Idem p. 67

¹³⁹ OSORIO, Fernando. *Op cit.* p. 74.

¹⁴⁰ MACIEL, Antunes. apud OSORIO, Fernando. *A Cidade de Pelotas*. Vol.1, 3ªed. Pelotas: Armazém Literário, 1997. P. 60

com as instalações do Posto de Pedágio, a área no seu entorno era particular e não havendo área pública demarcada, os moradores mais prósperos da comunidade preferiram escolher outra localidade.

Os autos de matrícula da Irmandade do Santíssimo Sacramento¹⁴¹ dão conta de diversas reuniões entre seus membros fundadores para decidir onde seria erguida a igreja¹⁴². Talvez a opção de erigir a Igreja longe do Registro do Passo Rico fosse uma forma de evitar uma proximidade indesejada com uma importuna presença da Coroa. Considerando que tão ilustres homens – dentre os quais já se achavam muitos graduados – preferiram a construção de um povoado novo ao qual pudessem se referenciar a participar da vida cidadina em Rio Grande, é necessário avaliarmos alguns aspectos, entre eles, a forte presença da Coroa na Villa do Rio Grande.

Os registros destas reuniões deixam claro uma fusão entre os membros da Irmandade e o poder decisório sobre a povoação. São os Irmãos, definidos como os mais prósperos habitantes do distrito, que acabam por escolher qual área receberá o povoado. Em parte justificam seu poder pelo fato de serem proprietários de terras cogitadas ou não para o fim, em parte por serem iguais a estes, em parte por não haver a Coroa designado terras. Apenas em 1815 chegaria autorização-régia para se aforarem os proprietários e com isso se procederiam às medições judiciais e se estabeleceria o

¹⁴¹ “As Irmandades, Confrarias e Ordens Terceiras tiveram sua origem na Idade Média. Essas organizações funcionavam como agentes de solidariedade grupal, congregando simultaneamente, anseios comuns frente à religião e perplexidades frente à realidade social e agiam como força auxiliar da igreja, se propondo a facilitar a vida social e desenvolvendo inúmeras tarefas que em primeira instância seria alçada do poder público. Em Portugal, as confrarias e irmandades estavam presentes desde o século XIII, sendo assim largamente transplantadas para os domínios lusitanos, entre eles o Brasil.” MONTEMEZZO, Laura Ferrari. “A Irmandade do Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre e seus Membros: um Estudo Prosopográfico (1774-1780).” In: *Revista Historiar*. Porto Alegre: [Recurso Eletrônico] 2008. p. 02.

¹⁴² Aqui foram analisados apenas os Autos que se referem à formação da Freguesia, nesses primeiros três anos e as listas dos Irmãos entre 1812 e 1835. Uma análise mais atenta desses livros pode ser esclarecedora de muitos dos aspectos dos primeiros anos de Pelotas, porém o acesso a estes livros é difícil, dado que estão em posse da BPP, entidade privada de finalidade pública que tem condições bastante precárias de atendimento e de conservação.
BPP. Autos da Irmandade do Santíssimo Sacramento e Padroeiro São Francisco de Paula da Cidade de Pelotas. Livro de Revalidação de Matrículas até 1853.

perímetro da povoação; nesse meio tempo a igreja fora construída e já havia se negociado entre os membros da Irmandade do Santíssimo Sacramento quais terrenos seriam ocupados e como seria a planta das dezenove ruas da freguesia¹⁴³. A preponderância da elite local sobre o aparato estatal fica ainda mais explícito numa comparação com outra localidade. Interessante reparar que segundo o estudo de Laura Montemezzo em Porto Alegre, antes se instalaram todas as instituições e o aparato burocrático que transformavam a povoação em capital do Continente em 1772, e somente depois é fundada a Irmandade do Santíssimo Sacramento. Em Pelotas, a ordem se inverte: primeiro a Irmandade, antes mesmo da povoação.

Houve doações para o bem comum, como a de Dona Maria Eufrásia da Silveira, para a criação do logradouro, ou as subscrições para construção da Igreja. Aos notáveis primeiros moradores da localidade, parecia que o dever de erguer a povoação passava pelo seu próprio esforço, seja pela morosidade da ação da Coroa, seja pela sua pressa em obter tal espaço. Muitos destes habitantes tinham em vistas a constituição de um espaço alternativo à Rio Grande para suas ambições, o que fica declarado nas constantes comparações que fazem entre uma povoação e outra nos Autos de reunião da Irmandade e que seguirão fazendo quase duas décadas depois na Câmara Municipal¹⁴⁴. Consideravam que havendo entre eles homens graduados¹⁴⁵ e que possuíam considerável fortuna, mereciam obter postos notáveis ou nas palavras de um cronista¹⁴⁶, “serem os maiorais” de algum lugar. Há ainda que se avaliar a importância de se constituírem em fundadores de uma povoação, o que renderia prestígio

¹⁴³ MONTEMEZZO, Laura Ferrari. op. cit. p. 7-8.

¹⁴⁴ BPP Atas da Câmara da Villa de São Francisco de Paula. Livro 1. 1832-1835.

¹⁴⁵ Diferentes símbolos de status podem ser encontrados dentro da denominação “graduados”. Fabio Kuhn mostra em sua tese que as Ordenanças eram um deles. Houve também as bastante citadas comendas, bem analisadas nas pesquisas de João Fragoso. KÜHN, Fábio. *Gente da Fronteira: Família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa – século XVIII*. Niterói: Universidade Federal Fluminense. PPG - História Moderna, 2006 (tese de Doutorado). FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de Grossa Ventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

¹⁴⁶ BPP Apontamentos da Seção Demográfica da Intendência. sem página.

hereditário. O mesmo espírito faria os vereadores arcarem com os custos da municipalidade na sua primeira legislatura, enquanto as rendas públicas não fossem instituídas.

Através dos autos das reuniões da Irmandade podemos entender melhor quem eram os personagens desse momento de fundação da povoação¹⁴⁷. Houve ao menos três propostas derrotadas no que tange a localização do povoado: a primeira, no Passo Rico; a segunda, na Estância do Laranjal; a terceira, na Lomba. Sobre o Passo Rico, vimos que tanto a proximidade com o Registro – a presença da Coroa na localidade – quanto as condições insalubres podem ser avaliados como aspectos que declinaram a proposta. Porém, ainda é importante avaliar que no momento em que acontecem as discussões essa possibilidade era dada como descartada, sendo um consenso entre as falas registradas.

De fato, a força política de dois personagens locais afastou a localização da Igreja que determinava o centro da futura povoação do Registro do Passo do Rico, posteriormente denominado Passo dos Negros, por ser esse o lugar de entrada dos escravos destinados às charqueadas na localidade. Mesmo que em 1812 tenha sido reconhecida a planta de um possível loteamento urbano pelo Príncipe Regente Dom João, a união do Padre Felício Joaquim da Costa Pereira e do capitão-mor Antônio Francisco dos Anjos foi vitoriosa no seu intento de construir a Igreja nas terras deste último¹⁴⁸. O padre Felício havia particularmente sido incumbido da tarefa de defender a solicitação da criação da nova freguesia, viajando ao Rio de Janeiro em 1810 em nome dos moradores da localidade, e foi o primeiro pároco da mesma, quando esta foi instituída.

Irmão de Hipólito José da Costa Pereira – redator do *Correio Brasiliense*, editado em Londres – e de José Saturnino da Costa Pereira, que em 1837 se tornaria Ministro da Guerra,

¹⁴⁷Laura Montemezzo, ao analisar a Irmandade do Santíssimo Sacramento de Porto Alegre chegou a conclusões semelhantes sobre os laços que seus membros constituíam. “Claro que a principal função [da Irmandade] de ajuda aos membros e assistência mortuária não foi relegada a segundo plano, mas é importante ressaltar que outras ajudas eram concedidas aos seus membros, ajudas essas que não diziam respeito à assistência social e sim ao amparo político e das relações de poder entre seus membros.” MONTEMEZZO, Laura Ferrari. *op. cit.*, p. 03-04.

¹⁴⁸Mais precisamente entre o pequeno Rio Santa Bárbara e o São Gonçalo, a 600 braças da confluência daquele. OSORIO, Fernando. *Op cit.* p. 75.

Padre Felício havia nascido em uma família que participava da vida política do Império português e parece ter encetado uma participação ativa na localidade, desde antes mesmo de sua colação como primeiro pároco.

De certo sua atuação nas reuniões da Irmandade do Santíssimo Sacramento e Padroeiro São Francisco de Paula que decidiram a localização da Igreja e, conseqüentemente, da povoação foram decisivas. As atas mostram que num momento em que as opiniões ainda se dividiam – depois de quatro meses de debate – juntamente com o charqueador Antônio Francisco dos Anjos, Padre Felício iniciou as obras de construção da Igreja, ignorando a possibilidade de uma decisão alheia ao sítio escolhido por ambos.

Deste momento em diante, as iniciativas se concentraram nas mãos do capitão-mor Antônio Francisco dos Anjos. Seja por ser o proprietário das terras onde se localizaria boa parte da povoação, seja por sua própria posição de capitão-mor¹⁴⁹, seria por sua ordem aferidas as medições, aforados os particulares e confeccionada a planta da povoação. Desde a iniciativa da construção da Igreja as propostas divergentes haviam declinado. As reuniões da Irmandade do Santíssimo Sacramento passaram a tratar desde essa realidade, de onde partiram as negociações posteriores.

Interessante avaliarmos as demais propostas e seus apoiadores para compreender o poder que este grupo possuía. O futuro Visconde de Jaguari Domingos de Castro Antiqueira capitaneava os defensores do Laranjal, contando inclusive com outros charqueadores e a predisposição de Dona Isabel de Pelotas, proprietária das terras, para a doação. De outro lado, estava o grupo formado pelo sargento-mor José Tomás da Silva, o capitão Domingos Rodrigues, José Gonçalves da Silveira Calheca – acompanhado de seus genros Manuel José

¹⁴⁹ Segundo Fernando Osório: “Os capitães-mores eram escolhidos pelas câmaras entre as pessoas residentes na comarca; e mandava o regimento de 1750 “que se elegessem pessoas principais da terra que tivessem partes e qualidades para os ditos cargos”. OSÓRIO, Fernando. *A cidade de Pelotas*. Volume 1. 3ª ed. Organização de Mario Osório Magalhães. Pelotas: Editora Armazém Literário, 1997. p. 76
Escolhido pela Câmara, Antônio Francisco dos Anjos tinha um canal privilegiado de acesso ao poder decisório. Podemos afirmar inclusive, que neste caso, poder político estava condicionado à uma relação privilegiada com as instituições do Império.

Rodrigues Valladares e João Antônio Ferreira Vianna – e João Pereira Vianna, defendendo a Lomba, não muito longe do Passo dos Negros, sob a alegação da proximidade para construção de um porto. A correlação de forças entre os proponentes era equivalente, gerando o impasse.

Domingos de Castro Antiqueira era o maior proprietário ao momento da discussão e também um dos primeiros a se estabelecer na região, mas isso não lhe deu primazia sobre os demais. O grupo do sargento-mor José Tomás da Silva desponta como parte de uma rede familiar, onde genros, cunhados e irmãos se unem em torno dos mesmos interesses. O que faz a união de forças de Padre Felício e Antônio Francisco dos Anjos prevalecer entre os demais, considerando-se a necessidade de negociação, é o próprio fato de suas ligações externas à comunidade. A posição de capitão-mor de Antônio Francisco dos Anjos é uma demonstração de seu prestígio ante a Câmara da Villa de Rio Grande.

A relação do capitão-mor com o Padre tinha uma origem que remontava à Colônia do Sacramento e que incluía o tio de Felício, o *Padre-doutor* Pedro Pereira Fernandes de Mesquita, pároco de Rio Grande. Antônio Francisco dos Anjos acolheu o Padre-doutor no fim de sua vida e serviu de testemunha em seu testamento. O mesmo Padre-doutor instruiu seu sobrinho Felício a ir ao Rio de Janeiro defender a criação da nova freguesia. E citado como principal apoiador da proposta encontramos Boaventura Rodrigues Barcellos, o centro da rede familiar que acabamos de analisar. Na descrição da cerimônia de traslado da imagem do padroeiro¹⁵⁰ encontramos Boaventura compartilhando a posição de carregador do andor com Domingos de Castro Antiqueira, cerimônia esta que reuniu toda a população e os mais importantes homens da freguesia¹⁵¹. No que pode ser avaliado tanto como uma

¹⁵⁰ BPP Apontamentos da Seção Demográfica da Intendência. sem página.

¹⁵¹ “Interessados em seu luzimento os homens abastados do distrito, sendo franco e decidido o concurso das famílias e entusiásticos e dedicado o apoio de todas as classes sociais, o Padre Felício teve à sua discrição o devotamento e ardor religioso de seus paroquianos [...]Pelos mal traçados caminhos que dos mais remotos confins do distrito vinham desemborcar pelas paragens do Capão do Leão, Santo Amor, Monte Bonito, Retiro, Cotovelo, Costa do Pelotas, caminhos todos esses que se dirigiam às charqueadas,

compensação pela derrota na decisão sobre a localização da Igreja, como o reconhecimento de que todos faziam parte de uma mesma comunidade, não apenas encontramos Domingos de Castro Antiqueira nos arranjos desta cerimônia desempenhando papel importante, mas também José Gonçalves da Silveira Calheca.

2.3.2 Os negócios dos homens da freguesia: em Pelotas e para Pelotas

Boaventura Rodrigues Barcellos não surge sozinho quando são citados os fundadores da freguesia de São Francisco de Paula, mas como o principal entre seus irmãos. Como já vimos anteriormente, os números dos livros de batismo indicam sua proeminência não somente dentro da rede familiar como também para além dela. Figuram ao lado de Boaventura dois irmãos em especial: Cipriano e José. Com Cipriano Boaventura manteve sociedade no comércio do charque no momento da fundação da freguesia e os cronistas se referem a eles como os irmãos Rodrigues Barcellos, de forma a não distinguirem um do outro em muitos momentos¹⁵².

José Rodrigues Barcellos não residia em Pelotas no momento de sua fundação, servia nas tropas de fronteira em Jaguarão onde era major, e onde conheceu Bento Gonçalves da Silva. A este fato retornaremos mais adiante. O então major possuía os terrenos que circundavam a povoação recém criada e doou muitos terrenos que comporiam a municipalidade. Em compensação, ao longo do século XIX se beneficiou do crescimento da

via-se desde a tépida madrugada o desfilar de grupos de gente que de toda a classe de condução se servia. [...] Este [Padre Felício] estava cercado dos homens mais influentes, respeitados e considerados da freguesia. [...] Vangloriavam-se de carregar o andor, nessa procissão memorável, em penoso trajeto por agrestes trilhas, Domingos de Castro Antiqueira, que morreu Visconde de Jaguari, e Boaventura Rodrigues Barcellos, que foi guarda-roupa do Imperador.” BPP. Apontamentos da Seção Demográfica da Intendência. sem página.

¹⁵²Nicolau Dreys particularmente os irá assinalar pela lisura no trato do comércio, indicando que independente das especulações políticas sua boa fé os garantia prosperidade. “A família Barcellos, no Rio Grande, ocupa um lugar distinto entre os homens dotados de disposições obsequiosas. Boaventura Rodrigues Barcellos, Cipriano Rodrigues Barcellos, por seus nobres procedimentos, deixaram em particular, no coração do autor, a lembrança de uma bem fundamentada e inextinguível gratidão [...] apesar de já não ter decorrido pouco tempo [...] por havê-los confiado sob palavra a dois sócios, Barcellos, cuja fortuna, independente das especulações políticas, criou-se assentada na prática constante da boa fé e lisura comercial [...]” DREYS, Nicolau. “Notícia descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul” apud OSORIO, Fernando. *A Cidade de Pelotas*. Vol.1, 3ªed. Pelotas: Armazém Literário, 1997. p. 95.

área urbana da povoação, constituindo-se num verdadeiro especulador imobiliário. Ao longo de quase quatro décadas¹⁵³ José Rodrigues Barcellos e sua esposa Ana Bernarda Barcellos aparecem efetuando quarenta vendas de imóveis – terrenos em sua maioria, mas algumas casas aparecem na amostragem a partir da década de 1850 – no perímetro urbano, contra apenas três compras.

Os três irmãos possuem terras na Banda Oriental, e entre os demais Rodrigues Barcellos, encontramos diferentes gerações se deslocando entre as charqueadas às margens do Arroio Pelotas e estâncias no outro lado da fronteira. Dois irmãos de Bernardina constituirão negócios no Uruguai, em momentos distintos: Joaquim, que em muitos momentos durante a Revolução Farroupilha comercia por Domingos José de Almeida em Montevideu e João, que sendo criador de gado em Paysandu, também se engajou na causa farroupilha.

João se casou com sua prima de segundo grau, Joaquina Augusta Barcellos do Santos, neta de Inácio Rodrigues Barcellos. Nisso chegamos num outro aspecto interessante na constituição das empresas dos Rodrigues Barcellos. Joaquina também fazia parte duma família originária da Colônia do Sacramento, os Carneiro da Fontoura. O trânsito de recursos entre um lado e outro da fronteira era reforçado através de laços de parentesco, reafirmados através de gerações, o que nos leva a crer num uso estratégico da fronteira. Mas esta não é exclusividade dos Rodrigues Barcellos, muitos dos fundadores da Freguesia de São Francisco de Paula assim o fazem. Encontravam-se os Gonçalves Chaves entre os vizinhos de Cipriano, Boaventura, João e José Rodrigues Barcellos na Banda Oriental.

O uso estratégico da fronteira para administrar os recursos pode ser mensurado pela opção dos cunhados de Domingos em se estabelecerem como produtores e intermediadores na venda de gado vindo do Rio Grande de São Pedro. Inseridos dentro da dinâmica das

¹⁵³ Para esta análise foram identificados os registros dos Livros de Notas do 1º e 2º Tabelionatos de Pelotas no período de 1832 a 1871.

charqueadas em Pelotas, seria bastante natural que houvessem estabelecido apenas o fluxo no sentido contrário, em direção às propriedades de seus familiares. Mas, no que pode ser a continuidade de um modelo anterior empregado pelos tios de João e Joaquim Rodrigues Barcellos, os irmãos intermediavam gado para venda também em Montevideú.

Antônio José Gonçalves Chaves tem papel importante para entendermos a trajetória de Domingos José de Almeida, não apenas por ser o autor de uma das mais notáveis fontes sobre o período¹⁵⁴ mas por sua proximidade de nossa personagem principal. Não apenas a sociedade no Vapor Liberal é testemunho dessa relação, mas também diversas cartas entre ambos¹⁵⁵. Gonçalves Chaves¹⁵⁶ tem ele mesmo uma trajetória peculiar. Quando Saint-Hilaire chegou a sua casa em 1821¹⁵⁷ impressionou-se com seus conhecimentos, mas também com sua posição na comunidade. Por ser respeitado e conhecido não apenas em Pelotas, mas também na Villa do Rio Grande.

Em 1832, quando da instituição da Villa de São Francisco de Paula – futura Pelotas – Antônio Gonçalves Chaves foi eleito vereador pela primeira legislatura, recusando tal cargo por compor o Conselho Geral da Província representando Rio Grande. E se não podemos afirmar que antes já era reconhecido pelas autoridades reais como uma referência local, no processo em que Domingos José de Almeida requer uma comenda do Império, datado de 1828, Antônio Gonçalves Chaves é a testemunha que o governador da Província busca para atestar as declarações do requerente.

¹⁵⁴CHAVES, Antônio José Gonçalves. *Memórias econômico-políticas sobre a administração pública do Brasil*. 4ª ed. São Leopoldo: Editora da Unisinos, 2004.

¹⁵⁵ AHRs. *Anais. Volume 2. Coleção Varela*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978-1979. CV-170. p. 139.

¹⁵⁶ O pai, pois seu filho de mesmo nome se tornaria duas décadas depois figura igualmente importante para a vida da localidade.

¹⁵⁷ Saint-Hilaire buscou em cada cidade que visitou no Rio Grande os administradores de contratos de João Rodrigues Pereira de Almeida, comerciante do Rio de Janeiro, o que nos leva a crer que Gonçalves Chaves tivesse contatos comerciais privilegiados na Corte. “Já foi exposto que os negociantes do Sul estabeleceram-se a partir das redes familiares e circuitos mercantis *comandados* por aqueles negociantes [do Rio de Janeiro] de grosso trato.” OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2007 p. 318.

Chamam a atenção neste processo alguns dados interessantes. É possível que Domingos tenha requerido tal comenda inspirado na prática usual entre os Rodrigues Barcellos – lembremo-nos que Boaventura, Cipriano e José possuíam comendas/títulos imperiais – numa estratégia de diferenciação social, mas buscando uma posição semelhante dentro da rede familiar. Há duas dimensões no jogo de poderes: Domingos podia estar buscando diferenciação social na localidade, mas ao mesmo tempo, é possível crer que essa estratégia não ignorasse a melhora de sua condição dentro da rede familiar.

Outro dado nos leva novamente a Antônio Gonçalves Chaves. Dentre os testemunhos enviados junto ao requerimento pelo próprio Almeida, Antônio Gonçalves Chaves, seu vizinho mais ilustre não foi escolhido. Deporia depois, a pedido do Governador da Província, na investigação que se seguiu desde a Corte para assegurar a veracidade das informações que deu o requerente, porém curiosamente, não apenas as confirmaria, mas traria mais informações que avultavam a contribuição de Almeida à pátria. Curiosamente, os demais inquiridos pelo governador pouco puderam confirmar, a não ser a própria existência de Domingos José de Almeida como comerciante de grosso trato, proprietário e eleitor de Paróquia. Domingos não conseguiu sua comenda, mas se tornou Major da Guarda Nacional, o que o fez inclusive se afastar da Câmara de Pelotas em 1833.

2.3.3 De eleitor de paróquia a deputado provincial

Desde 1822, com a iniciativa de promover praticamente às próprias custas uma festa comemorativa à Independência nacional¹⁵⁸, Domingos investia em construir uma imagem pública. A subscrição aberta arrecadou apenas 398\$000 dos 10:461\$195 gastos na festa, mas

¹⁵⁸ “Quando cá chegou a notícia da proclamação da Independência do Brasil, no dia 7 de setembro de 1822, já encontrava Almeida preparado para dar mais brilho a solenidade, com que festejou esta data, pondo-se logo em atividade, convidando as autoridades civis e eclesiásticas da cidade do Rio Grande, de Pelotas, de Canguçu, de Piratini e de Jaguarão e todo o regimento 21 de milícias, para uma grande solenidade, que teria lugar no dia 15 de Outubro de 1822.” CUNHA, José Zeferino da. *Apontamentos para a história da revolução de 1835. Biografia de Domingos José de Almeida*. Pelotas: Tipografia da Livraria Americana, 1902. p. 05.

a iniciativa se manteve. Três anos após sua chegada à Pelotas Domingos buscava se tornar um dos homens notáveis do lugar.

Na primeira sessão da primeira legislatura da Câmara da Villa de São Francisco de Paula Domingos realiza doações importantes para o início dos trabalhos: o próprio livro de Atas, dois tomos da coleção de Leis do Império de 1828, dois folhetos do Código de Processo Criminal e um folheto de instrução prática sobre o Juízo de Jurados. Sua participação ativa nessa mesma sessão, acabou por criar uma comissão que representou a cidade numa série de agradecimentos pela elevação à Villa e no comunicado ao presidente da província sobre sua instalação¹⁵⁹.

Um dos expedientes da Câmara da Villa de São Francisco de Paula para prover a cidade das benfeitorias necessárias foi a criação de comissões, formadas por cidadãos respeitados, eleitores de paróquia e algum vereador: Domingos, vereador ou não, participou de muitas delas. A uma comissão cabiam diversas tarefas, especialmente a de articular os interesses em torno das obras e especialmente, arrecadar fundos para sua realização através de subscrições públicas. Os nomes que compõem as comissões com Domingos José de Almeida coincidirão com os de outras redes sociais aqui avaliadas, e por isso, merecem atenção especial.

É possível verificar analisando a formação das comissões uma fusão entre interesses particulares, especialmente comerciais e o que é considerado como necessário ao bem público. Vejamos exemplarmente a primeira comissão executiva formada ainda em 1832 que tratava da construção da ponte entre Pelotas e Piratini¹⁶⁰.

¹⁵⁹ A comissão foi formada pelos Reverendos Francisco Florêncio da Rocha e Cláudio José de Souza Murfa, pelo Dignitário Comendador José Rodrigues Barcellos e pelo boticário David Pamplona Corte Real. Excetuando os reverendos, tanto José Rodrigues Barcellos quanto Pamplona Corte Real compõem as redes sociais de Domingos: O Dignitário Comendador é tio de sua esposa e sabidamente apoiador do ideário liberal; o boticário é um dos procuradores de Almeida na cidade de Pelotas. BPP Atas da Câmara da Villa de São Francisco de Paula. Livro 1. 1832-1835. fl. 03.

¹⁶⁰ BPP Atas da Câmara da Villa de São Francisco de Paula. Livro 1. 1832-1835. fl. 23v.

Representando a Câmara, Domingos assumiu a presidência da comissão sobre a ponte de Piratini e, indicados como “cidadãos nobres locais, instruídos para tal fim”, Antônio Gonçalves Chaves e Boaventura Rodrigues Barcellos o acompanharam nessa tarefa. Para além das relações já explicitadas entre os três integrantes desta comissão – Boaventura como o centro da rede familiar dos Rodrigues Barcellos em Pelotas e Gonçalves Chaves como sócio de Domingos – há outras relações aqui a serem pesadas.

Os três integrantes da comissão tinham interesses particulares na construção, assim como todos os charqueadores da localidade, por ser a estrada passagem de gado. Interessa a nós saber que não foram escolhidos para tal comissão outros vereadores que não tinham interesses diretamente ligado ao charque. Portanto, cabe-nos perguntar: se Domingos representava a Câmara, Boaventura e Gonçalves Chaves representavam que forças locais?

Gonçalves Chaves tinha uma atuação notória no Conselho da Província e antes disso, havia sido vereador na Câmara de Rio Grande. Conhecido por sua identificação com o liberalismo, Gonçalves Chaves era maçom e apesar de não ter educação formal, possuía uma vasta biblioteca e falava francês fluentemente, o que era o suficiente para colocá-lo em relevo no contexto local. Por sua vez, Boaventura era um dos representantes mais ilustres dos conservadores, e sua atuação como integrante da Irmandade do Santíssimo Sacramento na paróquia e sua ligação com alguns dos principais interlocutores locais da região, o colocava em destaque.

O mais relevante para entender a política na Câmara é justamente a combinação de duas dimensões: de um lado a das relações políticas colocadas num contexto macro, onde os alinhamentos se dão em relação aos canais privilegiados com que os indivíduos acessam o poder central; e de outro lado, a das relações locais que permitem que as divergências num nível macro sejam reelaboradas para uma composição de forças que seja permeada por laços de parentesco e cooperação econômica. A mesma forma pôde ser observada ainda na criação

da freguesia, quando a arbitrariedade sobre a escolha da localização da sede foi resolvida simbolicamente com a inclusão de todos os principais no ato de inauguração da Igreja.

Outro exemplo deste concerto entre divergência político-partidária e laços sociais pode ser encarado em mais um trabalho comum entre dois integrantes de forças políticas opostas. Quando proposta uma investigação em torno da presença de aulas de primeiras letras na Villa, Almeida se propõe a conduzi-la, e imediatamente o Dr. João Batista de Figueiredo Mascarenhas se propôs a acompanhá-lo¹⁶¹. Foi sob a proteção do Dr. Mascarenhas que Domingos se estabeleceu em Pelotas, porém, a proximidade de ambos que seguirá por décadas não foi o suficiente para colocá-los no mesmo partido. Mascarenhas era conservador e se manteve assim.

Ao analisarmos os nomes que compõem a primeira legislatura – conjuntamente com os que assumiram cargos designados por esta – encontraremos sobreposições de diferentes redes sociais incluindo de muitas formas os indivíduos num mesmo grupo. As redes que opõem são sobrepostas às redes que unem, criando um intrincado jogo de poderes, onde as relações precisam ser permanentemente renovadas para harmonizar os atritos passíveis de dissolvê-las¹⁶². O que determinará por fim a vitória de uma posição ou outra pode ser determinado conjuntamente dentro das próprias redes, pelas posições dos indivíduos em seu seio. Mas o lugar dos indivíduos nas redes sociais dependerá muito de suas habilidades em construir capitais sociais internos e especialmente externos à rede.

No próximo capítulo analisaremos o momento em que Domingos José de Almeida busca novos capitais sociais fora de Pelotas: sua trajetória como deputado provincial e sua

¹⁶¹ BPP Atas da Câmara da Villa de São Francisco de Paula. Livro 1. 1832-1835. fl 26v.

¹⁶² Ao analisar a Câmara de Porto Alegre, Adriano Comissoli encontra grupos que utilizam estratégias semelhantes. “Essas redes resultam das relações que esses potentados estabeleciam com diversos segmentos sociais e que lhes garantiam a possibilidade de intervir em diferentes níveis dessa mesma sociedade.” COMISSOLI, Adriano. *Os “homens bons” e a Câmara de Porto Alegre (1767-1808)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense. PPG - História Moderna, 2006 (dissertação de Mestrado). p. 83.

participação na revolta farroupilha e como seu capital social anterior permitiu a sobrevivência de Bernardina e os filhos de ambos durante o conflito com o Império.

Capítulo III

A Província, o Império e seus homens: laços que se estreitam e os que se soltam.

*“É com efeito bastante negra a nuvem que ora cobre o
horizonte de nossa Província.”*

Domingos José de Almeida em carta à esposa em 1836.

O ano de 1833 marcaria para Domingos José de Almeida a mudança da participação da esfera local para a província. Se sua atuação em busca de obras importantes como a desobstrução do Canal São Gonçalo, ou se seu sucesso financeiro como um dos proprietários da primeira barca a vapor a navegar em águas fluviais, o conferiram uma notoriedade para além das marcas da charqueada, sua eleição para a suplência do Conselho da Província naquele ano representou confirmação de que era a hora de galgar um degrau a mais na escalada social pretendida.

Quando em 1828 Domingos José de Almeida redigiu sua petição de uma comenda imperial¹⁶³, houve certa dificuldade do presidente da província encontrar testemunhas que pudessem responder claramente se eram verdadeiras todas as suas justificativas para o pedido. Cinco anos depois, ao ser eleito major – posteriormente chegaria a coronel – do corpo de cavalaria da Guarda Nacional¹⁶⁴ na Costa de Pelotas, seu nome já era reconhecido entre os administradores da província.

¹⁶³ BN. Sessão de Manuscritos. Fundo: Documentos Biográficos. C-0054, 005.

¹⁶⁴ Ser oficial da Guarda Nacional significava ter poder de recrutamento e passar a conhecer cada um dos habitantes da região passíveis de se tornarem milicianos. Ao longo do Século XIX, possuir um cargo de

Se a trajetória de mobilidade social esperada teve expectativas frustradas com as mudanças do regime político, Domingos parece ter se cercado de outras possibilidades, constituindo espaços de sociabilidade onde foi possível angariar novas relações e com elas um capital social diverso do que presumivelmente sua inserção como comerciante e na família Rodrigues Barcellos garantia. Sua identificação com os liberais, por quem acabaria sendo eleito como Deputado Provincial – parece ser anterior ou concomitante à sua chegada à Pelotas¹⁶⁵, e foi muito aprofundada nos anos entre sua petição de comenda e sua eleição a major da Guarda Nacional.

A origem de Almeida vem sendo apontada ao longo dos anos pelos seus biógrafos, ou mesmo pela historiografia como um dado que ligaria sua identificação liberal aos inconfidentes mineiros¹⁶⁶. A conclusão foi naturalizada, como se não houvesse uma distância temporal e mesmo histórica entre a Inconfidência Mineira e os diferentes movimentos liberais que eclodiram durante as Regências. Apesar de em muitos momentos ser possível apontar uma referência de organização política e administrativa nas Minas Gerais, não foi localizado nesta pesquisa documento algum que demonstrasse qualquer vínculo entre a atuação oposicionista de Almeida com sua província de origem.

oficial da Guarda Nacional significará angariar capital social passível de canalização para uma carreira política, especialmente dentro de uma perspectiva provincial. VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a paróquia e a Corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)*. Porto Alegre: PPG-História UFRGS, 2007. (Dissertação de Mestrado) p. 125-132.

¹⁶⁵ “Domingos de Almeida, que já sentia palpitar no peito coração de verdadeiro patriota e filho da província de Minas, aonde se tinha desenrolado o grande drama da inconfidência, em que desempenhara papel saliente o grande mártir Tiradentes, não podia ficar indiferente à notícia transmitida para cá, da revolta que se efetuara, no dia 24 de Agosto de 1820, na cidade do Porto.” CUNHA, José Zeferino da. *Apontamentos para a história da revolução de 1835. Biografia de Domingos José de Almeida*. Pelotas: Tipografia da Livraria Americana, 1902. p. 04.

¹⁶⁶ Dentre tantos: CUNHA, José Zeferino da. *Apontamentos para a história da revolução de 1835. Biografia de Domingos José de Almeida*. Pelotas: Tipografia da Livraria Americana, 1902. LESSA, Barbosa. *Domingos José de Almeida*. Porto Alegre: Tchê/RBS, 1985. ROSA, Othelo. *Vultos da Epopéia Farrroupilha*. Porto Alegre: Globo, 1935. SPALDING, Walter. *Construtores do Rio Grande do Sul*. I Volume. Porto Alegre: Editora Sulina, 1969. FLORES, Moacyr. *Modelo Político dos Farrapos: as idéias políticas da Revolução Farrroupilha*. 4ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.

A margem disso, outros dados que poderiam esclarecer a relação entre origem regional e identidade política foram sumariamente ignorados. Os fragmentos da trajetória de Domingos José de Almeida antes de sua chegada em Pelotas podem elucidar alguns aspectos das redes sociais em que esteve imerso o revoltoso farroupilha durante o decênio em que lutou contra o Império.

Na ata da primeira sessão da Câmara de São Francisco de Paula¹⁶⁷, os exemplos trazidos por Almeida para referenciar as necessidades do novo município quanto à sua administração, são mineiros. A organização administrativa de Diamantina parece ser o exemplo mais bem acabado do que Domingos considera uma cidade em sua acepção completa. Se por um lado, este era o exemplo mais próximo geograficamente, não é desprovido de pertinência atentar ao fato de que Diamantina talvez tenha sido a cidade mais planejada de toda Colônia. Administrada para ser o centro de controle da exploração de pedras preciosas, Diamantina foi provida da melhor estrutura urbana possível para o período e, mais do que o próprio Rio de Janeiro que viria a abrigar a Corte depois, o crescimento de Diamantina foi não apenas planejado como também controlado¹⁶⁸.

Ainda há outro dado sobre Diamantina que deve ser considerado. Por sua posição de centro único dentro do distrito, concentrando todos os aparelhos públicos existentes dentro de sua comarca, a cidade tornou-se o pólo regional onde tudo era referenciado. Mesmo após o fim da Real Extração tal condição permaneceu. Os mesmos anseios – de tornar a povoação um centro de atração regional – tinham os homens notáveis de Pelotas e, portanto a referência de Domingos em tal municipalidade não é só

¹⁶⁷ BPP Atas da Câmara da Villa de São Francisco de Paula. Livro 1. 1832-1835.

¹⁶⁸ Necessidade da Coroa para controlar a Real Extração. FURTADO, Junia Ferreira. *O livro da Capa Verde: o regimento diamantino e a vida no Distrito Diamantino no período da Real Extração*. 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2008.

expressão de sua origem regional ou da ligação entre liberais de duas províncias, mas o reconhecimento de um modelo capaz de atender interesses pragmáticos.

A passagem pelo Rio de Janeiro como caixeiro viajante também contribuiria para a percepção de urbanidade que Domingos desenvolveria e que seria seu diferencial na atuação dentre os farroupilhas. Do Rio de Janeiro foram trazidas duas importantes noções de organização, debate e troca de idéias políticas que aflorariam nos acontecimentos revolucionários: a maçonaria e a imprensa¹⁶⁹. Por ambos os espaços nos aventuraremos, mas antes é necessário um breve apanhado sobre a Revolução.

3.1 Homens em armas contra o Império e pelo Império: legalistas e revoltosos, revoltosos e legalistas.

Desde a década de 1790 o charque havia se tornado dominante nas exportações da província, inserido no processo de especialização da produção na atividade pecuária bovina e de expansão da ocupação até a fronteira e além dela durante o período da Cisplatina. Esta produção era levada aos portos de Salvador e Recife, no nordeste, mas principalmente para o Rio de Janeiro, onde se comercializavam não somente o charque, como os couros e, até a segunda década do Século XIX, trigo. No fluxo contrário, vinham escravos e artigos importados, articulando assim um sistema mercantil que colocava o charque como parte integrada da economia escravista¹⁷⁰. É neste contexto de

¹⁶⁹ Os estudos de Marco Morel sobre a imprensa como espaço de debate político e de Evaldo Cabral de Mello sobre a maçonaria como articulador social são importantes para avaliar que ambos os espaços surgem dentro de contextos urbanos em sociedades agrárias. MOREL, Marco. “Papéis incendiários, gritos e gestos: a cena pública e a construção nacional nos anos 1820-1830.” In: *Topóis*, Rio de Janeiro, mar. 2002. p. 39-58. MELLO, Evaldo Cabral de. “Dezessete: a maçonaria dividida” In: *Topóis*, Rio de Janeiro, mar. 2002. p. 09-37.

¹⁷⁰ CORSETTI, Berenice. *Estudo da charqueada escravista gaúcha no século XIX*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1983. (dissertação de mestrado) FRAGOSO, João Luís. *Homens de Grossa Ventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. 2ª ed., Rio de Janeiro:

crescimento que se concentra no primeiro quartel do século XIX que Pelotas surge como centro regional.

Desde a Independência do Brasil e finda a tentativa de anexação do Uruguai em 1828, o problema da fronteira se colocava aos senhores da província como um fator chave. E durante a breve paz que reinou na província novos embates surgiram em duas dimensões: a que contrapunha interesses locais divergentes e a que contrapunha o Império e homens da província.

Dentro de um contexto de rebeliões que abalou a unidade nacional ainda pouco fortalecida, a Confederação do Equador em 1824, e depois, durante as regências, a Cabanagem (1835-1840) e a Sabinada (1837-1838) juntam-se a mais longa revolta que o Império enfrentou, quando uma parte da elite rio-grandense revoltou-se por dez anos desde 1835. Como parte do processo que implicaria no desenho de Brasil Imperial que conhecemos, os antagonismos destas revoltas permitiram que novos arranjos sociais fossem executados e com eles a centralização do poder fosse atingida.

A produção historiográfica sobre a Revolução Farroupilha é extensa e variada, não cabendo aqui exame sobre ela¹⁷¹. A própria Revolução não é objeto de análise aqui, apesar de em muitos momentos a trajetória de Domingos José de Almeida se confundir com a do movimento e especialmente com a da República, a opção pela percepção das relações interpessoais limita a análise a determinados grupos dentro da diversidade dos

Civilização Brasileira, 1998. OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2007.

¹⁷¹ Para uma discussão sobre a historiografia sobre Rio Grande do sul e suas divergentes linhas sobre a Revolução Farroupilha: GUTFREIND, Ieda. *A Historiografia Rio Grandense*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1992 e GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *O Horizonte da Província: a República Rio-grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. Rio de Janeiro: UFRJ-PPGH, 1998. (Tese de Doutorado). Para a produção historiográfica sobre a revolução farroupilha: VARELA, Alfredo. *História da Grande Revolução: o ciclo farroupilha no Brasil*. Porto Alegre: Globo, 1933. LAYTANO, Dante de. *História da República Rio-grandense (1835-1845)* 2ªed. Porto Alegre: Globo, 1983. LEITMAN, Spencer. *Raízes Sócio-econômicas da Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. FLORES, Moacyr. *Modelo Político dos Farrapos: as idéias políticas da Revolução Farroupilha*. 4ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996. DACANAL, José Hildebrando (org.). *Revolução Farroupilha: história e interpretação*, Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. entre outros.

farroupilhas. Mas é interessante elencarmos alguns pontos comuns aos revolucionários e seus principais movimentos, antes de vermos os indivíduos e seus mecanismos de atuação.

Os fatores que marcam o início da revolta podem ser identificados como: revolta contra a política fiscal sobre a produção – leia-se charque – em desvantagem com a concorrência platina; distribuição inadequada das rendas dos impostos; a derrota na Cisplatina; o controle da Fronteira; e por fim, a disputa política interna à província¹⁷².

A concorrência platina ao charque nacional foi um problema constante¹⁷³, que permeou esta atividade durante todo o século XIX, e estava intimamente relacionada a duas questões das que apontamos acima. A política fiscal sobretaxava o charque, como forma de favorecer a produção cafeeira e garantir a própria reprodução do sistema escravista em suas relações¹⁷⁴. A produção pecuária uruguaia era a principal da economia daquele país, e o governo do vizinho ao sul favorecia esta produção¹⁷⁵. Ao mesmo tempo, a frustração com a perda da Cisplatina tinha relação com esta competição. Se houvesse permanecido o território com o Império, a taxaço seria equivalente, e a concorrência fiscal estaria encerrada. Por outro lado, as diferenças de qualidade dos produtos poderiam ser consideravelmente remediadas com o trânsito de animais entre os dois lados.

Este ponto nos leva a questão sobre o controle do governo sobre a fronteira e suas implicações na disputa pela política interna da província. A recente fronteira

¹⁷² FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. PPG – História Social, 2007 (tese de Doutorado). p. 71.

¹⁷³ CORSETTI, Berenice. *Estudo da charqueada escravista gaúcha no século XIX*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1983. (dissertação de mestrado) p. 67-81.

¹⁷⁴ LEITMAN, Spencer. *Raízes Sócio-econômicas da Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 137.

¹⁷⁵ GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. “O rio Grande de São Pedro na primeira metade do século XIX: estados Nações e Regiões-províncias no Rio da Prata.” In: GRIJÓ, Luiz Alberto et al. (org.) *Capítulos de história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 99. Ainda é possível apontar a razão da diferença entre as proporções fiscais entre os dois países: enquanto o charque uruguaio tinha apenas 4% sobre sua taxaço, o brasileiro tinha 25%.

nacional gerou postos militares importantes e que acumulavam em si poderes demasiados para a vontade centralizadora do Império. Por outro lado, os proprietários brasileiros no norte do Uruguai precisavam garantir o livre fluxo de bens e especialmente de reses entre os dois lados da fronteira, já que a maioria possuía terras também em território brasileiro. A taxaço sobre o gado e mercadorias foi estabelecida, e a vontade do Império correspondia ao desejo de muitos charqueadores que possuíam estabelecimentos apenas no lado brasileiro¹⁷⁶. A permissividade com que os líderes de fronteira tratavam o trânsito de gado afrontava o Império.

Somado a isso, a autonomia com que alguns líderes de fronteira travavam suas relações com chefes uruguaios conflitava em muitos momentos com a política designada pelo governo central, fazendo com que diferentes comandantes se comprometessem com lados opostos na contenda entre o presidente Rivera e o opositor Lavalleja. A idéia corrente de que a má condução das tropas na campanha da Cisplatina pelo Marquês de Barbacena¹⁷⁷ – vindo de fora da província – tinha sido o motivo da derrota, garantia aos oficiais riograndenses um crédito que ampliava seu prestígio e com isso, colidia ainda mais com os interesses imperiais.

A falta de investimentos na província também gerava descontentamento, principalmente se confrontada com o superávit em relação ao governo central¹⁷⁸. Os recursos produzidos aqui acabavam por saldar as dívidas do Império e cobrir os rombos

¹⁷⁶ Muito antes de se estabelecerem também como charqueadores no Uruguai, muitos produtores enxergaram apenas as pastagens daquele país. Pouco antes de deflagrar a Revolução Farroupilha, alguns iniciavam a construção de charqueadas também ao sul da fronteira. Antônio José Gonçalves Chaves é um exemplo, tendo inclusive falecido em Montevidéu enquanto estabelecia seus negócios ali. Mas durante a segunda metade do Século XIX a quantidade de propriedades que os charqueadores passam a adquirir no Estado Uruguaio indica um uso estratégico da fronteira nessa produção, que precisa ainda ser investigado.

¹⁷⁷ GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *O Horizonte da Província: a República Rio-grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. Rio de Janeiro: UFRJ-PPGH, 1998. (Tese de Doutorado). p. 139-140.

¹⁷⁸ MIRANDA, Marcia Eckert. *Rio Grande do Sul: tributação e economia (1699-1945)*, Porto Alegre: PPG-Economia/UFRGS, 1998 [dissertação de mestrado], pp. 70.

de outras províncias¹⁷⁹. As obras públicas eram realizadas à custa da boa vontade ou da necessidade dos proprietários e as dívidas contraídas com os cidadãos rio-grandenses por conta da campanha da cisplatina se acumulavam. E durante a regência, outros expedientes que poderiam acalmar os descontentes, como as comendas, estavam suspensos.

Antônio Fernandes Braga assume o posto de presidente da província inicialmente com o apoio de Bento Gonçalves, o Comandante de Fronteira de Jaguarão, que havia sido chamado à Corte para prestar esclarecimentos sobre sua atuação que protegia Lavalleja. A permanência dessa e mais uma série de desenlaces de que trataremos adiante, levaram Fernandes Braga a se distanciar de Bento, o que culminaria numa disputa de poderes entre os comandantes de fronteira e o presidente, fazendo com que em 1834, fossem retirados dos cargos Bento Gonçalves e Bento Manuel Ribeiro, o Comandante da Fronteira de Alegrete¹⁸⁰.

Todos estes fatores reunidos levaram à sedição de 20 de setembro de 1835. Inicialmente o movimento era apenas contra Fernandes Braga e seu grupo, portanto contra um administrador considerado incompetente. A nomeação de José Araújo Ribeiro divide os revoltosos. No momento em que a Assembléia nega a posse de Araújo Ribeiro, um grupo importante de revoltosos, entre eles Bento Manuel Ribeiro, passam ao lado dos legalistas, considerando que o objetivo da revolta havia sido alcançado com a deposição de Fernandes Braga¹⁸¹.

Angariando forças no interior, os farroupilhas dominam a região da campanha, em compensação no decorrer das batalhas, perdem Porto Alegre. E se 1836 é o ano da proclamação da República Rio-grandense, é também o ano em que Bento Gonçalves e

¹⁷⁹ LEITMAN, Spencer. *Raízes Sócio-econômicas da Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 123-128.

¹⁸⁰ GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *Op. cit.* p. 175-180.

¹⁸¹ Bento Manuel Ribeiro era primo de José Araújo Ribeiro, o que pode indicar que sua indicação por Feijó fosse estrategicamente pensada. GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos, *op. cit.* p. 178.

alguns importantes chefes da Revolução são presos na Batalha da Ilha do Fanfa. Depois de passar pelo Rio de Janeiro, conseguiria fugir na Bahia um ano depois com a ajuda da maçonaria local.

Os imperiais, que tinham seus exércitos reduzidos durante a regência, como forma de fortalecer o poder civil, passam por reorganização das tropas, enquanto os farroupilhas sentem as derrotas na efêmera República Juliana, estabelecida em Laguna e a inexistência de um porto ou praça de comércio em seu território. O esgotamento começa a abater pouco a pouco a República Riograndense desde 1840. O comando do Barão de Caxias sobre as tropas imperiais restringe a um espaço cada vez mais diminuto as manobras dos farroupilhas, que ainda tentam algumas investidas desde o território uruguaio, que também vive um conflito próprio. O território do lado de lá da fronteira ocorre desde 1842 a Guerra Grande, disputa entre *blancos* e *colorados* que duraria até 1851.

Os conflitos no Prata também imprimiam sua força sobre os esforços farroupilhas. Os revoltosos rio-grandenses estabeleceram acordos com as províncias do litoral argentino e com diferentes líderes uruguaios¹⁸², acordos pragmáticos, mas que permitem colocar em relevo a percepção de que projetos nacionais distintos dos que se consolidaram estavam presentes, com maior ou menor pertinência, mas presentes aos agentes envolvidos nas contendas em toda a região¹⁸³. O poder de Juan Manoel Rosas, o

¹⁸² É necessário entender que não há ainda uma conformação dos estados nacionais tal como a compreendemos atualmente. Diferentes projetos políticos estavam em disputa, permitindo um mosaico de possibilidades políticas formado por cada cidade-região. CHIARAMONTE, José Carlos. *Ciudades, provincias, Estados: Orígenes de la Nación Argentina (1800-1846)*. Buenos Aires: Espasa Calpe, 1997.

¹⁸³ Os acordos não foram cortejados apenas pelos farroupilhas, o Império também buscou alianças, porém sem sucesso. Uma bastante agitada trama de relações levava à mudança de aliados através das fronteiras, e a lógica destes acordos era a garantia de mantimentos, munição e cavalos, principalmente, mas também a possibilidade de proteção e esconderijo. As alianças eram sempre estabelecidas em reciprocidade, portanto, as faltas eram comuns, muitas vezes resultando em total ineficácia. Por outro lado, quando cumpridos os acordos, serviam a uma lógica de retroalimentação do conflito na região, propiciando que as vitórias em um lado, prolongassem a vida do conflito em outro. As trocas de alianças e seus propósitos são explicitados em GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *O Horizonte da Província: a República Riograndense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. Rio de Janeiro: UFRJ-PPGH, 1998. (Tese de Doutorado)

governador de Buenos Aires, que tinha pretensões de exercer sua influência sobre toda a região era um perigo reconhecido pela Corte do Rio de Janeiro.

Dentro deste contexto Caxias passa a negociar a paz com os revoltosos. Os farroupilhas, divididos entre os que não aceitavam outra saída honrosa que não fosse o reconhecimento da Independência do Rio Grande e os que desejavam uma saída honrosa que os permitisse voltar ao seio do Império e de sua segurança de gigante, se esfacelavam em lutas internas. Ao fim, David Canabarro representaria os farrapos e negociaria uma série de concessões, dentre elas o pagamento das dívidas da extinta República e a manutenção dos postos dos oficiais e sua incorporação pelo Império no exército brasileiro. Um último ponto marcaria o acordo assinado em Ponche Verde em 1845, como a lembrar o que iniciou a sedição: os rebeldes escolheriam o próximo presidente da província.

3.2 Irmãos na maçonaria e debatedores na política: espaço de circulação de idéias e construção da divergência.

Corria o ano de 1835 e Antônio Rodrigues Fernandes Braga era o presidente da província. Chegara ao posto pela indicação de Bento Gonçalves e, apesar de ser rio-grandense, passara tanto tempo servindo o Império na Europa e nos Estados Unidos, logo após seus estudos em Coimbra, que não tinha laços suficientemente sólidos estabelecidos no Rio Grande¹⁸⁴. Apesar dos diversos atritos que a postura de Bento como comandante da fronteira de Jaguarão – apoiando Lavalleja e lhe dando

¹⁸⁴ FLORES, Moacyr. *Modelo Político dos Farrapos*: as idéias políticas da Revolução Farroupilha. 4ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996. p. 115.

esconderijo¹⁸⁵ – causaram, outro acontecimento é citado como marco da ruptura da aliança entre ambos. No momento da escolha do ocupante do cargo de chefe da polícia, Fernandes Braga se negou a nomear Domingos José da Porciúncula, primo de Bento, optando por indicar o amigo de seu irmão Antônio José Gonçalves Chaves, que traria consigo indicações de seus partidários¹⁸⁶. Os cargos de chefe de polícia, delegado e subdelegado eram importantes para o controle das eleições e, portanto, significavam o controle sobre os demais cargos eletivos da província, além de usufruírem de poderes no recrutamento militar¹⁸⁷.

Durante décadas sociedades secretas e, especialmente a maçonaria vem sendo indicada como espaço em que a conspiração que levaria ao golpe de 20 de setembro de 1835 foi urdida¹⁸⁸. Porém, o que explica que Fernandes Braga, Bento Gonçalves e Gonçalves Chaves, todos maçons liberais, estiveram envolvidos em um dos episódios que desencadeou a revolta? E o que explica que Domingos José de Almeida, amigo e sócio de Gonçalves Chaves, fora o relator da ata da Loja maçônica Philantropia e Liberdade onde se decidiu pela revolta liderada por Bento Gonçalves¹⁸⁹? Se a condição de irmãos maçons foi fundamental para o desenvolvimento dos fatos, como querem alguns estudiosos da Revolução¹⁹⁰, o que fez com que alguns maçons de grupos onde participavam os farroupilhas não aderissem à causa?

¹⁸⁵ GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *Op.cit.* p. 176.

¹⁸⁶ FLORES, Moacyr. *Modelo Político dos Farrapos: as idéias políticas da Revolução Farroupilha*. 4ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996. p. 115.

¹⁸⁷ VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a paróquia e a Corte: uma análise da elite política do rio Grande do Sul (1868-1889)*. Porto Alegre: PPG-História UFRGS, 2007. (Dissertação de Mestrado) p. 130

¹⁸⁸ COLUSSI, Eliane Lúcia. *A Maçonaria Gaúcha no século XIX*. Passo Fundo: Ed.UPF, 2003. p. 192-202. FLORES, Moacyr. *op. cit.* p. 113.

¹⁸⁹ COLUSSI, Eliane Lúcia. *op. cit.* p. 197.

¹⁹⁰ Apenas para citar alguns: FLORES, Moacyr. *Modelo Político dos Farrapos: as idéias políticas da Revolução Farroupilha*. 4ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.. COLUSSI, Eliane Lúcia. *A Maçonaria Gaúcha no século XIX*. Passo Fundo: Ed.UPF, 2003. ÁVILA JR, Celso Jaloto. “A Fuga de Bento Gonçalves do forte do Mar auxiliado pela Maçonaria e Republicanos Baianos!” In: MARTINS, Liana B., MIRANDA, Márcia E., SILVA, Viviane O. (org.) *Bento Gonçalves da Silva: atas, propostas e resoluções da Primeira Legislatura da Assembléia Provincial (1835-1836)*. Porto Alegre: assembléia Legislativa do Estado do RS, 2005. p. 355-383.

Considerando-se o fato de que poucos estudos acadêmicos foram produzidos sobre o peso desta instituição na constituição de um pensamento liberal e cientificista no Brasil Imperial, não foram poucos os autores que apontaram a importância desta organização nas rebeliões liberais do período regencial¹⁹¹. Por outro lado, a aura de segredo que cerca esta ordem tem contribuído para que no imaginário popular se construa uma perspectiva conspiratória sobre a ação de seus membros. E apesar de ser “uma instituição com influência sobre os acontecimentos políticos, mas que não possuía uma coerência política”¹⁹², a maçonaria surge sempre como um elemento uno no espectro dos farroupilhas.

Boa parte das perguntas acima pode ser respondida a partir de uma percepção da maçonaria como um conjunto de grupos divergentes dentro dos limites territoriais, rituais e especialmente, das redes de expansão de ideais que produziam ao mesmo tempo laços de solidariedade e disputas¹⁹³. A partir disso é possível entender como o pacificador da província, o Barão de Caxias era maçom e a deflagração da rebelião foi decidida numa reunião de uma loja maçônica.

Mas se não cumpriu o papel de organizar politicamente seus membros, cabe-nos avaliar em que contribuiu a maçonaria na política do Império para ser citada como espaço catalisador de tantas revoltas e especialmente, para merecer tantas menções em torno dos dirigentes da Revolução Farroupilha. Nas palavras de Eliane Colussi:

“Tanto no Brasil como no Rio Grande do sul, à semelhança de outras partes do mundo, as lojas maçônicas constituíam-se

¹⁹¹ Quatro estudos podem ser citados: MELLO, Evaldo Cabral de. “Dezessete: a maçonaria dividida” In: *Topóis*, Rio de Janeiro, mar. 2002. p. 09-37. COLUSSI, Eliane Lúcia. *A Maçonaria Gaúcha no século XIX*. Passo Fundo: Ed.UPF, 2003. VIEIRA, Maria Elisabete. *O envolvimento da maçonaria fluminense no processo de emancipação do Reino do Brasil*. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, 2001. (Dissertação de Mestrado). BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e sombras: a ação dos pedreiros-livres brasileiros (1870-1910)*. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 1992 (Dissertação de Mestrado).

¹⁹² COLUSSI, Eliane Lúcia. *A Maçonaria Gaúcha no século XIX*. Passo Fundo: Ed.UPF, 2003. p. 30.

¹⁹³ Idem, p. 194.

num espaço de sociabilidade privilegiado, sobretudo, ou exclusivamente, para as elites político-econômicas e intelectuais. A maçonaria gaúcha foi um espaço onde circulavam principalmente os políticos, os intelectuais, os ricos e seus afilhados, os quais formavam um grupo não à parte do restante da elite, mas que era parte da elite regional.”¹⁹⁴

Para entendermos melhor o que atraía tantos homens da elite política para esse tipo de organização é preciso avaliar alguns aspectos da vida social do período, especialmente no que tange à construção de *espaços de sociabilidade*¹⁹⁵, onde fosse possível não apenas estabelecer laços de solidariedade e, portanto angariar capital social, mas principalmente, onde fosse possível debater, formar e elaborar projetos políticos¹⁹⁶.

A recente possibilidade de discussão e expressão política ainda não encontrara espaços adequados numa sociedade que havia muito pouco tempo estivera impedida de fazê-lo¹⁹⁷. A província tivera um crescimento rápido, refletindo no surgimento de novos centros urbanos – Pelotas exemplarmente – mas os espaços de construção do debate político ainda eram restritos, como ademais seguiriam sendo por todo o século XIX. E numa sociedade onde a possibilidade de expansão das redes sociais é limitada, a

¹⁹⁴ COLUSSI, Eliane Lúcia. *A Maçonaria Gaúcha no século XIX*. Passo Fundo: Ed.UPF, 2003. p. 42.

¹⁹⁵ Jean-François Sirinelli ao estudar os intelectuais vai definir sociabilidade da seguinte forma: “A atração e a amizade e, *a contrário*, a hostilidade e a rivalidade, a ruptura, a briga e o rancor desempenham igualmente um papel às vezes decisivo. Isto, alguns poderão objetar, se aplica a toda microsociedade. Mas, de um lado, esse peso da afetividade adquire uma significação específica, num meio teoricamente colocado sob o signo da clarividência, e cuja garantia, aos olhos do resto da sociedade, é saber jugular suas paixões, a serviço exclusivo da razão.” Como o autor considera também intelectuais indivíduos “reunidos em torno de uma segunda definição, mais estreita e baseada na noção de engajamento na vida da cidade como ator – mas segundo modalidades específicas, como por exemplo a assinatura de manifestos – testemunha ou consciência”, consideramos que o conceito seja cabível, como parte de um percepção de racionalidade limitada na construção de mecanismos de acúmulo de capital social. SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In: RÉMOND, René. (org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002 p. 232-269.

¹⁹⁶ KLAFKE, Álvaro Antonio. *O império na província : construção do Estado nacional nas páginas de O propagador da Indústria Rio-grandense - 1833-1834*. Porto Alegre: Programa de Pós Graduação em História, UFRGS, 2006. (dissertação de mestrado) p. 15.

¹⁹⁷ MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820/1840*. São Paulo, Hucitec, 2005. p. 268.

necessidade de construir possibilidades de angariar novos recursos propiciava o uso de instituições que não tinham tal objetivo em sua origem.

Já vimos que uma das principais redes sociais que um indivíduo podia acessar era a familiar. Outra rede social bastante importante é a mercantil. Mas se considerarmos a posição de Domingos, que ocupava um espaço se não marginal ao menos secundário na rede familiar do Rodrigues Barcellos, e as recentes mudanças no regime político que frustraram as expectativas de ascensão rápida como representante comercial, uma forma de diversificar seus investimentos num patrimônio social era buscar novas redes, novos *espaços de sociabilidade*. Provavelmente a presença de simpatizantes dos ideais liberais o tenha atraído.

Há um outro fator a ser considerado na presença da maçonaria entre líderes da revolta. Se considerarmos que no ano de 1820, segundo Gonçalves Chaves¹⁹⁸, havia apenas três homens naturais da província formados e quatro jovens estudando em Coimbra, podemos avaliar a carência de uma formação acadêmica entre a elite.

“A primeira sessão da assembléia provincial, em 1835, reuniu muitos estancieiros e negociantes sem diplomas entre os deputados. Homens acostumados com as guerras e a vida rural na fronteira acessaram facilmente este espaço político que certamente lhes parecia uma novidade. Estancieiros milicianos sem formação superior como Bento Gonçalves, Bento Manoel Ribeiro, João da Silva Tavares, Olivério José Ortiz, entre outros, ocuparam as cadeiras parlamentares reproduzindo um aglomerado de idéias políticas um pouco aprendidas no mundo platino, um pouco assimiladas pelo contato com estrangeiros. Gradualmente, os homens com este perfil foram sendo substituídos por advogados formados e este mesmo espaço foi exigindo cada vez mais capacidades intelectuais e de formação, mas tal característica só veio a se firmar na segunda metade do século.”¹⁹⁹

¹⁹⁸ CHAVES, Antônio José Gonçalves. *Memórias ecôno-mo-políticas sobre a administração pública do Brasil*. 4ª ed. São Leopoldo: Editora da Unisinos, 2004. p. 82.

¹⁹⁹ VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a paróquia e a Corte: uma análise da elite política do rio Grande do Sul (1868-1889)*. Porto Alegre: PPG-História UFRGS, 2007. (Dissertação de Mestrado) p. 87.

O baixo número de estudantes rio-grandenses em Coimbra pode ser avaliado como parte da dificuldade de penetração do pensamento europeu no Estado, como indica José Murilo de Carvalho, e mais do que isso, indica que a província não participou do impacto unificador que aquele centro exerceu sobre a elite política imperial²⁰⁰. Mais do que isso, os laços de solidariedade construídos neste espaço excluíram a elite da província, como que mostrando a exclusividade do grupo. O efeito em longo prazo foi o de que as famílias mais abastadas e com pretensões políticas passaram a enviar seus filhos para estudarem fora da província, conforme trataremos no próximo capítulo.

Cabe aqui nos questionarmos sobre o que faziam os homens da província enquanto não surgia uma nova geração letrada e participante das redes sociais constituídas nos centros universitários para mediar a política no Império. A trajetória de Domingos traz pistas esclarecedoras. Sua amizade com Antônio Gonçalves Chaves lhe trouxe o acesso a uma biblioteca muitas vezes citada como grandiosa e que foi capaz de impressionar o naturalista Saint-Hilaire²⁰¹ e o próprio Domingos tinha livros, como sua correspondência durante a guerra permite perceber: tratados de economia, Rousseau, Locke, Beccaria²⁰². Seu contato com o ideário liberal foi vasto, como veremos quando analisarmos os textos dos jornais farrapos.

²⁰⁰ CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial e Teatro de Sombras: a política Imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.p. 62.

²⁰¹ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul : 1820-1821*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.. p.123.

²⁰² AHRS. *Anais do Arquivo Histórico do RS. Coleção Varela*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978-1979. CV- 177; 405, p. 143; 320. Walter Spalding indica ainda uma lista de autores citados pelos farroupilhas: Jean Louis Alibert, Jean Jacques de Beault, Blanqui, Benjamin Constant, Jeremias Bentham, José Maria de Avelar Brotero, Joseph Marie De Maistre, Pière Stephan Louis Dumont, François Pierre Guillaume Guizot, Thomas Hobbes, Paul Henri Dietrich (Holbach), Thomas Jefferson, John Locke, Gabriel Mably, Nicolau Machivel, Giuseppe Mazzini, Charles de Secondad (Montesquieu), Jean Jacques Rousseau, Smith, François Marie Arouet (Voltaire). SPALDING, Walter. "Foram os chefes farroupilhas republicanos antes do Seival?" In *Anais do IV Congresso de História e Geografia Sul-Rio-Grandense*. IHGRGS. Porto Alegre: Globo, 1946, v.2, p. 840-850.

O *itinerário*²⁰³ percorrido por um intelectual autodidata permite que percebamos a influência de suas redes no acúmulo de um capital intelectual e aqui encontramos a maçonaria. Numa sociedade onde o acesso à (in)formação era restrito, um espaço onde havia circulação de escritos tinha real capacidade de atração. E nesse sentido podemos compreender que uma das formas iniciais de atuação da ordem na província, os gabinetes de leitura e as sociedades promotoras da literatura, tenha particularmente obtido sucesso.

Talvez Domingos José de Almeida fosse um dos iniciados na maçonaria no centro do país que ao se dirigir ao sul buscou a propagação da ordem, sendo a festa pela proclamação da independência nacional um indício²⁰⁴; ou tenha se iniciado com a proximidade que adquiriu com Francisco Xavier Ferreira²⁰⁵. De certo apenas sabemos que sua posição de liberal remonta ao sete de abril de 1820 e sua repercussão pela então colônia, e que no momento da independência um dos canais privilegiados de propagação do ideário libertário era a maçonaria.

Porém, a partir da independência, divisões internas à maçonaria passaram a também refletir descontentamentos políticos. Tal como em Pernambuco de 1817²⁰⁶ a sobreposição de espaço político e redes sociais fizeram com que a atuação maçônica na

²⁰³ Aqui nos servimos de outro conceito que Sirinelli aplica ao estudo dos intelectuais: itinerário. “A observação e o cotejo de itinerários políticos deveriam permitir desenhar mapas mais precisos dos grandes eixos de engajamento dos intelectuais.” SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In: RÉMOND, René. (org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002 p. 245-246.

²⁰⁴ Maria Elisabete Vieira afirma que há uma determinação do recém instalado Grande Oriente do Brasil para que se promovessem festas nas províncias. VIEIRA, Maria Elisabete. *O envolvimento da maçonaria fluminense no processo de emancipação do Reino do Brasil*. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, 2001. (dissertação de mestrado) p. 79.

²⁰⁵ Sabe-se que Francisco Xavier Ferreira veio ao estado exclusivamente com essa missão, e Domingos e ele dividiram casa em Porto Alegre nos tempos de Assembléia Provincial. COLUSSI, Eliane Lúcia. *A Maçonaria Gaúcha no século XIX*. Passo Fundo: Ed.UPF, 2003. p. 199. AHRS. *Anais do Arquivo Histórico do RS*. Vol 2. *Coleção Varela*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978-1979. CV- 171, p. 138.

²⁰⁶ Evaldo Cabral de Mello mostrou que a presença de duas linhas maçônicas, referenciadas um em Londres – a dos revoltosos – e outra em Lisboa participou da articulação social da elite que compôs os dois lados da revolta, numa sobreposição de espaço de sociabilidade com espaço político, muito semelhante ao que aconteceu na Revolução Farroupilha. MELLO, Evaldo Cabral de. “Dezessete: a maçonaria dividida” In: In: *Topói*, Rio de Janeiro, mar. 2002. p. 09-37.

província se confundisse com a atuação liberal, inclusive em suas cisões. O Grande Oriente Brasileiro e o Grande Oriente do Lavradio representavam os dois lados liberais, o mais alinhado com o poder imperial e aquele que catalisava o descontentamento com o excesso de centralização²⁰⁷. E se a as lojas passaram a surgir na província no início da década de 1830, o fizeram juntamente com a radicalização dos grupos de liberais descontentes. Neste sentido, a necessidade de propagação de um ideário passava também pela qualificação dos quadros políticos dos liberais, como forma de fazer frente à qualificação dos funcionários do Império vindos de outras províncias para cumprir parte de seu trajeto de ascensão política.

A associação à maçonaria podia ser encarada como um nivelador da elite política local para com estes funcionários da Corte de duas formas: a primeira, como dito acima, por suavizar a falta de formação universitária, através do acesso à cultura letrada que tal instituição propiciava; a segunda, por possibilitar que indivíduos participassem de um espaço onde era possível dissolver diferenças sociais. Fernandes Braga, formado em Coimbra e com uma trajetória de serviços diplomáticos na Europa e nos Estados Unidos havia ingressado na maçonaria quando estudante em Portugal e mesmo que não participassem da mesma loja, era um irmão pedreiro-livre para Domingos José de Almeida, o filho de um moleiro que não tinha acessado nenhuma educação formal.

Obviamente o simples pertencimento à maçonaria não implicava em compromisso de lealdade compulsório entre seus membros, especialmente se estes participavam de ritos diversos. Antes de tudo é possível fazer uma analogia entre as implicações de uma rede familiar e as da maçonaria, dado que o ingresso na segunda “gerava parentesco espiritual entre seus membros”²⁰⁸. A similaridade entre a construção

²⁰⁷ COLUSSI, Eliane Lúcia. *A Maçonaria Gaúcha no século XIX*. Passo Fundo: Ed.UPF, 2003. p. 202.

²⁰⁸ Idem, p. 47.

de parentesco espiritual através da maçonaria e o compadrio pode ser medida na correspondência de Domingos José de Almeida, quando constatamos que outros maçons são chamados de “compadre”²⁰⁹, talvez a relação mais semelhante dos desejos de reciprocidade.

Da mesma forma que numa rede familiar há um uso pragmático dos laços mais distantes, podemos observar o mesmo na maçonaria. E se a presença de outros laços pode relativizar o peso de uma determinada relação numa rede familiar – como apresentado anteriormente na análise da Câmara da Villa de São Francisco de Paula – o mesmo pode acontecer com um laço colateral na rede maçônica.

Com isto retornamos ao fato da nomeação de Antônio José Gonçalves Chaves para a chefia de polícia por Fernandes Braga. Se a ligação entre Bento Gonçalves e Gonçalves Chaves passava por mediações, como por exemplo, a relação de ambos com Domingos José de Almeida, ou com o próprio Fernandes Braga, as obrigações entre ambos eram sempre amortizadas nessas mediações, especialmente pela posição que ocupavam os mediadores. Isto pode explicar a postura de Gonçalves Chaves que ao iniciar da Revolução se retirou para o Uruguai, apesar de ser reconhecido como um dos liberais mais radicais da província, buscando assim evitar que seu comprometimento com um dos lados da contenda anulasse os compromissos – e com isso os recursos sociais – com outro.

No capítulo anterior indicou-se que a sobreposição de relações de redes diversas poderia reorganizar divergências e conduzir entendimentos entre indivíduos orientados por identificações diferentes em outro patamar das relações. Aqui visualizamos o contrário, quando o embate dentro do que poderia se presumir uma mesma rede social é

²⁰⁹ Exemplarmente o hábito de chamar Frutuoso Rivera por compadre. Depois de 1845, surgirá também a forma de “camarada”, como a diferenciar aqueles com quem teve menos contato ou mais rústicas. Neste caso exemplarmente David Canabarro, um dos líderes do grupo adversário de Domingos. AHRs. *Anais do Arquivo Histórico do RS*. Vol 3. *Coleção Varela*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978-1979. CV-609 e CV-652. p.52; 112.

orientado por um impasse no âmbito das relações interpessoais, desencadeando o afastamento de indivíduos comprometidos com ambos os lados da contenda e que teriam mais a perder no que tange ao capital social assumindo um dos lados da disputa do que num alheamento a ela.

A grande contribuição da maçonaria e a causa de sua expansão através dos revolucionários possivelmente esteja ligada a um fator de longo prazo. A adesão de novos agentes à causa expandiu a rede de contatos dos farroupilhas, compartilhando contatos que antes eram patrimônios individuais exclusivos e garantindo a ampliação do patrimônio simbólico e dos recursos manejáveis. Porém, a revolução era uma realidade contingente, de duração efêmera – ou ao menos era previsível que independente de qual fosse, haveria um desfecho – e a maçonaria pode ser vista como uma forma de fixar e comprometer as relações nela criadas.

Os farroupilhas percorreram a província e homens antes estabelecidos nas praças litorâneas passaram longas temporadas em cidades da Campanha, atravessaram terras de correligionários e armaram seus acampamentos em fazendas desconhecidas de proprietários identificados com a causa. Ao assumirem cargos na República, passavam a conhecer partidários que se dispuseram a fornecer víveres, cavalos e mantimentos em troca de títulos do Tesouro Republicano. E somado a isso, houve as incursões nas províncias do litoral argentino e no Uruguai, que também permitiram um alargamento significativo nos recursos relacionais dos líderes farrapos²¹⁰. Todo este novo mundo de relações exigiu alguma forma de comprometimento dos laços para se transformar em patrimônio, e nisto a iniciação maçônica pode cooperar. Ao mesmo tempo em que empenhava lealdade à Ordem, havia um espectro de possibilidades entre as lojas, os

²¹⁰ AHRS. *Anais do Arquivo Histórico do RS*. Vol 3. *Coleção Varela*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978-1979. CV- 608; 611; 618; 777; 1222; 1347, 2148, 2185.

Grandes Orientes e as sociedades públicas usadas como fachada, que permitiram que as obrigações fossem manejadas, impedindo uma cristalização de posições.

A construção de um signo de identidade comum permitiu um novo acesso destas relações, que ademais exigiram uma renovação semelhante à de outras redes aqui trabalhadas, tanto mais a distância temporal dos fatos e a física dos indivíduos se interpôs, mais foram necessários expedientes de reaproximação. Neste ponto, o hábito de comunicação freqüente entre as lojas maçônicas demonstra a conveniência de seu uso na manutenção das afinidades, constituindo esta rede numa reserva futura de capital social.

Interessante perceber que a política naquele momento oscilava entre dois pólos: o da ação conspiratória e o da total expressão. O primeiro, típico do Antigo Regime, prossegue como herança da América Portuguesa, onde era vedada a prática política²¹¹. O segundo é o anúncio da modernidade, onde legalmente é possível não apenas participar da vida política – ser cidadão é uma questão de posses não de território – mas opinar sobre ela publicamente²¹². Esta hibridez permeou toda a atuação de Domingos José de Almeida e dos farrapos. Apreciado um dos espaços com caráter conspiratório, observemos a face mais pública, mais expressiva desta oscilação.

3.3 As letras da República: os homens impressos e manuscritos.

²¹¹ MOREL, Marco. “Papéis incendiários, gritos e gestos: a cena pública e a construção nacional nos anos 1820-1830.” In: *Topói*, Rio de Janeiro, mar. 2002. p. 40.

²¹² Essa relação entre permanências e rupturas é fundamental para o entendimento deste período como um todo e já foi tratada no primeiro capítulo, mas pode ser encontrada com maior propriedade em: GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independências*. Ensayos sobre las revoluciones hispanicas. 3ª Ed. México: FCE/MAPFRE, 2001.

A publicação do *Manifesto do presidente da República Rio-grandense em nome de seus constituintes*²¹³ inaugurou a imprensa republicana. Assinado por Bento Gonçalves e Domingos José de Almeida em 29 de agosto de 1838, a primeira declaração do presidente republicano desde seu retorno da prisão na Bahia faz uso de um expediente há muito conhecido por Domingos e que se movimenta entre os espaços institucionalizados de expressão e aqueles que têm legitimidade social, mas são autônomos²¹⁴. Tal como a própria República, a imprensa dos revolucionários é ao mesmo tempo o espaço oficial de expressão e uma alternativa à administração pública, e nessa confusa caracterização encontraremos elementos díspares, quase divergentes.

Os manifestos são expedientes provenientes da lógica repressora do Antigo Regime, onde eram anônimos e buscavam muito mais inflamar os ânimos que apaziguá-los. As duas primeiras décadas do Império veriam as ruas das principais cidades amanhecerem agitadas com o conteúdo de manuscritos ameaçadores, *incendiários*²¹⁵, onde as ameaças impossíveis de serem publicadas eram fixadas nas portas das residências, das igrejas, do escritório, enfim, de um imóvel onde se encontrasse o ameaçado. Quando assinados perdiam boa parte de seu conteúdo ameaçador²¹⁶, trazendo ares de revolta, mas uma revolta compartilhada apenas aos letrados, e também a eles dirigida. A conversão deste expediente em parte do mundo impresso – e, portanto

²¹³ SILVA, Bento Gonçalves. “Manifesto do presidente da República Rio-grandense em nome de seus constituintes”. In: ALMEIDA, Domingos Jose de. *O Cidadão Domingos Jose de Almeida a Seus Compatriotas*. Porto Alegre: Comissão Executiva do Sesquicentenário Revolução Farroupilha, 1986. p. 31-44.

²¹⁴ KLAFKE, Álvaro Antonio. *O império na província : construção do Estado nacional nas páginas de O propagador da Indústria Rio-grandense - 1833-1834*. Porto Alegre: Programa de Pós Graduação em História, UFRGS, 2006. (dissertação de mestrado) p.16.

²¹⁵ MOREL, Marco. “Papéis incendiários, gritos e gestos: a cena pública e a construção nacional nos anos 1820-1830.” In: *Topói*, Rio de Janeiro, mar. 2002. p. 39-58.

²¹⁶ Cesar Guazzelli observa que os jornais farroupilhas não tem os artigos de opinião assinados. GUAZZELLI, Cesar A. B. “Federação ou Confederação? Visões do federalismo na imprensa da República Rio-Grandense.” In: *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História*. São Leopoldo: [Recurso eletrônico], 2007. p. 03.

público – era um processo muito bem apreendido por Domingos ao dirigir a tipografia dos revolucionários.

Em busca de legitimidade a prática política dos revoltosos assume um caráter público, como contraponto às ações de Fernandes Braga num primeiro momento e, dos legalistas como um todo depois. Se antes se reuniam às escondidas e usavam o espaço de sociedades secretas para buscar adesões, foi justamente na publicização das ações revolucionárias que os farrapos buscaram sua legitimidade, inclusive no primeiro momento antes da declaração de 11 de setembro de 1836, quando ainda alegaram a legalidade de suas ações dentro dos limites do Império. Apesar disso, os traços de sua atuação política conspiratória anterior estiveram presentes na forma de alguns de seus expedientes.

Os manifestos notadamente compuseram este espectro. O de agosto de 1835 não foi o primeiro redigido por Domingos desde o início da revolta. Em 29 de outubro de 1835, depois de dezessete dias de prisão numa canhoneira na Vila de Rio Grande, Domingos usara o mesmo expediente para denunciar a vilania da ação, mandando imprimir e fixar o documento que nomeava seus algozes e titulava seus aliados, numa expressão de sua certeza da injustiça que contra havia sido cometida²¹⁷.

Neste episódio é possível verificar a inversão do mecanismo, num movimento que transforma manifesto em comunicado. O hábito de usar os manifestos, documentos com circulação muito mais restrita que os periódicos, com um resultado momentâneo e ligados a um evento específico²¹⁸, levou a subversão de sua forma. Curiosamente este movimento aproximou a forma dos manifestos dos líderes farroupilhas à de um outro tipo de documento: a justificação civil pública.

²¹⁷ ALMEIDA, Domingos Jose de. *O Cidadão Domingos Jose de Almeida a Seus Compatriotas*. Porto Alegre: Comissão Executiva do Sesquicentenário Revolução Farroupilha, 1986. p. 21.

²¹⁸ MOREL, Marco. *op. cit.* p. 42.

A justificação civil pública era redigida por um tabelião, registrada em cartório e seu objetivo podia ser diverso, mas sempre era utilizada para comunicar algo à Sua Majestade Imperial. Qualquer cidadão poderia procurar um cartório para elaborar esta documentação, que seguiria à Corte acompanhada dos depoimentos de ao menos três testemunhas, reconhecidas como idôneas pelo tabelião. Estes eram documentos usados para requerer especialmente Comendas Imperiais, dentre outras mercês. Possuíam uma configuração rígida: o manifestante se apresentava, com suas posses e ocupações, incluindo seus cargos públicos e serviços prestados à nação; em seguida anunciava suas intenções e dirigia os argumentos para conclamar a aceitação do pretendido, e ao fim, reafirmava suas lealdades. O manifesto de Domingos ao início da revolta tem uma forma muito semelhante, indicando exatamente o público leitor – que diferente do que propalava o título, que o dirigia aos compatriotas – que se não era Sua Majestade ao menos era o regente.

Se os manifestos urbanos do período que antecede a revolução eram denúncias anônimas, as denúncias dos revolucionários eram explícitas e passaram a ser oficiais a partir de 1838. Perderam seu caráter conspiratório completamente, tornaram-se comunicados políticos, se institucionalizaram, mantendo apenas o tom denunciador. Com o surgimento de *O Povo*, o primeiro jornal da República, definitivamente o discurso foi institucionalizado²¹⁹ – mesmo que representando apenas uma parcela dos revolucionários – assumindo com isso a existência de um novo espaço de embate, onde a espada e a pena tem o objetivo comum de derrotar o Império.

Para definir *O Povo*, publicado entre 01/09/1838 e 22/05/1840, o cabeçalho é extremamente ilustrativo: “Jornal Político, Literário e Ministerial da República Rio Grandense”. Declarado como propriedade do governo – desde o primeiro número o

²¹⁹ AHRs. *Anais do Arquivo Histórico do RS*. Vol 2. *Coleção Varela*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978-1979. CV- 422. p.328.

jornal se afirma como um misto de diário oficial da República Riograndense e órgão de propaganda²²⁰ – o periódico pretendia não somente divulgar a atuação dos republicanos, mas especialmente fazer frente à propaganda legalista.

Antes de analisarmos os conceitos debatidos em *O Povo*, faz-se necessário precisar a discussão que procederemos aqui. A imprensa nos primeiros anos do Império e especialmente durante a Regência assumiu a condição de arena privilegiada de disputa de projetos para o Estado Nacional que se formava²²¹. Bem compreendido isto, o discurso de uma determinada publicação só pode ser apreendido dentro de um contexto de diálogos²²² e, neste caso, os interlocutores obviamente são os legalistas. Se os conceitos são polissêmicos, ao mesmo tempo existem dentro de um conjunto compartilhado de experiências e expectativas²²³.

Os exemplos e os discursos reinterpretavam anseios comuns e a disputa de projetos passava pela sua interpretação. Os contatos com outras realidades permitiram o acréscimo de novos textos e a disputa se deu inclusive sobre conceitos. Neste sentido os capitais sociais puderam se converter em capitais discursivos, exemplarmente a relação privilegiada com o mundo rio-platense. O federalismo defendido pelos revoltosos, ligado a uma particular noção de liberdade, chegava através da fronteira. Um federalismo que era entendido como a expressão de uma autonomia provincial, que

²²⁰ De fato, apenas em 1895 surgiria, no Rio Grande do Sul, a primeira publicação da dita “imprensa empresarial” *O Correio do Povo*, que pretensamente se propunha a ser “imparcial”. Anteriormente todos os jornais tinham uma filiação partidária definida e explícita.

²²¹ Em sua dissertação de mestrado Álvaro Klafke analisa a Sociedade Promotora da Indústria Rio-grandense, que publicava um periódico com conteúdo político. Sua análise demonstra como tal publicação se inseria no debate dos rumos do Império e defendia uma posição liberal moderada. KLAFKE, Álvaro Antonio. *O império na província : construção do Estado nacional nas páginas de O propagador da Indústria Rio-grandense - 1833-1834*. Porto Alegre: Programa de Pós Graduação em História, UFRGS, 2006. (dissertação de mestrado) p. 39-57.

²²² Idem, p. 40.

²²³ “Não se tratando estritamente de um trabalho de análise semântica de uma terminologia discursiva, mas levando em conta também questões de ordem sócio-políticas, é ainda às reflexões de Koselleck que podemos recorrer, sobretudo no que se refere à consideração das categorias de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativas”. Estas são, segundo o autor, categorias próprias para tematizar o tempo histórico, na medida em que a experiência é o passado presente, e a expectativa o futuro presente.” KLAFKE, Álvaro Antônio. “Pelo Império, contra os farrapos: a centralização em construção desde a província” In: *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História*. São Leopoldo: [Recurso eletrônico], 2007.

preservava os poderes políticos da elite regional e que se aproximava muito mais da noção de Confederação do que da de Federação.²²⁴ Segundo Guazzelli:

“Eram no entanto vagas estas noções de federalismo; mesmo que houvesse uma inspiração no modelo de Estado nacional que se implantara na América do Norte, faltava no caso platino a organicidade que a reunião das várias unidades configurara na formação dos Estados Unidos. Certamente importou no Rio da Prata a tardia definição das “regiões-províncias”, sempre resultante do fracionamento de unidades mais amplas herdadas do período colonial. É difícil pensar numa união federativa entre Buenos Aires, Santa Fé, Entre Rios, Corrientes e Banda Oriental, se elas muito recentemente se haviam afirmado sobre a dissolução de uma antiga Intendencia dos tempos coloniais.”²²⁵

O acesso ao ideário político ligado a esse federalismo fez parte de um processo de mediação bastante específico, que passava pela leitura realizada por alguns, os mesmos que acabaram se responsabilizando pela escrita. Pode-se dizer que estes “leitores” formaram o grupo intelectual que assumiu a tarefa não apenas de construir o aparato estatal da República como também sua imagem. O caso particular de Luigi Rossetti, primeiro redator do jornal é bastante elucidativo. Mazziniano²²⁶, Rossetti trazia uma percepção por demais democrática de formação estatal para o que desejavam os farrapos, e seus textos geraram descontentamento. O choque entre uma democracia unificadora e uma federação que gerasse autonomia para as elites locais levou Rossetti a

²²⁴ “[...] gran parte de lo que tradicionalmente solemos considerar como tendencias federales consistía, em realidad, en políticas de unión confederal, cunado no de simples ligas o alianzas. Políticas con las cuales las llamadas provincias actuaban en calidad de Estados independientes y soberanos. Y es, insistamos, El pertinaz equívoco que entraña el llamar federales a los caudillos.” CHIARAMONTE, José Carlos. *El Mito de los Orígenes en la Historiografía Latinoamericana*. Buenos Aires: Cuadernos del Instituto Ravignani, 1991, p. 26.

²²⁵ GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *O Horizonte da Província: a República Rio-grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. Rio de Janeiro: UFRJ-PPGH, 1998. (Tese de Doutorado) p. 172.

²²⁶ Giuseppe Mazzini foi crítico literário, político e pensador nascido em Gênova em 1808 e falecido em Paris em 1872. Entrou para a sociedade dos carbonários em 1833, preso e exilado em Marseille, passou a criticar a sociedade secreta com seus ritos maçônicos, hierarquias e ineficiências militares. Em 1831, fundou a Jovem Itália, uma organização paramilitar com a finalidade de libertar e unificar a Itália, sem pactos secretos, procurando atingir seus objetivos através da educação do povo, buscando o auto-governo. Estabeleceu uma crítica feroz ao individualismo iluminista, buscando uma filosofia nacional capaz levar o povo à um objetivo comum. FLORES, Moacyr. *Modelo Político dos Farrapos: as idéias políticas da Revolução Farroupilha*. 4ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996. p. 47-66.

renunciar à redação²²⁷. Porém, a presença de discursos que exaltavam a glória da liberdade do povo por décadas foi interpretado como parte de um discurso anti-escravocrata, ignorando a incoerência do discurso que num mesmo número conclama a liberdade do povo rio-grandense e anuncia a reclamação de um escravo fugido²²⁸.

A relação com os caudilhos platinos constitui outra dessas mediações na apropriação dos conceitos políticos presentes ao momento. O federalismo farroupilha esteve intimamente ligado a uma determinada noção de liberdade, e por isso, a presença de ambos os vocábulos tem de ser apreendida no seu manejo, que no caso dessa noção de liberdade atenta sempre ao caráter tirânico atribuído ao Império. Anacrônica, a monarquia é o próprio atraso, um modelo fadado a sucumbir graças aos seus crimes contra os brasileiros. Dentre as acusações impetradas contra o governo central, a de produzir o “choque impetuoso entre interesses mal combinados²²⁹” talvez seja a mais significativa da indicação de um discurso de crise²³⁰. As constantes indicações de que não apenas no Rio Grande há uma revolta e a de que “os portugueses”²³¹ tomam conta da Corte e prolongam a exploração colonial, reforçam a idéia de que a crise foi produzida pelo Império, e que antes de mais nada, a secessão não é uma quebra da unidade nacional, mas sim a libertação da nação²³².

Aqui encontramos o sentido de liberdade implícito nessa percepção de federalismo. A luta da República Riograndense visa não apenas libertar os habitantes da

²²⁷ AHRs. *Anais do Arquivo Histórico do RS*. Vol 3. *Coleção Varela*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978-1979. CV- 1436. p.373.

²²⁸ MUSEU E ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Documentos Interessantes para o Estudo da Grande Revolução de 1835-1845*. 1º volume. O Povo (Edição fac-simile da coleção completa). Porto Alegre: Livraria do Globo, 1930. p.115. (O Povo, nº29)

²²⁹ Idem, p.05. (O Povo, nº2)

²³⁰ GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. “O Rio Grande do Sul na contracorrente da história.” In: *Vidya*. Santa Maria, n. 24, p137-151, jul./dez. 1995. p. 142.

²³¹ Idem, p. 88. (O Povo, nº22)

²³² Idem, p. 53, . (O Povo, nº13). Esse discurso se repetirá muitas vezes, e está contido já no primeiro número do jornal. Exemplarmente, o 13º número de O Povo será todo ele dedicado a defender a idéia de que todas as revoltas sediciosas – no momento além de Rio Grande do Sul, Bahia e Pará estavam em armas – não buscavam ao contrário do que os legalistas afirmavam, dividir o Brasil, mas sim mantê-lo unido e liberto.

província do jugo imposto pelo Império, mas ser o início de um processo que realmente garanta a unidade nacional impossível sob a bandeira imperial. E nesse ponto chegamos a uma das mais tocantes contradições no discurso Farroupilha, no entanto constantemente sustentado nos escritos de *O Povo*.

A perspectiva de que o Império não oferecia as condições necessárias para que as províncias se mantivessem unidas estava ligada a um desprestígio dos interesses econômicos das elites locais. No caso específico do Rio Grande do Sul, a exigência de que houvesse um protecionismo ao charque ali produzido, que de alguma forma o tornasse mais competitivo dentro do mercado nacional em relação ao charque produzido no Rio da Prata, era acompanhada da reivindicação de uma política liberal no comércio do sal, matéria prima essencial para sua produção. A crise política com o governo central era automaticamente ligada à crise econômica da pecuária sulina²³³.

O liberalismo é propalado como a solução de todos os problemas. Todavia a escravidão não era considerada entrave para sua aplicação, dado que todo o sistema produtivo era sustentado por tal mão-de-obra. Aliás, desde o início da revolução o fantasma da abolição da escravatura paira sobre os revoltosos, o que gera afirmações peremptórias da fidelidade a este sistema. Almeida fez questão de ainda em 1835, ao publicar seu manifesto afastar esta hipótese²³⁴.

Da mesma forma pragmática o discurso se alterna com relação às alianças com os caudilhos platinos. Se num primeiro momento, Lavalleja, amigo e compadre de Bento Gonçalves será referido como um dos símbolos do federalismo necessário, no momento seguinte, seu adversário, Fructuoso Rivera – o mesmo chamado por Domingos José de Almeida de “compadre Fructo” – será o maior defensor da

²³³ PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. “A Guerra dos Farrapos e a construção do Estado Nacional” In: DACANAL, José Hildebrando (org.). *Revolução Farroupilha: história & interpretação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. p. 51.

²³⁴ ALMEIDA, Domingos Jose de. *O Cidadão Domingos Jose de Almeida a Seus Compatriotas*. Porto Alegre: Comissão Executiva do Sesquicentenário Revolução Farroupilha, 1986. p. 19.

modernidade representada pela república federalista²³⁵. Obviamente a necessidade de sobrevivência dos rebeldes será o ponto crucial nessa mudança.

Porém, essas alianças não se encontravam de toda forma inseridas nesse discurso num feíto completamente coerente. Ao mesmo tempo em que se anuncia que a tirania do Império não se abate apenas sobre o Rio Grande do Sul, mas ameaça as províncias vizinhas, o fim da Guerra da Cisplatina é colocado como o momento em que se inicia “A Agonia do Império²³⁶”. Retirado para dentro de seus limites, abandonando a idéia de conquista, o Brasil teria se mostrado frágil, passível de derrota, o que teria permitido que a crise política se instaurasse.

Desse ponto podemos partir para outra contradição: exatamente a incapacidade do Estado Nacional nascente de se manter centralizado daria margem às revoltas. O próprio discurso de Almeida declara que o federalismo é a expressão de uma incompetência na centralização, um aparente contra-senso para um defensor do federalismo como a forma ideal de governo²³⁷. O confronto aqui se dá em outra ordem, a de qual tipo de federalismo praticavam os Farroupilhas, juntamente com seus aliados platinos. Exigiam uma autonomia política das províncias, baseados na idéia de uma acomodação de interesses necessária, todavia dentro da própria província estabeleciam um governo altamente centralizador e que privilegiava os interesses de um grupo econômico predominante e bem definido, reproduzindo o modelo criticado em escala nacional para a escala provincial. Mais uma vez a manifestação dessa tensão entre unidade e crise se coloca, agora dentro do próprio território da República Riograndense,

²³⁵ GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. O Horizonte da Província: a República Rio-grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845). Rio de Janeiro: UFRJ-PPGH, 1998. (Tese de Doutorado) p. 198

²³⁶ MUSEU E ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Documentos Interessantes para o Estudo da Grande Revolução de 1835-1845*. 1º volume. O Povo (Edição fac-simile da coleção completa). Porto Alegre: Livraria do Globo, 1930. p.115. (O Povo, nº29)

²³⁷ PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. “A Guerra dos Farrapos e a construção do Estado Nacional” In: DACANAL, José Hildebrando (org.). *Revolução Farroupilha: história & interpretação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

trazendo o traço marcante dos espaços políticos daquele período: a oscilação entre conservadorismo político e liberalismo econômico.

3.4 Abastecer as tropas, prover a República, manter família: negociações.

Domingos José de Almeida foi libertado do brigue 19 de outubro com credores em seu encalço, ameaçando o seqüestro de suas propriedades, deixando sua família à míngua. Envolvido na sublevação de 20 de setembro, Domingos viu seus inimigos políticos se valerem da pressão de seus credores²³⁸, prestamistas que vendo no conflito a possibilidade de perderem seus pagamentos correram a exigir que estes fossem saudados. Na expectativa de uma concordata, Domingos seguiu com os negócios que pode, arrendando a charqueada de Pedras Brancas²³⁹ e tentando fazer com que pudessem Bernardina e seus filhos ao menos contar com o necessário para uma fuga até o Chuí, de onde iriam para Paisandú, Maldonado ou até Montevideu encontrar os parentes e especialmente, os irmãos de Bernardina²⁴⁰.

Não só conceitos políticos circulavam entre o mundo platino e o território da República. O abastecimento das tropas, como já foi aqui observado antes, dependia dos territórios vizinhos, considerando-se o bloqueio exercido pelos imperiais. O comércio como um todo esteve parado, florescendo apenas na Vila de Rio Grande, centro de acantonamento das frotas legalistas e por sua condição de porto, o principal entreposto

²³⁸ ALMEIDA, Domingos Jose de. *O Cidadão Domingos Jose de Almeida a Seus Compatriotas*. Porto Alegre: Comissão Executiva do Sesquicentenário Revolução Farroupilha, 1986. p. 24. CUNHA, José Zeferino da. *Apontamentos para a história da revolução de 1835. Biografia de Domingos José de Almeida*. Pelotas: Tipografia da Livraria Americana, 1902. p. 10.

²³⁹ AHRS. *Anais do Arquivo Histórico do RS*. Vol 2. *Coleção Varela*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978-1979. CV- 190, p.162-165.

²⁴⁰ Idem, CV-260, p. 182-183.

durante o conflito²⁴¹. A escassez de moeda circulante, problema anterior ao conflito²⁴², se agravou sobremaneira, transformando a economia de guerra em escambo, quando da impossibilidade de crédito.

Pelotas pouco a pouco foi se tornando uma cidade fantasma. Ainda em 1836, legalistas que apoiaram a posse de Araújo Ribeiro fugiram com medo de represálias, entre eles Boaventura Rodrigues Barcellos e seu genro e cunhado Luís de Azevedo e Souza²⁴³. O antes próspero centro de comércio permaneceria assim durante boa parte do decênio conflituoso²⁴⁴, quando o negócio do charque ficaria praticamente estacionado²⁴⁵ e o palco da guerra seria demasiado próximo para oferecer segurança a qualquer indivíduo relevante de ambos os lados, e demasiado distante para favorecer o fornecimento das tropas.

Não só legalistas fugiram. Convencido por João Manoel de Lima e Silva, Domingos José de Almeida havia montado em sua charqueada à Costa do Arroio Pelotas um Trem de Guerra, embrião de um arsenal. Seus próprios escravos, 50 ao todo, alugados a soldo para a Revolução e tudo que conseguiu levantar entre charqueadores simpáticos à causa, empenhando seus próprios bens, foram usados neste intento²⁴⁶. A posição estratégica que Domingos pretendia haver em Pelotas não se confirmou e os

²⁴¹ BERUTE, Gabriel Santos. “Negócios em tempos de guerra: apontamentos iniciais sobre a atividade mercantil durante a Guerra dos Farrapos.” In: *Anais do IX Encontro Estadual de História*. Porto Alegre: [Recurso eletrônico], 2008. p. 04

²⁴² Domingos José de Almeida tencionava apresentar um projeto que regulasse o meio circulante, por já considerar escassa quantidade de moeda corrente no mercado, guardada a sete chaves pelos que a tinham, por não haver confiança numa insipiente rede bancária. LESSA, Barbosa. *Domingos José de Almeida*. Porto Alegre: Tchê/RBS, 1985. p. 15-17.

²⁴³ AHRS. *Anais do Arquivo Histórico do RS*. Vol 2. *Coleção Varela*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978-1979. CV- 164, p. 134.

²⁴⁴ Antônio José de Abreu, que havia sido Procurador Fiscal da República quando da contenda sobre a conta corrente de Domingos com a República em 1837, o escreve em 1842 dizendo que sem casas para alugar em Piratini iria se dirigir à Pelotas, onde as casas eram oferecidas até de graça, dado o estado de solidão de tal cidade. AHRS. *Anais do Arquivo Histórico do RS*. Vol 2. *Coleção Varela*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978-1979. CV- 035, p. 34.

²⁴⁵ CORSETTI, Berenice. *Estudo da charqueada escravista gaúcha no século XIX*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1983. (dissertação de mestrado) p. 52.

²⁴⁶ FLORES, Moacyr. *Modelo Político dos Farrapos: as idéias políticas da Revolução Farroupilha*. 4ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996. p. 90.

ataques foram retomados. Com a proclamação da República pelo General Neto, o Arsenal seria formado em Piratini, onde foi fixada a primeira capital farroupilha. Domingos, como Coronel Quartel-mestre, rumaria para lá, não sem antes enviar Bernardina e as crianças para lugar seguro²⁴⁷. Também os farroupilhas abandonaram Pelotas.

Como chefe do arsenal, Domingos teve que garantir o abastecimento. Isto consideradas as rotas interceptadas pelos imperiais, a inexistência de praças de comércio no território sob domínio da República, a impossibilidade de acesso ao mar e a vontade de Oribe de agradar o Império, era uma tarefa ingrata. Juntando a isso a penúria de recursos financeiros então reinante, poderíamos considerar a tarefa impossível. Não para um comerciante plenamente estabelecido há mais de década e meia na província e com negócios ao sul da fronteira, e se este comerciante estivesse inserido num conjunto de empresas comerciais, ligadas à atividade pecuária, as chances de sucesso são consideráveis.

Negociar durante a guerra não era uma novidade. A prosperidade chegara a muitos comerciantes nos anos em o território uruguaio esteve nas mãos dos portugueses e depois dos brasileiros, e rendera há muitos a oportunidade de angariar títulos honoríficos e comendas imperiais, além de uma ampliação considerável de patrimônios²⁴⁸. Mas a grande diferença estava em como arrecadar dinheiro que possibilitasse estas negociações. Inicialmente, Domingos empregou seu próprio patrimônio como garantia, antes da organização do Estado Republicano. O expediente era comum, já o presenciamos na instauração da Câmara em Pelotas, quando os vereadores arcaram com os custos da municipalidade até que as rendas permitissem o

²⁴⁷ AHRs. *Anais do Arquivo Histórico do RS. Vol 2. Coleção Varela*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978-1979. CV- 206, p.182.

²⁴⁸ GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *O Horizonte da Província: a República Rio-grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. Rio de Janeiro: UFRJ-PPGH, 1998. (Tese de Doutorado). p. 149.

ressarcimento. Herança do Império Colonial Português a administração pública era profundamente dependente de particulares para se estabelecer, o que acabava revertendo em um imbricamento entre os interesses²⁴⁹.

Porém, havia uma grande diferença para aquele contexto que consistia na incerteza da compensação, o que significa dizer que Domingos apostou alto. Ao mesmo tempo em que sua capacidade de angariar recursos – comerciais ou monetários – para a República evidenciou seu prestígio, o arriscava. As chances entre ganhar e perder eram equânimes, e considerando o estado lastimável em que terminam as finanças da República, temos de nos perguntar como Domingos José de Almeida conseguiu reerguer seu patrimônio na década que sucedeu a Revolução, considerando que seus negócios já estavam comprometidos antes dela. Pois é exatamente na condução dos negócios da República, e especialmente, na das relações com os negociantes que fornecem a República que encontraremos a primeira metade das respostas. Analisando a correspondência de Domingos encontramos diferentes tratativas, onde conviviam diálogos da vida privada e da vida pública dos indivíduos, deter-nos-emos em explicitar alguns mecanismos que nos permitam perceber onde este entrelaçamento de interesses influenciou na sobrevivência da condição social.

Em 1842, quando Domingos havia se retirado de seus postos ministeriais para compor a Assembléia Constituinte da República, encaminhou uma carta ao seu substituto Antônio Vicente da Fontoura, também comerciante como ele, mas estabelecido em Rio Pardo. Ambos antagonizavam nas disputas internas dos farroupilhas, e Fontoura fazia parte do grupo que acusava Domingos de favorecer amigos e parentes nas compras e de se beneficiar nas vendas dos botins dos saques.

²⁴⁹ FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. PPG – História Social, 2007 (tese de Doutorado). p. 175.

Domingos mandava apresentações de um negociante de tecidos, indicado por outro comerciante, Antônio Francisco dos Santos²⁵⁰.

A indicação não é mero desejo de beneficiar o comerciante, Almeida lembra a Fontoura que “O Sr. João Agostinho da Silva, dono dos panos que por pedido de V. Ex.^a incumbi ao cidadão Antônio Francisco dos Santos Abreu comprasse”²⁵¹, indicando a necessidade que a República apresentava dos contatos de Domingos, ainda que sob a possibilidade de que isso patrocinasse o favorecimento particular. Mas o mais interessante nesta correspondência é a oportunidade de constatarmos como os grandes comerciantes agregavam outros menores que, através de sua intermediação chegavam a Almeida. Aos grandes comerciantes cabia garantir e afiançar os pagamentos que a República não poderia fazer.

Antônio Francisco dos Santos Abreu tinha particulares motivos para crer que suas garantias seriam recompensadas, como de fato foram. Sobrinho de Bento Gonçalves, ao fim da Revolução, quando a comissão liquidadora das dívidas da extinta República exigia a assinatura de um general sobre as contas, ofereceria seus préstimos em enviar documentos de Domingos ao tio, já que o ex-ministro encontrava-se com dificuldades em ter suas dívidas reconhecidas²⁵². Este não foi o único artifício que garantiu o recebimento de encargos para Antônio Francisco dos Santos Abreu. Ao fornecer gado para municiar tropas e prevendo a demora no recebimento, Abreu solicita que seja descontado das responsabilidades fiscais de sua propriedade, no que foi prontamente atendido²⁵³. Em outra situação, estando à frente da Coletoria do Erval²⁵⁴,

²⁵⁰ AHRS. *Anais do Arquivo Histórico do RS*. Vol 2. *Coleção Varela*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978-1979. CV- 002-024, p. 16-27.

²⁵¹ Idem, CV- 13, p. 22-23.

²⁵² AHRS. *Anais do Arquivo Histórico do RS*. Vol 2. *Coleção Varela*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978-1979. CV- 024, p. 27.

²⁵³ Idem, CV- 21, p. 24-25.

²⁵⁴ Abreu esteve à frente de ao menos outra coletoria, em Boqueirão, onde pode ter incidido na mesma prática. AHRS. *Anais do Arquivo Histórico do RS*. Vol 2. *Coleção Varela*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978-1979. CV- 087, p. 80.

debitou boa parte das letras que recebera do Estado, podendo com isso prestar novas garantias a comerciantes menores, que como João Agostinho da Silva, garantiam ao mesmo tempo a manutenção das tropas e da atividade mercantil de Abreu.

Compondo o quadro de uma economia completamente desmonetizada, tais práticas comerciais não foram isoladas. A troca de letras, impostos e manufaturados por gado apreendido dos legalistas era prática corrente²⁵⁵, mas não foi um expediente unicamente orientado pela necessidade da República. Em 1837, quando o sócio Antônio José Gonçalves Chaves havia morrido e com isso atrapalhado mais ainda as contas particulares de Almeida, seus cunhados cuidavam de comerciar no Estado Oriental²⁵⁶. Entre avisos de como andavam os acertos de contas com o filho de Gonçalves Chaves – de mesmo nome – João e Joaquim Rodrigues Barcellos evidenciam o total entrelaçamento dos negócios de Domingos José de Almeida e da República. Letras eram emitidas contra os dois irmãos, que também com problemas financeiros protestavam a Domingos que cessasse de emití-las²⁵⁷. As letras eram para compras para municiamento das tropas, mas os irmãos inicialmente pretendiam pagá-las com o dinheiro que fosse possível sacar de Chaves filho²⁵⁸. A estas se juntavam os pedidos de víveres para Bernardina e seus filhos, que naquele momento se encontravam na Estância de Pedras Altas, pertencente ao tio desta²⁵⁹.

Os negócios com Gonçalves Chaves eram, como definiu o próprio Almeida, bem complicados. A conta-corrente entre ambos incluía aluguel de escravos em preços iguais no inverno e no verão, conversão de dinheiro em moeda forte, envio de víveres para

²⁵⁵ BERUTE, Gabriel Santos. “Negócios em tempos de guerra: apontamentos iniciais sobre a atividade mercantil durante a Guerra dos Farrapos.” In: *Anais do IX Encontro Estadual de História*. Porto Alegre: [Recurso eletrônico], 2008. p. 09.

²⁵⁶ AHRs. *Anais do Arquivo Histórico do RS*. Vol 4. *Coleção Varela*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978-1979. CV- 2451-2464, p. 287-296.

²⁵⁷ Idem, CV- 2451, p. 288.

²⁵⁸ AHRs. *Anais do Arquivo Histórico do RS*. Vol 2. *Coleção Varela*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978-1979. CV -221, p. 182.

²⁵⁹ Idem, CV- 211;218;230-234; 374.

Bernardina e de tecidos para a República, venda de gado confiscado aos legalistas e a compra da tipografia que serviria a publicação dos jornais republicanos²⁶⁰. As compras compartilhadas em diferentes praças existiam ao menos desde 1826²⁶¹, e ao longo dos anos as solidariedades de crédito e entre as propriedades de ambos parecem ter se multiplicado. Isso pode explicar por que as letras afiançadas pessoalmente por Almeida para prover a República dependessem do acerto de contas com o filho de Gonçalves Chaves.

O uso de contas-correntes por períodos prolongados, como explicitado no capítulo anterior, era comum em redes familiares, mas a relação de Domingos José de Almeida e Antônio José Gonçalves Chaves passava por outros meandros. Já mostramos como ambos compartilhavam ideais políticos e participavam da fraternidade maçônica. Suas charqueadas na Costa do Pelotas eram próximas, não contíguas, mas as casas, localizadas na mesma enseada, ficavam defronte. A intimidade de ambos era tamanha que Gonçalves Chaves ao responder carta de Domingos felicitando-o pelo regresso à Pelotas o avisa que voltará por sua casa e que “guarde-me alguma coisa para jantar, mas não espere”. A dependência entre seus negócios é mensurável pelo fato de que Domingos era o maior credor de Gonçalves Chaves à sua morte²⁶².

²⁶⁰ FLORES, Moacyr. *República Rio-Grandense: realidade e utopia*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. p. 296.

²⁶¹ Dentre a correspondência de Almeida há uma conta de compra conjunta com Gonçalves Chaves com o comerciante Francisco José de Barros do Rio de Janeiro. AHRs. *Anais do Arquivo Histórico do RS*. Vol4. *Coleção Varela*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978-1979. CV- 2651, p. 382.

²⁶² AHRs. *Anais do Arquivo Histórico do RS*. Vol 4. *Coleção Varela*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978-1979. CV- 2459, p. 293.

O uso deste tipo de solidariedade entre estes *comerciantes-charqueadores*²⁶³ pode ser elucidativo da dinâmica econômica desta atividade, quando ao longo do século XIX a dependência do grupo mercantil do Rio de Janeiro pode ter se minimizado entre este grupo, a partir de mecanismos associativos internos ao grupo e de sua presença maior em outras praças, como a de Montevideú. Mas apenas um estudo mais profundo do que o aqui pretendido poderia nos indicar a validade destas informações para além da relação entre Gonçalves Chaves e Almeida.

Como fora necessário prestar concordata a Chaves Filho²⁶⁴, a solução requerida pelos cunhados de Domingos foi outra. Inicialmente pedem a Almeida que envie gado para venda no Uruguai, expediente corrente para pagar as contas da República: aprisionava-se todo o gado possível dos legalistas que se encontrasse, privilegiando os desafetos nesta escolha, e a partir de sua venda se angariava recursos²⁶⁵. Mas em setembro de 1837, Joaquim Rodrigues Barcellos insinuou outra solução. Arrendando propriedades de legalistas ou de terras deixadas pelos jesuítas na região das Missões, o governo encontrou outra forma de arrecadação. Havia um amigo a quem Joaquim queria muito servir, cujo nome não era citado. Este “desejava um campo no distrito de São Francisco de Borja, com duas léguas de comprido e duas de largo, em troca oferecendo gado de corte ou de criar, que dinheiro era impossível de se conseguir”²⁶⁶. Até então

²⁶³ Ao analisar a elite mercantil do Rio Grande de São Pedro ao fim do período colonial Helen Osório encontrou as maiores fortunas dentro o grupo que denominou *comerciantes-charqueadores*, indivíduos que predominantemente atuavam nestas duas atividades. Em sua amostragem de inventários a grande presença de dívidas passivas entre este grupo demonstra a capacidade de endividamento. Também eram os *comerciantes-charqueadores* os indivíduos que apresentavam a maior diversificação produtiva: além do charque e do comércio possuíam barcos, lojas, empréstavam dinheiro e alguns eram estancieiros e produtores agrícolas. OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2007.

²⁶⁴ AHRS. *Anais do Arquivo Histórico do RS*. Vol 4. *Coleção Varela*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978-1979. CV- 2460, p. 294.

²⁶⁵ FLORES, Moacyr. *República Rio-Grandense: realidade e utopia*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. p. 276-277.

²⁶⁶ AHRS. *Anais do Arquivo Histórico do RS*. Vol 4. *Coleção Varela*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978-1979. CV- 2455, p. 290.

tudo dentro da normalidade, a não ser pelo fato de que o gado estaria em Paisandú, onde curiosamente Joaquim tinha uma fazenda.

O curioso nesta economia de escambo empregada pela República não é a troca de bens em si, mas como ela se sucedia, agregando a troca de favores aos recursos empregados e o poder que ao fim se concentrava na pena de Domingos José de Almeida. O conjunto de correspondências com o comandante interino de polícia do Passo de São Diogo, nas proximidades de Erval, Manuel Madruga²⁶⁷, é um perfeito exemplo desta interligação. Logo antes de sua nomeação, Madruga pede a Domingos que resolva o pagamento de uma antiga negociação envolvendo bois que passariam ao Estado Oriental e cavalos que viriam ao Rio Grande, faltando mil touros ainda a serem entregues pelo Estado a ele²⁶⁸. Não havendo touros com que realizar o pagamento, Almeida acaba por pedir ao amigo que indique fazenda de legalista de onde fosse possível os retirar.

O preço dos cavalos fornecidos por Manuel Madruga gera reclamação de Domingos, como é possível perceber pelas suas recorrentes justificativas. A principal delas é a falta de moeda para compra e a dificuldade de comprar a crédito em pequena porções. Não obstante Almeida não dá autorização para saque a Madruga. Diferente de outros comerciantes, com este Domingos não mantêm outras relações que possam afiançar garantias pessoais. Porém, à altura em que Madruga apareceu como intermediador comercial nos documentos coincidia com o momento em que estava a “faltar a confiança mútua no comércio” no Estado Oriental, como deixou claro Joaquim Rodrigues Barcellos ao escrever ao cunhado²⁶⁹.

²⁶⁷ AHRs. *Anais do Arquivo Histórico do RS*. Vol 3 e 4. *Coleção Varela*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978-1979. CV- 1322; 1717; 2682-2685.

²⁶⁸ AHRs. *Anais do Arquivo Histórico do RS*. Vol 4. *Coleção Varela*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978-1979. CV- 2682, p. 403

²⁶⁹ Idem, CV- 2464, p. 296.

As cartas que se seguem trazem novos pedidos de Madruga, porém desta vez, seu caráter é diverso. Intercedendo por apadrinhamento a um homem que havia perdido os dois filhos em batalha – um como farrapo e outro lutando na tropa de Bento Manuel, no momento pelo Império – solicitava a isenção de despesas fiscais para o mesmo²⁷⁰. O homem em questão fornecia pastagens às tropas de gado conduzidas por Madruga, o que não comprovava necessariamente seu patriotismo à República. Manuel Madruga sabia disso, tanto que reforçou a morte do filho que servia em armas aos farroupilhas.

Madruga era um dos intermediários das negociações que Domingos José de Almeida executa com Juan José Victorica, negociante oriental que ao fim da guerra seria seu maior credor. Victorica alugou escravos de Almeida, mas com os desdobramentos da Guerra Grande naquele país, estes escravos foram perdidos e a dívida que se pretendia fosse paga com a força de trabalho dos mesmos foi se acumulando. Ao cobrar a dívida em 1845²⁷¹, Victorica expressaria os termos deste comércio em que se empenhavam não apenas os bens como garantia, mas as relações, ao lembrar a Almeida que se não fosse efetuado o pagamento não haveria comerciante em Montevideu que aceitasse negociar com aqueles que fossem seus amigos.

No momento em que o território dominado pela República se tornou por demais diminuto, era provável que não houvesse nada mais a ser empenhado que não as afinidades. Porém, para quem as empenhava desde o início da revolta o caminho inverso era necessário. E com isso os pagamentos da República precisavam ser direcionados àqueles que, tendo servido à revolução como a servir o amigo Almeida, tinham altos valores a serem sacados. Moacyr Flores observou a relação privilegiada entre Domingos José de Almeida, João José Damasceno, Leão Próspero Chastan e

²⁷⁰ Ibidem, CV – 2683. p. 404.

²⁷¹ BN. Sessão de Manuscritos. Fundo: Documentos Biográficos. C-0054, 002.

Fulgêncio Chevallier²⁷², os três últimos como fornecedores de tecidos e mantimentos para as tropas. Damasceno particularmente foi privilegiado nas negociações com a República, por estar na posição de coronel, que lhe dava possibilidade de trânsito pelo território, e recebendo autorizações de saque para compras, o compadre Almeida o advertia para não ganhar muito em especulação²⁷³.

Não havendo regulamentação sobre a prioridade do pagamento de letras do Estado, dependia de Domingos José de Almeida a ordem de saque. A arrecadação fiscal da República fora bem regulamentada, sobre-taxando as exportações para o Império do Brasil – que ademais eram mesmo quase que inviáveis – em relação às negociações com os países do Prata, e incidindo especialmente sobre bens de consumo e sobre a propriedade. Mas havia dificuldade em estabelecer Coletorias e garantir fiscalização²⁷⁴ e onde eram estabelecidas, o vencimento das letras não era garantia de saque. Havia mais de uma indicação na correspondência de Almeida de que a alegação da inexistência de fundos para efetuar o pagamento era falsa, havendo vantagens para a liquidação das letras de aliados dos coletores ou do próprio Almeida. Reclamação semelhante o próprio Almeida fez quando Antônio Vicente da Fontoura assumiu o Ministério da Fazenda e deixou de efetuar pagamentos de aliados de Almeida²⁷⁵.

Em dois momentos se tornou possível colocar em relevo a rede social de Domingos José de Almeida envolvida nos negócios da República, em meados de 1837, quando pairavam dúvidas sobre a lisura de suas tratativas como Ministro da Fazenda, e em 1842, quando a formação da Assembléia Constituinte da República o afastaria

²⁷² FLORES, Moacyr. *República Rio-Grandense: realidade e utopia*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

²⁷³ AHRs. *Anais do Arquivo Histórico do RS*. Vol 3. *Coleção Varela*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978-1979. CV- 1349, p. 344.

²⁷⁴ MIRANDA, Marcia Eckert. *Rio Grande do Sul: tributação e economia (1699-1945)*, Porto Alegre: PPG-Economia/UFRGS, 1998 [dissertação de mestrado], pp. 72-75.

²⁷⁵ AHRs. *Anais do Arquivo Histórico do RS*. Vol 4. *Coleção Varela*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978-1979. CV- 2538-2539, p. 341

novamente daquele cargo²⁷⁶. Em ambas as situações surgiram pedidos de amigos e parentes, que exigiam a regularização de contas-correntes e o pagamento de letras da República, alguns incentivados pelo próprio Almeida. A necessidade de eliminar entraves burocráticos fez com que fossem utilizados expedientes pouco confiáveis, especialmente as contas-correntes. Por outro lado, a presença destas contas-correntes nos permitem observar a extensão de alguns relacionamentos costumeiros aos negócios da charqueada de Domingos José de Almeida.

Um dos credores que em 1837 apresenta conta-corrente à República é Boaventura Rodrigues Barcellos, legalista, mas o centro da rede familiar em que Domingos estava inserido em Pelotas²⁷⁷. No capítulo dois apresentamos a conta-corrente que Boaventura e seu irmão Bernardino, sogro de Domingos, tinham entre suas charqueadas, que semelhante à apresentada à República não se tratava de um fornecimento único, mas contínuo. Durante dois meses, durante a conformação do Trem de Guerra em Pelotas, foram enviados víveres e material de construção da charqueada de Boaventura para a de Domingos. Consideradas as diferenças políticas, apenas a permanência de um hábito, o de circulação de bens entre estas propriedades parece justificar tal conta-corrente. A esta podemos juntar todas as contas dos Rodrigues Barcellos, que são do mesmo momento, incluindo couros e dinheiro²⁷⁸.

O uso de letras de crédito pessoais ao invés das da República depois de 1837, afinal antes não havia uma organização mínimo do Estado, é um sintoma da permanência destes mecanismos de associação empresarial informal, baseada em solidariedades que não são circunscritas ao mundo dos negócios destas gentes. A

²⁷⁶ LESSA, Barbosa. *Domingos José de Almeida*. Porto Alegre: Tchê/RBS, 1985. ROSA, Othelo. *Vultos da Epopéia Farroupilha*. Porto Alegre: Globo, 1935. p. 43-60..

²⁷⁷ Idem, CV- 2440, p. 282

²⁷⁸ Encontramos Boaventura Inácio Rodrigues Barcellos, Maria Luísa Ferreira Barcellos, Boaventura Rodrigues Barcellos, Boaventura Teixeira Barcellos, Cipriano Joaquim Rodrigues Barcellos, João Rodrigues Barcellos e Joaquim Rodrigues Barcellos. AHRs. *Anais do Arquivo Histórico do RS. Coleção Varela*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978-1979. CV- 2091; 2438; 2440; 24443; 2449; 2451.

dificuldade que Almeida enfrentava de comprovar a dívida de 30:518\$325 que a República – e depois de Ponche Verde o Império – tinha consigo era proveniente desta informalidade. Apesar de recolher todo tipo de documentos que julgava comprovarem as negociações, muitas vezes cartas, bilhetes e avisos, sua forma legal não os tornava suficientemente confiáveis. Apenas 10:889\$155 foram assumidos como dívida, dos quais, a comissão liquidadora montada pelo Império pagaria apenas 4:032\$000. Domingos José de Almeida recorreria ao monarca através de um processo de justificação civil pública, pedindo a reparação de tal erro²⁷⁹. Dentre os documentos enviados, é possível encontrar uma carta do General David Canabarro, explicitando que este tipo de acordo se encontrava também na administração pública do Império do Brasil:

“De contas que ainda tendo os credores de esperar quão magnífico Conde mande das tais quantias quando puder e quando for julgado justo. [...] Bem ao fato que todas as negociações de paz foram como de governo a governo mais particular quanto tanto não há garantia de parte a parte senão a boa fé, de parte do governo o cumprimento de sua palavra e de nossa parte o cumprimento das leis, o que pude ou podia fazer em seu benefício o pôs em marcha com uma carta que dei ao amigo Neto a seu favor.”²⁸⁰

Domingos José de Almeida passaria dez anos pagando suas dívidas e reerguendo seus negócios, a partir de uma moratória concedida por seus credores. Mesmo sob suspeita política em seu retorno ao Império – mal que afligiria todos os farroupilhas após o tratado de paz – em 1848 requereria isenção de impostos sobre sua fábrica de velas e sebo instalada na charqueada. Alegou, de forma bastante sutil, que depois de dez anos de conflito a economia da região precisava ser reerguida e que sua reintegração

²⁷⁹ BN. Sessão de Manuscritos. Fundo: Documentos Biográficos. C-0054, 002.

²⁸⁰ Idem, fl. 03.

como súdito real exigia que retornasse à sua condição de empreendedor²⁸¹. Ao fim, foi atendido neste processo, recebendo incentivo para retornar às suas atividades produtivas.

Houve outra atividade onde atuou Domingos nos anos em que ocupou postos na República Rio-grandense, e que provavelmente reproduzia sua atuação como oficial da Guarda Nacional nos anos que precederam a revolta. Pedidos de isenção de armas eram comuns em sua correspondência, ou mesmo de transferência de indivíduos para o comando de algum chefe militar que conhecesse.

A prima de sua esposa, Dona Maria Luísa Ferreira Barcellos, por exemplo, recorre a ele pedindo isenção de armas ao seu capataz; sendo viúva e tendo um filho menor sem condições de servir ao exército republicano, Dona Maria Luísa poderia ter feito a requisição para seu capataz se dirigindo ao comando mais próximo, mas preferiu procurar o parente que poderia expedir uma portaria requisitando o dito capataz²⁸². Dona Maria Luísa não estava em condições de prestar qualquer serviço à República, nem de fornecimento de gêneros, nem de empréstimo monetário. O marido havia morrido há pouco mais de duas semanas, seu pai, o Comendador Boaventura Rodrigues Barcellos havia fugido para o Rio de Janeiro desde o início da revolta e estava isolada na Fazenda do Salso, no limite com o território controlado pelos legalistas em 1842. Mesmo assim, recebeu a portaria, como se a presença de seu capataz na fazenda fosse vital aos negócios da República; e realmente fora, pois no ano anterior, a Fazenda do Salso fizera um empréstimo de novilhos vendidos em Montevideu que garantiu farto

²⁸¹ BN. Sessão de Manuscritos. Fundo: Documentos Biográficos. C-0054, 003.

²⁸² AHRs. *Anais do Arquivo Histórico do RS*. Vol 4. *Coleção Varela*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978-1979. CV- 2466. p. 296.

abastecimento para as tropas²⁸³. Mais uma vez a negociação havia sido feita nominalmente por Domingos e não pela República. Se por um lado, tal tipo de negociação superava os entraves burocráticos que a administração pública carregava – diga-se de passagem, implementados pelo próprio Domingos José de Almeida – por outro lado, garantiam a persistência de relações de reciprocidade²⁸⁴ nem sempre iguais e condicionadas às posições que ocupavam os indivíduos dentro do espectro social em que estavam imersos.

Outra situação em que podemos constatar uma relação de troca desigual²⁸⁵ é no momento do batizado de Abrilina Décimanona Caçapavana, a décima filha de Domingos e Bernardina, nascida em 1839. Seus padrinhos foram o presidente Bento Gonçalves da Silva e o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios de Guerra, Marinha e Exterior, José da Silva Brandão²⁸⁶. O nascimento de Abrilina acontece em meio a um momento em que a República parecia se consolidar, onde sua estrutura estatal mínima estava formada e particularmente Almeida gozava de singular prestígio. A memória das acusações ocorridas dois anos antes sobre sua lisura nos negócios da República estava perdida aos demais, mas é possível que tenha sido ela quem tenha motivado a escolha dos padrinhos da recém nascida: consolidar relações com dois chefes com maior prestígio e poder.

²⁸³ AHRs. *Anais do Arquivo Histórico do RS*. Vol 3. *Coleção Varela*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978-1979. CV- 2091, p.578.

²⁸⁴ MAUSS, Marcel. “Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas.” In: *Sociologia e Antropologia*, vol 2. São Paulo: EPU/Edusp, 1974.

²⁸⁵ Diferentes estudos vem demonstrando a importância deste tipo de relação dentro da sociedade colonial e do pós independência: XAVIER, Ângela; HESPANHA, Antônio Manuel. “As redes clientelares”. In: HESPANHA, Antônio Manuel. (org.) *História de Portugal – Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993. FRAGOSO, João Luís. “A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII. Algumas notas de pesquisa.” In: *Tempo*. Niterói: UFF, vol8, nº15, jul-dez 2003. p.11-36. GIL, Tiago Luís. *Infiéis Transgressores: os contrabandistas da fronteira (1760-1810)*. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, PPG – História Social, 2002. KÜHN, Fábio. *Gente da Fronteira: Família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa – século XVIII*. Niterói: Universidade Federal Fluminense. PPG - História Moderna, 2006 (tese de Doutorado).

²⁸⁶ MITRA DIOCESANA DE PELOTAS. Livro de batismo nº3 da Igreja Matriz São Francisco de Paula. fl. 93v.

Há ainda outro aspecto sobre o patrimônio imaterial acumulado por Domingos José de Almeida que pode ter motivado a escolha de tais padrinhos. Diferente da grande maioria dos revoltosos, Domingos tinha uma passagem muito breve pelo mundo militar – apenas seus dois anos ou menos como oficial da Guarda Nacional – e isto pesava sobremaneira naquela realidade²⁸⁷. Apesar de ter como, aliás, toda a elite agrária rio-grandense²⁸⁸, dentro de sua rede familiar um número considerável e qualificado de militares – por exemplo, José Rodrigues Barcellos, dignitário Guarda Roupas do Imperador que conseguiu seu título lutando como oficial na campanha da Cisplatina e era tio de Bernardina – ele mesmo não era homem de armas, e isso elevava o rol de ligações com estes uma busca necessária²⁸⁹. Da mesma forma, sua condição de homem urbano exigia um maior empenho na construção das relações com o mundo rural, predominante economicamente na província.

Porém a posição como oficial da Guarda Nacional não pode ser menosprezada, ainda mais se considerarmos que nos anos em que Almeida esteve como oficial, a Guarda Nacional gozava de particular prestígio. Era também um tempo em que a profissionalização do exército, bem como o Estado Nacional como um todo, estava iniciando²⁹⁰. As milícias e depois a Guarda Nacional ainda traziam consigo a percepção típica do Antigo Regime de que o bem comum era uma tarefa não do Estado, mas da população e com isso, dirigida por aqueles que melhor representam a comunidade, os *de*

²⁸⁷O peso da conquista militar do território trouxe enorme poder aos militares no Rio Grande do Sul, como bem analisou Farinatti para a região da Fronteira Oeste. FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. PPG – História Social, 2007 (tese de Doutorado). p. 175.

²⁸⁸VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a paróquia e a Corte: uma análise da elite política do rio Grande do Sul (1868-1889)*. Porto Alegre: PPG-História UFRGS, 2007. (Dissertação de Mestrado)

²⁸⁹Cesar Guazzelli demonstrou como os comandantes militares rio-grandenses possuíam possibilidades de angariar recursos graças às contendas de fronteira e com isso sua posição de negociação com o Império era mais privilegiada do que poderia indicar seu patrimônio material. GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *O Horizonte da Província: a República Rio-grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. Rio de Janeiro: UFRJ-PPGH, 1998. (Tese de Doutorado).

²⁹⁰GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *O Horizonte da Província: a República Rio-grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. Rio de Janeiro: UFRJ-PPGH, 1998. (Tese de Doutorado). p. 148-152.

*qualidade*²⁹¹. Esta mesma percepção orientava sobremaneira os pedidos de favores no serviço militar da República, dado que os comandantes da Guarda Nacional eram responsáveis pelo preenchimento das listas de recrutamento e exerciam o poder de escolha para retirar nomes, levá-los a uma posição mais cômoda, ou incluir outros nomes. Da mesma forma, aqueles que traziam seus apetrechos de guerra e tinham condições de se proverem, assumiam postos mais elevados²⁹².

A mesma lógica de proteção servirá para casos de confisco de gado e terras. José Carvalho Bernardes escreveu à Almeida pedindo clemência a uma família, que sendo composta por gente dele, tinha um parente que havia se desencaminhado para o lado do Império por motivos de vingança²⁹³. O mesmo José Carvalho Bernardes fora nomeado procurador de Caçapava no mesmo ano, e já havia pedido dispensa de armas ao cunhado, doente e com a fortuna em muito reduzida, e ao genro, para quem foi possível buscar uma colocação menos perigosa²⁹⁴. Domingos assim distribuía mercês à gente de seu patricio, com que renovava laços antigos, mas que carregavam muitas possibilidades: Bernardes intermediaria relações com fazendeiros da região permitindo a compra e a apreensão de gado para o abastecimento da República²⁹⁵.

²⁹¹ “[...] o serviço na Milícia e na Guarda Nacional seria menos freqüente e menos perigoso. Por isso mesmo eram alistados para estas forças os isentos do serviço do exército, e os cargos de oficiais eram preenchidos por aqueles que ocupavam uma melhor posição social. Essa gente de bem era considerada produtiva para a sociedade e não deveria ser desviada com freqüência de seus negócios e tarefas para carregarem o peso do serviço militar. Junto com o reconhecimento viria o ônus: os membros desses corpos, em tese, não recebiam soldos e deviam ter condições de prover, eles mesmos, o fardamento, o armamento e a montaria, se fosse o caso de unidades de cavalaria. Todavia nos casos em que desempenhavam tarefas próprias do exército, os milicianos e guardas nacionais podiam ser submetidos a autoridades da primeira linha, tinham direito a receber soldos e apetrechos de serviço. [...] no Rio grande do Sul, onde as guerra teimavam ressurgir seguidamente, essa utilização da Milícia e, depois, da Guarda Nacional em tarefas que seriam do exército, como a defesa das fronteiras foi recorrente.” FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. PPG – História Social, 2007 (tese de Doutorado). p. 171.

²⁹² Idem, p. 169-181.

²⁹³ AHRs. *Anais do Arquivo Histórico do RS. Vol 4. Coleção Varela*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978-1979. CV- 2668, p. 394

²⁹⁴ Idem, CV – 2667, p. 393.

²⁹⁵ Ibidem, CV – 2666, p. 392.

Algumas destas relações serviriam para a própria sobrevivência de Domingos. Na Fazenda do Salso, ele permaneceria durante alguns meses de 1843²⁹⁶, quando a República estava em derrocada e Almeida via seu patrimônio sumir com ela. Bernardina se arrancharia com as crianças em diferentes sítios, buscando parentes, mas o deslocamento entre um e outro dependeria de diversas pessoas, incluídos comerciantes que transportavam víveres da República. Aliás, a sobrevivência da família de Almeida revela o entrelaçamento de outros tipos destas relações. Mas para entendê-lo é necessário que mergulhemos um pouco neste mundo de reprodução da vida e do cotidiano que ocorre em meio a deslocamentos e insegurança.

3.5 Querida Bernardina: cuida de manter.

Bernardina Barcellos de Almeida se encaminhava para o desfecho da sua oitava gestação quando seu marido participou da deflagração da revolta de 20 de setembro de 1835²⁹⁷. A sua correspondência dá conta de seu conhecimento da conspiração que deflagraria a revolta e pelo entusiasmo de seu marido refletido nas correspondências, o apoio era incondicional. O que levava Bernardina, uma mulher com sete filhos a criar e que sabia que os negócios do marido estavam comprometidos a, pelo menos inicialmente, concordar e inclusive apoiar o envolvimento do marido em uma empreitada que geraria no mínimo desconforto, e no máximo – o que veio a acontecer – a fuga, a instabilidade e privações de toda ordem? Observando outras mulheres com quem Bernardina conviveu podemos recolher indícios que nos levem a compreender tal postura.

²⁹⁶ AHRs. *Anais do Arquivo Histórico do RS*. Vol 3. *Coleção Varela*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978-1979. CV- 636;2091, p. 100-102;577.

²⁹⁷ NEVES, Ilka. *Domingos José de Almeida e sua descendência*. Porto Alegre: EDIGAL, 1987. p. 29. ALMEIDA, Domingos José de. *O Cidadão Domingos José de Almeida e Seus Compatriotas*. Porto Alegre: Comissão Executiva do Sesquicentenário Revolução Farroupilha, 1986. p.17.

Maria Francisca da Conceição, a mãe de Bernardina, já havia suportado a migração, que a levara de Piratini a Rio Grande e depois a Pelotas, e se não passara pela guerra propriamente dita, ela e a própria Bernardina ainda criança, viveram a proximidade da luta pelo território da Banda Oriental. Pela presença de uma comenda da Ordem da Cruz no inventário de Bernardino Rodrigues Barcellos, sendo possível supor que este tenha cooperado com as tropas, fornecendo víveres, talvez inclusive alojando acampamentos em sua charqueada²⁹⁸. A presença de conflitos armados não era novidade para Bernardina. Obviamente, podemos considerar que inicialmente não se imaginasse que a revolta demoraria dez anos para se resolver, nem que levaria a uma guerra, ou mesmo que Domingos José de Almeida, um comerciante, fosse estar tão centralmente ligado à liderança revoltosa. De qualquer forma, a presença da guerra era um fator já experimentado.

Antes de Maria Francisca, os avós de Bernardina haviam presenciado a tomada de Rio Grande pelos espanhóis, o que os impulsionou numa fuga que os levaria a Viamão. Rosa Perpétua de Lima pariu à beira da Lagoa dos Patos a filha primogênita de seu casamento com Antônio Rodrigues Barcellos, a pequena Felizarda²⁹⁹. Estas memórias familiares somavam-se às memórias de outras famílias ilustres de Pelotas. Lembremos do capitão-mor Antônio Francisco dos Anjos, de Padre Felício e do *Padre-doutor* Pedro Pereira Fernandes de Mesquita que haviam se conhecido quando habitavam a Colônia do Sacramento e que também haviam realizado sua própria migração depois da disputa por aquele território. Se retornarmos apenas três gerações encontraremos os bisavós de Bernardina atravessando o Oceano Atlântico para o Rio Grande de São Pedro. Os deslocamentos constantes e a presença de conflitos armados compõem a lógica do expansionismo na região, e permeavam o cotidiano de seus

²⁹⁸ APRS. Inventário de Bernardino Rodrigues Barcellos. Pelotas, nº 430, M. 29. Cartório de Órfãos e Provedoria, 1857.

²⁹⁹ NEVES, Ilka. *Adélia da Câmara Barcellos: genealogia e história*. Pelotas: EdUFPEL, 1997. p. 304.

habitantes, não apenas como catástrofe, mas como oportunidade de ampliação de recursos e de posses³⁰⁰.

Em outros aspectos Bernardina em muito diferia de sua mãe. Maria Francisca, como fica evidente no inventário de seu marido³⁰¹, não sabia ler e nem ao menos “desenhava” seu nome. A filha, ao contrário, tinha escrita perfeita, o hábito da leitura, talvez dominasse o francês, e decerto era habituada ao teatro e à música³⁰². Sendo a primogênita, Bernardina recebeu atenção especial na construção de seu dote imaterial. Como já indicado no segundo capítulo, Bernardina passou a comparecer com o pai à pia batismal no período que antecedeu ao seu casamento, construindo relações de compadrio que comporiam seus recursos. É possível perceber ao se indicarem os adiantamentos de sua legítima, que Bernardina foi privilegiada em relação à maioria de seus irmãos mais novos, sendo a única que além de escravos recebeu prataria³⁰³.

A educação neste período era extremamente precária na província. Não havia uma profissionalização da docência, professores eram nomeados não por sua formação, mas após passarem por uma banca de vereadores do município³⁰⁴ que os admitiria, vereadores estes que muitas vezes, eles mesmos apenas haviam recebido as primeiras letras³⁰⁵. Há ainda que se considerar que das 44 classes de primeiras letras instaladas na província em 1835, poucas fossem femininas, devido à falta de quem as dirigisse e, em

³⁰⁰ Em sua tese de doutorado, Luis Augusto Farinatti demonstra como o contexto de conflito na fronteira Oeste do Rio Grande do Sul permitiu a ampliação das posses, mas também do poder da elite local. FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. PPG – História Social, 2007 (tese de Doutorado).

³⁰¹ APRS. Inventário de Bernardino Rodrigues Barcellos. Pelotas, nº 430, M. 29. Cartório de Órfãos e Provedoria, 1857.

³⁰² SANT'ANA, Elma (org.) *O Papel da Mulher na Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: Tchê comunicações, 1985. p. 113-116.

³⁰³ APRS. Inventário de Bernardino Rodrigues Barcellos. Pelotas, nº 430, M. 29. Cartório de Órfãos e Provedoria, 1857.

³⁰⁴ Ao projeto de regulamentação das escolas de primeiras letras para o sexo feminino de 1827 foi anexada uma emenda que suprimia a exigência de exame público para as candidatas mulheres, substituindo-os por atestações ou justificações. MALUF, Marina. *Ruídos da memória*. São Paulo: Siciliano, 1995. p. 216.

³⁰⁵ FLORES, Moacyr. *Modelo Político dos Farrapos: as idéias políticas da Revolução Farroupilha*. 4ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996. p. 35-36.

alguns lugares, de interesse em fazê-las existir. Se avaliarmos a família de Bernardina, os Rodrigues Barcellos, dentre todos os seus primos com idade próxima, apenas Israel Rodrigues Barcellos, filho do primeiro casamento de Boaventura, fora enviado para um curso superior, tornando-se advogado³⁰⁶. O investimento para enviar os filhos não apenas a um curso superior, mas antes disso, a um seminário, ou a uma escola fora da província, era altíssimo e passou a ser possível, ao que parece apenas a partir do segundo quarto do século XIX para a elite charqueadora.

Ao tratar da realidade da expansão cafeeira no Oeste paulista do fim do século XIX, Marina Maluf afirma que “as classes de primeiras letras das meninas eram, de modo geral, instaladas em cômodos exíguos nas casas das próprias professoras, em alpendres providenciados pelo governo ou até em qualquer canto cedido por particulares”³⁰⁷. Se considerarmos as discussões da primeira legislatura da câmara da Villa de São Francisco de Paula, a situação em 1833 era pior naquelas plagas, não havendo nem mesmo primeiras letras para os meninos³⁰⁸. A alternativa para a educação dos filhos desta elite abastada passava pela contratação de preceptores, muitas vezes escolhidos entre os parentes menos favorecidos financeiramente, como parece ter sido o caso de José Felix,³⁰⁹ o compadre que acompanhava os filhos de Domingos e Bernardina. A presença de um grande centro de comércio próximo, por onde transitavam muitos estrangeiros³¹⁰ pode também haver contribuído para incrementar o horizonte dos conteúdos a serem aprendidos.

O investimento educacional em Bernardina, de toda forma, era coletivo, não apenas no sentido de reverter em recursos para a rede familiar, mas por estar dentro de

³⁰⁶ NEVES, Ilka. *Adélia da Câmara Barcellos: genealogia e história*. Pelotas: EdUFPEL, 1997. p. 315.

³⁰⁷ MALUF, Marina. *Ruídos da memória*. São Paulo: Siciliano, 1995. p. 217.

³⁰⁸ BPP Atas da Câmara da Villa de São Francisco de Paula. Livro 1. 1832-1835.

³⁰⁹ LESSA, Barbosa. *Domingos José de Almeida*. Porto Alegre: Tchê/RBS, 1985. p. 13.

³¹⁰ BETEMPS, Leandro Ramos. “Aspectos da colonização Francesa em Pelotas.” In: *História em Revista*, Universidade Federal de Pelotas, v.5, Dez.1999. p.117-135.

um contexto de transmissão doméstica³¹¹. Bernardina era a mais velha de treze irmãos, dos quais sete nasceram antes do seu casamento. Foi provavelmente neste espaço que um jogo de aprendizados cruzados se deu: Bernardina auxiliava nas primeiras letras os irmãos mais novos, enquanto a própria prática a ensinava a lidar com a futura tarefa de educar os filhos, já que as tarefas de cuidar dos bebês eram compartilhadas entre a mãe e as “escravas de dentro” ou “de casa”. Na impossibilidade de assistir as crianças nos aprendizados das primeiras letras quando da ausência de professores, Maria Francisca devia repassar esta tarefa à Bernardina, como parece ter sido comum no período³¹².

Enquanto este outro aspecto da educação de Bernardina, o que lhe preparava para assumir seu papel como mãe no futuro, se consolidava, laços de solidariedade com os irmãos se estreitavam, permitindo que no futuro ela usufrísse do papel de condutora das relações familiares. Na convivência com os irmãos mais novos, Bernardina adquiria uma reserva social que os tornaria devedores, um patrimônio valiosíssimo dentro do conjunto relacional³¹³, e que se mostraria necessário no futuro, quando os irmãos proveriam seu sustento durante a Revolução e seriam seu refúgio em diferentes situações. Se o gênero era uma condição de desvantagem para Bernardina no sentido de ela mesma ter suas ações limitadas na rede, por outro lado permitia o acúmulo de recursos de outra ordem. E como veremos, estes limites são relativos, talvez anacrônicos, quando vistos desde a realidade atual. O uso da escrita pelas mulheres permitiu a renovação de laços de parentescos distanciados física e temporalmente e a criação de mecanismos importantes para a manutenção das redes familiares através duas ou três gerações.

³¹¹ “[...] todos os esforços combinavam-se para dar às moças um educação entre pares, voltada para a construção do papel que a sociedade havia determinado a elas, de tal modo, a conservar e ampliar o *capital social* de suas famílias. E as mulheres, sobretudo as das camadas privilegiadas da sociedade, integravam um verdadeiro *sistema de trocas* para ampliar prestígio da família, fosse na direção vertical, fosse na horizontal.” MALUF, Marina. *Ruídos da memória*. São Paulo: Siciliano, 1995. p. 227

³¹² Idem, 1995. p 219..

³¹³ Ibidem, p. 220.

Passado algum tempo, Custódia, a quinta filha do casal Almeida usaria a escrita de modo peculiar para a época, deixando um testamento onde dispunha da legítima a que tinha direito na partilha dos bens de seus pais³¹⁴. Como veremos no próximo capítulo, ela disporá destes bens entre diferentes pessoas fora do núcleo familiar, demonstrando outro uso de sua capacidade de condutora social. Por outro lado, Maria Francisca talvez seja o exemplo mais perfeito dos efeitos deste investimento educacional. Não tendo participado dele, suas relações se restringiram ao espaço físico da paróquia. Durante o inventário do marido, as contestações virão sempre dos genros e noras que moram distantes de Pelotas, exatamente aqueles com quem não havia possibilidade de diálogo após a morte dos filhos a não ser pela escrita. A nora Ana Joaquina, viúva de Antônio Rodrigues Barcellos, exemplarmente faz diferentes protestos, praticamente excluindo todos os bens que a inventariante alegavam estar em sua posse dos descontos de legítima³¹⁵. Com a morte do marido, que talvez tivesse mantido a comunicação, mesmo que de forma mais esparsa com aqueles membros distantes mas com direitos ao monte-mor de Bernardino, Maria Francisca sofreu, por sua incapacidade de comunicação contestações sobre o título de bens que havia declarado. O uso da escrita é um dos lados de uma sociedade onde as mulheres tinham um papel vital, completado pelas visitas habituais e pela recepção de convidados e hóspedes³¹⁶.

Bernardina seguiu morando numa propriedade lindeira à dos pais por mais de uma década, até que após o início da sedição, houve o arrendamento da charqueada de Pedras Brancas. É bem possível que o papel que desempenhava antes do casamento, tenha se estendido pelos anos seguintes, e se constatamos que havia trânsito de bens e

³¹⁴ 3ª VARA CÍVEL DE PELOTAS. Inventário de Domingos José de Almeida. Processo nº 022/1.05.01.465.791. Cartório de Órfãos e Provedoria, 1915-1961. fl 11-15.

³¹⁵ APRS. Inventário de Bernardino Rodrigues Barcellos. Pelotas, nº 430, M. 29. Cartório de Órfãos e Provedoria, 1857.

³¹⁶ MALUF, Marina. *Ruídos da memória*. São Paulo: Siciliano, 1995. p. 63.

mão de obra entre as propriedades, é possível supor que havia também um aproveitamento conjunto do preceptor, das aptidões de leitura e escrita de Bernardina e da produção doméstica de alimentos. Sua morte prematura em 1846 pode ter interrompido um sistema de cooperação que permitiria uma perpetuação posterior da empresa familiar.

A existência de uma economia doméstica não estava dissociada da produção do charque, ao contrário, compunha um mesmo conjunto³¹⁷. Os extensos pomares presentes nas propriedades permitiam que parte da escravaria tivesse seus serviços direcionados para a produção de alimentos, impedindo a ociosidade, da mesma forma que as olarias, as fábricas de sebo e velas e as atafonas³¹⁸. Domingos deixa claro a importância desta produção ao recomendar que esta seja muito bem cuidada, tanto quanto pede que se vigie a escravaria³¹⁹. Se a plantação de mandioca tinha a dupla função de manter os escravos ocupados e de prover sua alimentação³²⁰, e era um apêndice importante da charqueada, que permitia negociações do excedente, não era diferente com a produção doméstica de alimentos.

Ao descrever o estabelecimento que viria arrendar em Pedras Brancas³²¹, Domingos demonstra tudo que pode interessar à família numa morada. Os poteiros para “criação de gado para queijarias e manteigas de negócios e consumo” estão no

³¹⁷ Marina Maluf traz a seguinte percepção ao se referir à zona de produção cafeeira: “Aquela unidade espacial – a fazenda – que associava contraditoriamente lar e empresa, produção mercantil e de subsistência, transformava todos os membros da família proprietária ali reunida em agentes empenhados na produção e reprodução da vida, assim como na prosperidade do negócio.” Porém, aqui não é compartilhada a opinião da autora que taxa de contraditória a associação, ao contrário, somente analisando conjuntamente essas duas esferas, cremos que seja possível perceber o quão ilusória é sua separação no que tange à análise da unidade produtiva. Na busca de uma clivagem de gênero, ao invés de identificar papéis, estes são impostos. MALUF, Marina. *Ruídos da memória*. São Paulo: Siciliano, 1995. p. 212.

³¹⁸ GUTIERREZ, Ester J. B. *Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço pelotense*. Pelotas: Ed. Universitária/UFPEL, 2001. p. 193-210.

³¹⁹ AHRS. *Anais do Arquivo Histórico do RS. Vol 2. Coleção Varela*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978-1979. CV- 172, p.138.

³²⁰ CORSETTI, Berenice. *Estudo da charqueada escravista gaúcha no século XIX*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1983. (dissertação de mestrado)

³²¹ AHRS. *Anais do Arquivo Histórico do RS. Vol 2. Coleção Varela*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978-1979. CV- 190, p.162-165.

mesmo pé de importância que o porto para descarga ou os varais de charque ou a existência de vizinhos importantes ou conhecidos – que no caso parece dar no mesmo – com a salutar distância dos dissabores que a vida em sociedade carrega. Ao descrever o espaço, Domingos traz toda a dimensão de quanto a vida cotidiana e os negócios estavam imbricados. A percepção de dissociação entre o mundo doméstico, a vida privada e a vida pública não existe, assim como o provimento do lar se mistura com o provimento do estabelecimento. A existência de uma venda na beira da estrada, que arrecadava algum lucro servindo vizinhos e passantes parece ser o complemento perfeito para a plantação de ananases, bananeiras e o imenso laranjal, demonstrando que a produção de casa destes produtos e de laticínios não permaneceria exclusivamente para consumo interno.

A descrição da casa chama atenção, não apenas por ser a primeira parte a ser descrita, nem pela quantidade de quartos de hóspedes – justificável como veremos adiante – mas pela total separação da cozinha e sua ligação com a senzala sendo um claro indício de como aquela economia doméstica era parte integrante do estabelecimento empresarial. Tomado isso, a aparente confusão entre mundo público e mundo privado passa a ser percebida como uma unidade produtiva coesa, onde era possível a cada membro da família contribuir. A presença deste trabalho doméstico como parte preponderante do estabelecimento fica claro pela preocupação que Domingos manifesta de que, mantendo o estabelecimento em Pelotas, Bernardina siga sobrecarregada no “governo de uma casa transformada em estalagem³²²”. Pelas cartas enviadas pelo sogro, Domingos pudera ter certeza de que sua previsão estava correta³²³.

³²² AHRs. *Anais do Arquivo Histórico do RS*. Vol 2. *Coleção Varela*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978-1979. CV- 190, p.162-165.

³²³ AHRs. *Anais do Arquivo Histórico do RS*. Vol 4. *Coleção Varela*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978-1979. CV- 2437, p. 280.

Bernardina pode ter passado por um estágio em que compartilhou da gerência das tarefas domésticas com a mãe, o que compõe um quadro interessante se juntarmos a isso o fato de sua presença com o pai no compadrio. É possível que junto à proximidade física das casas, encontremos uma proximidade doméstica, fruto da permanência de tarefas daquele momento³²⁴. O gerenciamento da economia doméstica, aquela que ao mesmo tempo garantia a alimentação da família, mas também evitava gastos fora da propriedade, pode ter sido por muito tempo compartilhado, fazendo com que o aproveitamento dos pomares e dos laticínios fosse racionalizado. A relação próxima que o casal mantinha com os pais de Bernardina e seus irmãos pode ser interpretada como uma ilha de estabilidade, inserida no complexo enredo de negócios e família que os Rodrigues Barcellos haviam formado, diminuindo a insegurança reinante. Talvez por isso mesmo fosse tão difícil desapegar-se deste espaço, mas isto realizado, como veremos, a busca pela manutenção desta rede de segurança se fez graças ao uso da escrita e pelas visitas constantes. Bernardina recebera seus irmãos em diferentes pontos geográficos e Domingos os visitou também, e mais do que tudo, fora a escrita que os mantiveram presentes no cotidiano uns dos outros.

Bernardina comentou com Domingos que escreveria ao irmão Joaquim para contar da derrota de Fructoso Rivera, por que este já a havia alertado sobre isso quando estivera com ela em Bagé³²⁵. O breve comentário nos mostra que não só as visitas eram freqüentes como a comunicação intensa, mesmo que a ausência de portadores fosse reclamação reinante em fins de 1842. Aliás, Bernardina escreve da casa de seu tio Luís, de quem não se encontra uma carta sequer na correspondência de Domingos José de

³²⁴ A horta de ambas as famílias provavelmente era comum, como será explicitado depois. AHRS. *Anais do Arquivo Histórico do RS*. Vol 3. *Coleção Varela*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978-1979. CV-654, p. 117-119.

³²⁵ AHRS. *Anais do Arquivo Histórico do RS*. Vol 2. *Coleção Varela*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978-1979. CV-166, p. 135-136.

Almeida. Ausência que apenas pode ser explicada pelo fato de que a comunicação com este se desse somente pelas cartas trocadas com a Bernardina.

A importância da visita aos parentes e amigos para o fortalecimento dos laços sociais tem uma importância mensurável. Em 1835, a recomendação de Domingos, em meio à crise que levaria a família a trocar Pelotas pelos ermos de Pedras Brancas, era para Bernardina fazer “visitas a todos os nossos e amigos”³²⁶. Novamente, quando da retirada de Caçapava, Domingos lembrou à Bernardina vários objetos esquecidos – especialmente livros – que podiam ser buscados entre as pessoas caso ela ainda se encontrasse em tal sítio, recomendando visitas a alguns amigos³²⁷, e o mesmo acontece quando a esposa chega à Bagé. Mesmo antes da revolta, quando Domingos estava em Porto Alegre como deputado provincial, este comenta com a esposa que não tendo como fazer visitas, muito se alegrou com a que recebeu do tio Francisco, que veio de Viamão com toda a família³²⁸. Num gesto que demonstra toda a importância deste tipo de atividade para a renovação de laços distantes, Domingos admite estar displicente a tal ponto que não só se penalizava por não conseguir ir fazer visitas em Viamão – onde moram vários dos Rodrigues Barcellos que não migraram para produzir charque em Pelotas – como também cogitava refutar um convite feito por outro charqueador.

Em toda a estada em Caçapava, parece que a circulação de pessoas na morada do casal foi intensa. O retorno à urbanidade trouxe consigo velhos hábitos, entre eles o das visitas, mas também é possível que algum simulacro de teatro ou de concerto existisse. A recepção de hóspedes em casa foi quase uma constante, afinal, a dificuldade de alojar todos os integrantes da administração pública da República nas moradias existentes na

³²⁶ AHRs. *Anais do Arquivo Histórico do RS*. Vol 2. *Coleção Varela*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978-1979. CV- 190, p.165.

³²⁷ AHRs. *Anais do Arquivo Histórico do RS*. Vol 2. *Coleção Varela*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978-1979. CV- 405, p. 320.

³²⁸ AHRs. *Anais do Arquivo Histórico do RS*. Vol 2. *Coleção Varela*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978-1979. CV- 173, p.140

cidade, acabava por obrigar que as portas estivessem abertas³²⁹, e tal situação não aconteceu apenas ali, mas antes disso em Piratini e depois no Alegrete. A estada em Caçapava tem como diferencial o fato de que as correspondências cessam, por estar o casal novamente junto e mais que isso, novamente num ambiente citadino, próximo daquele que tinham originalmente em Pelotas. Novamente a família contava com a presença de médicos por perto, com a possibilidade de retomar a educação dos filhos dentro de uma escola e com a oportunidade de conviver com os seus, agora num grupo sensivelmente ampliado.

Ao mandar vir Bernardina e os filhos para Caçapava, Domingos avisa que “se projetam dançarolas para o dia 20”³³⁰ de setembro, num tablado que estava em frente a casa. A presença da esposa num momento deste, mesmo que significasse também divertimento e alívio a ela – quase todos os filhos andaram doentes na estada no Bom Retiro, inclusive tendo morrido Mingote, o primogênito – significava o restabelecimento das relações sociais e das solidariedades. Neste momento, Domingos chegava ao auge de seu prestígio dentre os líderes farroupilhas, contando com a confiança de Bento Gonçalves³³¹, o que contribuía e muito para o abrandamento da situação de 1837, quando suspeitaram de sua lisura no gerenciamento dos negócios da República e se fazia primordial que se fixasse este prestígio em laços duradouros. Para tanto a presença de Bernardina e também dos filhos era basilar, pois a eles caberia o reforço das relações políticas através das afinidades naquele espectro ampliado, envolvendo as famílias dos líderes políticos.

A preocupação com a educação também pode ser analisada sobre este aspecto, não desconsiderando o papel de distintivo social que ela trazia, mas agregando a ele a

³²⁹ CASSOL, Arnaldo Luiz. *Caçapava: Capital Farroupilha*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985. p. 39.

³³⁰ AHR. *Anais do Arquivo Histórico do RS*. Vol 2. *Coleção Varela*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978-1979. CV- 255, p.214.

³³¹ LESSA, Barbosa. *Domingos José de Almeida*. Porto Alegre: Tchê/RBS, 1985. p. 64.

percepção de que a escola era um onde as crianças iniciavam o cultivo de afinidades que reverteriam em relações mais sólidas no futuro. Isso explica por que Domingos se felicitou tanto, quando em Bagé, Bernardina toma a iniciativa de alugar uma casa para a “ensinança de seus filhos e de mais alguns outros rapazes cujos pais queiram aproveitar a situação”³³². O conhecimento travado entre as crianças, especialmente considerado o fato de que estão de passagem por Bagé, no futuro poderia render novos laços, inclusive renovando os estabelecidos entre seus pais, diferente do que aconteceria se Bernardina mantivesse seu preceptor exclusivamente dedicado aos seus filhos, mostrando um uso coerente de dois investimentos sociais associados³³³.

A construção de laços sociais não acontecia apenas entre semelhantes, mas em relações desiguais assumia outras significações. Bernardina enviou pelo marido mimos e presentes àqueles que o estavam servindo nas lides de casa, coisas simples a ela que tinha acesso a uma praça comercial, mas difíceis de conseguir em pontos da província isolados como, por exemplo, o rapé que enviou a um casal que cuidava das roupas de Domingos em Piratini³³⁴. Com isso, Bernardina além de agraciar os que prestavam o serviço que ela pela distância estava impedida, cumprindo a função de manter os seus, também estabelecia relações que poderiam ser retomadas em outros momentos. Esta situação é exemplo disso, o casal que naquele momento estava servindo Domingos também o fizera quando Piratini era a capital da República.

Na ausência de Bernardina, Domingos lhe enviava notícias de todos os amigos, parentes e conhecidos, como forma de mantê-la próxima e de que a reaquisição dos laços com

³³² AHRS. *Anais do Arquivo Histórico do RS*. Vol 3. *Coleção Varela*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978-1979. CV- 607; 623; 636.

³³³ Ao analisar a correspondência de Honestalda de Moraes Martins no fim do século XIX e nas primeiras três décadas do século XX, Marieta de Moraes Ferreira demonstrou como alguns laços surgidos nos tempos em que freqüentara o internato foram importantes no surgimento de uma rede de sociabilidade. FERREIRA, Marieta Moraes. “Correspondência familiar e rede de sociabilidade”. In: GOMES, Ângela de Castro(org.). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 241-255.

³³⁴ AHRS. *Anais do Arquivo Histórico do RS*. Vol 2. *Coleção Varela*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978-1979. CV- 442, p. 343.

aqueles indivíduos pudesse ser rapidamente refeita. Ao analisarmos as informações que um e outro trocam podemos perceber quais os interesses de cada um, pela disparidade das informações. Bernardina enviava preferencialmente informações sobre os negócios, sobre o que escutava das contendas políticas, falando dos filhos brevemente; Domingos lhe dava notícias dos conhecidos e dos cuidados que recebia, sobre suas roupas, sua alimentação, sua saúde, para depois falar dos desdobramentos dos negócios e da política.

“Piratini, 28 de janeiro de 1841.

Querida Bernardina

Por ter portador seguro te faço esta, apesar de ainda hoje escrever-te pelo Moura, por quem estou na diligência de enviar-te porção de farinha e porção de trigo, porto não ter vindo o que havia comprado, que irá em outra ocasião. Vai uma caixinha e uma carta que te manda Marucas, que aqui foi deixada pelo marido entre duas paredes e sem vintém, mas que tem procedido com muita honra, e por isso lhe tenho suprido com alguma coisa em atenção a ti.

Fiz entrega do rapé a D. Cipriana e a Santos; ambos muito te agradecem. D. Cipriana muito me tem obsequiado; mas agora mando lavar minha roupa em casa do Padre Chagas, por a negra do Estado. A Mariana, mulher do Jambeiro, e de José Leandro aqui chegaram anteontem faltas de quase tudo: eu as tenho socorrido conforme as minhas forças: a de José Leandro quer seguir para Pelotas, e eu a mandarei em breve. Já estive com a mãe e irmãs de Matos, que me pediram te enviasse lembranças quando te escrevesse. A Isabelinha ainda não teve gosto de dar à luz o fruto do seu ventre; enganou-se na conta.

Há mais de oito dias nada sabemos de nossas forças: esta noite dormi no mato por ter chegado notícia de estar uma força inimiga no Erval, e não haver aqui um só homem de armas; e o mesmo farei até ter certeza do regresso da dita força.

Chegaram os livros com a falta de todos que vinham numa caixa que foram queimados na viagem. Os mapas de Zambecari não aparecem; vê se te lembra para onde os mandaste. Também faltam umas contas e cadernos do Pané; talvez estejam com meus papéis que forma para essa: examine e remeta caso apareçam. Dize ao compadre Souza que ainda me não trouxeram o trigo que para ele encomendei o que logo que se verifique lhe remeterei. Saudades a ele, à comadre, ao compadre Rafael, à comadre D. Tomásia, suas filhas, D. Rufina; e abraçando por mim a nossos filhos recebe tu o coração do teu

(a) Almeida.³³⁵”

³³⁵ AHRs. *Anais do Arquivo Histórico do RS*. Vol 2. *Coleção Varela*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978-1979. CV- 442, p. 343.

Como num jogo em que cada um fala o que o outro prefere ouvir, o casal privilegiava as informações que mais interessariam ao destinatário, demarcando pelo discurso a proeminência de um papel social sobre outro, mas não excluindo as outras possibilidades. A função de manter o lar foi sustentada à distância. Pequenos mimos, comida, roupas e cuidados com a saúde seguem pelos portadores junto com as cartas. Por outro lado, o papel de gerenciador do patrimônio seguia, através dos pedidos e das ordens do marido. Nas cartas enviadas por Bernardina encontraremos informações que podem orientar melhor a atuação do marido, dentro da expectativa de conveniência.

“Meu caro marido do coração
Pelotas, 06 de fevereiro de 1836.

Agora pelas 5 horas da tarde, com grande prazer recebi a que me escreveste de Pedras Brancas a 2 do corrente, por me certificares da tua boa saúde, em que mais que tudo me interessa; eu à exceção de trazer o espírito agitado com estas desordens, vou vivendo com saúde e nossos filhos da mesma forma, a quem de tua parte abraço e peço as bênçãos. Araújo Ribeiro, dizem de certo que vai aí tomar posse, ele hoje de certo saiu na barca de vapor para o Rio Grande, onde apesar dos muitos conselheiros, assim como os daqui, se resolverá a ir, Deus assim o permita, para ver se sossegamos e não haja mais desordem. O que ele assentou com o Capitão Antunes, melhor por ele já saberás e por isso nada digo a respeito. No caso que as coisas tomem melhor figura, bom; porém sempre sou de parecer que não devemos desprezar o negócio que tem em mãos, pois esse é todo o meu desejo, portanto, caso que o sossego se restabeleça, assento que ou deves logo aqui vir, ou mandar quem em teu nome faça os arranjos à tua vontade; conta com minha vontade que é toda em ver-te sossegado e livre de semelhantes barulhos. O tio Boaventura que se jacta de ser aquele que mais se empenhou para Araújo Ribeiro ir aí tomar posse, hoje, digo, ontem saiu com sua família embarcado em um iate não sei para onde, talvez com medo de algum insulto; o mesmo dizem vai a fazer Luís de Azevedo.

Irei observando e ouvindo alguma coisa de novo, para na primeira ocasião te participar. Determinei a João da Cunha que nesta mesma ocasião te escrevesse sobre os negócios da nossa casa, e por isso nada digo a esse respeito. Aceita lembranças do compadre José Félix. Deus te dê saúde e guarde como te deseja tua amante

(a) Bernardina³³⁶,

³³⁶ AHRS. *Anais do Arquivo Histórico do RS*. Vol 2. *Coleção Varela*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978-1979. CV- 164, p. 134.

A necessidade impelia também a esta troca de informações. Se durante uma situação de conflito como a vivida por estes indivíduos é possível argumentar que a ausência de um dos cônjuges, especialmente o marido, impelia o outro a assumir tarefas como negociações, a afirmação não se torna inválida se pensarmos em tempos de paz. Foi o caso exemplar de Silvana Eulália de Azevedo Barcellos, segunda esposa de Boaventura Rodrigues Barcellos, que nos traz muitos elementos que atestam essa hipótese. Sendo vinte e cinco anos mais jovem que seu marido, Silvana Eulália pôde imprimir continuidade à atuação daquele, assumindo muitos de seus postos em Pelotas, como a cadeira no conselho diretor da Santa Casa de Misericórdia e a vaga na Mesa Diretora da Igreja³³⁷. Antes mesmo da morte do marido, Silvana Eulália comparecia ao cartório para lavrar documentos graças à uma procuração que recebera do marido³³⁸, que a agraciou, junto com o filho Miguel, com sua meação e com o posto de testamenteira³³⁹. Silvana Eulália tinha quase a mesma idade de Bernardina, ambas conviveram e é admissível supor que suas trajetórias tenham semelhanças no que tange à condução do patrimônio.

Na mesma carta em que Domingos enviava a descrição da charqueada em Pedras Brancas, há um elucidativo trecho em que é possível averiguar o poder de decisão que era cabível às mulheres em relação aos negócios. Domingos pede que Bernardina se reúna com alguns amigos – o primo Cipriano e os compadres Felizardo, Chastan, Chaves e José Félix – e à luz de tudo que ele havia exposto, se aconselhasse

³³⁷ NEVES, Ilka. *Adélia da Câmara Barcellos: genealogia e história*. Pelotas: EdUFPEL, 1997. p. 315.

³³⁸ 1º Tabelionato de Pelotas. Registros Notariais Ordinários. Livros 1-13. Registros Notariais Extraordinários. Livros 1-7. Procurações. Livro 1.

2º Tabelionato de Pelotas. Registros Notariais Ordinários. Livros 1-11. Registros Notariais Extraordinários. Livros 1-5.

³³⁹ APERS. Inventário de Boaventura Rodrigues Barcellos. Pelotas, nº 409, M. 28. Cartório de Órfãos e Provedoria, 1856.

com eles para decidir³⁴⁰. Obviamente outras questões estavam postas, como a mudança que os levaria para longe dos pais de Bernardina e as ameaças que sofriam ficando em Pelotas por serem farroupilhas, mas também significava transferir todos os investimentos, todo o comércio e toda a produção. Bernardina precisaria estar a par de tudo para se decidir e agir, como é possível perceber, se manteria durante toda a Revolução. O uso desta prática parece ser apenas acentuado em tempos tumultuados, existindo também em tempos de paz.

Porém o papel social pode gerar estafa no indivíduo que o assume. A resignação e o incentivo podem ser substituídos pelas lamentações e pelos pedidos de desistência. Frutos de momentos de crise profunda³⁴¹, como quando os filhos, um após o outro, passam a ficar doentes na estância do Feliz Retiro³⁴², ou quando o clima entre os farroupilhas se tornou de discórdia na Assembléia Constituinte da República³⁴³, os pedidos de Bernardina para que Domingos abandonasse a causa e retornasse para a família se intensificaram. É possível percebê-los pela quantidade de justificativas empregadas por Domingos para permanecer, onde valores como auto-sacrifício e coragem, distintivos de valoração masculinos eram empregados como obrigação mútua, indistinta de gênero³⁴⁴. Alguns signos se diluíam, em nome do reforço dos papéis sociais, fazendo com que valores etéreos se tornassem motivos materializáveis para a permanência. O único consolo oferecido é o discurso de reciprocidade de sentimentos e de valores.

³⁴⁰ AHRS. *Anais do Arquivo Histórico do RS*. Vol 2. *Coleção Varela*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978-1979. CV- 190, p. 162.

³⁴¹ MALUF, Marina. *Ruídos da memória*. São Paulo: Siciliano, 1995. p. 34-35.

³⁴² AHRS. *Anais do Arquivo Histórico do RS*. Vol 2. *Coleção Varela*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978-1979. CV- 236; 237; 241; 242; 254.

³⁴³ AHRS. *Anais do Arquivo Histórico do RS*. Vol 3. *Coleção Varela*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978-1979. CV- 609; 611; 612; 622; 623; 636;639.

³⁴⁴ BARBOSA, Carla Adriana da Silva. *Guerra, família e correspondências (elite farroupilha, 1835-1845)* In: *Anais do IX Encontro Estadual de História*. Porto Alegre: [Recurso eletrônico], 2008. p. 08.

A inexistência de mais cartas de Bernardina nos impede de acompanhar melhor este trajeto, em que a manutenção da família, fim último dos róis de mecanismos sociais usados por ela, acaba por levar a estafa de tais procedimentos. Se as cartas não foram guardadas por Domingos, por parecerem menos importantes que as demais, não é possível saber, decerto que o hábito de executar cópia de todos os documentos possíveis que o mesmo alimentava, não era possível em muitos momentos, pela pressa dos portadores. Ou então que ele não as considerasse como documento. É presumível que Bernardina tenha tomado o cuidado de guardar as cartas que recebeu do marido, e que não tenha recebido igual atenção por seu afeto. De qualquer forma, a percepção que nos chegou de Bernardina é aquela construída pelas iniciativas e respostas de seu marido.

A estratégia de diversificação dos recursos sociais do casal Almeida foi sensivelmente alargada no seu envolvimento com a Revolução Farroupilha. O trânsito permitiu que novas relações fossem travadas em espaços que de outra forma não seriam acessados por estes indivíduos. A capacidade de transformar relações em recursos, mantendo-as e solidificando-as é o objeto de análise dos anos que se seguiram à sedição farroupilha e está intimamente ligada às possibilidades de recuperação da condição financeira de Domingos José de Almeida e a manutenção de sua condição social no grupo da elite provincial.

Capítulo IV

Os legados, as heranças, as partilhas e as vantagens: reprodução e ruptura.

“O que tenho a deixar a meus filhos é somente o passado.”

Domingos José de Almeida em carta de 1860

Antes mesmo de assinada a paz, Domingos e Bernardina retornaram à Pelotas, obstinados a retomarem o curso de suas vidas e de seus negócios no estabelecimento que lá possuíam. Ao findar o ano de 1845 estavam à espera de mais um filho, a décima quarta gestação daquela mulher que até então havia visto morrerem quatro de seus rebentos. Contando trinta e nove anos, Bernardina não suportaria os efeitos de uma hemorragia, provavelmente fruto de uma eclampsia³⁴⁵, e viria a sucumbir em 17 de maio de 1846, deixando órfãos os oito filhos³⁴⁶ que ela havia conseguido manter e o marido que tanto a amava.

Os índices de natalidade do período eram altíssimos, tanto quanto os índices de mortalidade infantil, e o ato de gerar uma vida era acompanhado de apreensão, por também a mortalidade materna ser corriqueira. Segundo Roderick Barman, em sua biografia da Princesa Isabel, as causas da mortalidade materna eram múltiplas, e acompanhadas todas pela incompetência da medicina no que tangia à saúde reprodutiva

³⁴⁵ A informação de tal diagnóstico não é de todo confiável, já que inferida depois de décadas do óbito por um dos filhos, provavelmente impactado pela morte semelhante de Maria Izabel. NEVES, Ilka. *Adélia da Câmara Barcellos: genealogia e história*. Pelotas: EdUFPEL, 1997. p. 305.

³⁴⁶ Ao momento da morte de Bernardina, seus filhos: Bernardino Bráulio, Luiz Felipe, Custódia Margarida, Maria Izabel, Junius Brutus Cássio, Abrilina Decimanona Caçapavana, Maria Carlota, Pelópidas Bagelino – que faleceria em 1855 – e Epaminondas Piratinino. O filho que esperava não chega a nascer vivo.

feminina³⁴⁷. Toxemia, infecções pós-parto que eram fruto da falta de assepsia – especialmente a febre puerperal – e as hemorragias levavam muitas mulheres à morte na única tarefa que lhes era exclusiva naquela sociedade³⁴⁸. Bernardina havia gerado cada um de seus filhos em intervalos muitas vezes menores que dois anos, e atingira uma idade em que a estafa do organismo conjugada com a genética trazia problemas crônicos à saúde como a hipertensão, principal causa da eclampsia.

Se Bernardina não encontrava em sua mãe motivos para se preocupar com suas gestações, dado que Maria Francisca gerou treze crianças, cinco delas depois do casamento de Bernardina, suas filhas não podiam ter a mesma segurança. Após um casamento tardio aos trinta e seis anos, Maria Izabel, sexta filha do casal Almeida, enfrentaria uma gravidez que a levaria à morte também por uma eclampsia³⁴⁹. Nos trinta e quatro anos que separam a morte de mãe e filha haviam surgido dois hospitais na cidade, e o número de médicos havia aumentado consideravelmente, incluindo a rede familiar dos Rodrigues Barcellos, que contava com o Dr. Miguel Rodrigues Barcellos, Barão de Itapitocai, mas isso não significou uma alteração neste quadro de dificuldades na concepção e maternidade.

Abrilina não parece ter sido afetada por este histórico médico em nenhuma das gestações de seus nove filhos, frutos de seu casamento com seu primo Quincio Cincinato Barcellos, filho de seu tio Joaquim. Curiosamente, o casamento de dois herdeiros de Bernardino Rodrigues Barcellos ocorre poucos meses antes de sua morte. Este casamento entre primos não apenas significou a união de dois herdeiros de partes

³⁴⁷ A incompetência era geral, apesar de agravada no caso das mulheres pela impossibilidade de um exame clínico que tocasse seus corpos. A afirmação de Barman parece desconhecer uma série de estudos que sob a ótica da família, durante a década de 1830, foram produzidos na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, com a preocupação voltada ao ciclo reprodutivo da mulher. Porém, a circulação destes estudos parece ter sido absolutamente restrita, já que as práticas de atendimento às gestantes seguiram as mesmas na segunda metade do Século XIX, ou seja, relegadas às parteiras, excluindo os médicos do contato direto com a paciente. ALMEIDA, Ângela Mendes (org.) *Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/UFRJ, 1987. p. 44-45.

³⁴⁸ BARMAN, Roderick J. *Princesa Isabel do Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2005. p. 168-169.

³⁴⁹ NEVES, Ilka. *Domingos José de Almeida e sua descendência*. Porto Alegre: EDIGAL, 1987. p. 44.

de um mesmo espólio, como também uma renovação de laços entre os Rodrigues Barcellos e os Porciúncula – família ligada ao General Bento Gonçalves, que era padrinho de Abrilina – já que a sogra de Joaquim era Bernardina Antunes da Porciúncula³⁵⁰. No capítulo anterior analisaram-se como os laços sociais entre parentes de Bento Gonçalves e Domingos José de Almeida os favoreceram em negociações entre comerciantes e a República. A persistência de tais laços e sua renovação constitui-se num forte indício da sua conveniência dentro deste conjunto, especialmente avaliados as potencialidades de reagrupamento de recursos.

O expediente do casamento entre primos é verificável entre os Rodrigues Barcellos desde a primeira geração daqueles que se fixaram em Pelotas, quando do matrimônio entre Simeana Barcellos de Lima e Boaventura Inácio Barcellos – ela, irmã de Bernardino Rodrigues Barcellos e ele primo materno de ambos – mas iria se intensificar nas gerações posteriores, evidenciando outras intersecções dos laços sociais. Exemplar desta situação nos parece, além do de Abrilina e Quincio, o matrimônio Franklin da Câmara Barcellos e Joaquina dos Santos Barcellos. Franklin era filho de Cipriano Joaquim Rodrigues Barcellos, primo de Bernardina que entre muitas outras coisas, era uma das pessoas indicadas por Domingos para auxiliá-la no gerenciamento do estabelecimento em Pelotas, quando da sua ausência. Joaquina era sobrinha e afilhada de Bernardina³⁵¹, filha de seu irmão João. Localizar ambos em sua relação com Bernardina não serve apenas para que nos orientemos na extensa família destes indivíduos, mas acima de tudo para encaixá-los na rede complexa que os envolve.

João Rodrigues Barcellos casou-se com sua prima em segundo grau, Joaquina Augusta Barcellos dos Santos e ao tempo do nascimento de sua filha no ano de 1842, vivia em Paisandu, onde tinha uma estância e realizava comércio de gado, juntamente

³⁵⁰ NEVES, Ilka. *Domingos José de Almeida e sua descendência*. Porto Alegre: EDIGAL, 1987. p. 56.

³⁵¹ NEVES, Ilka. *Adélia da Câmara Barcellos: genealogia e história*. Pelotas: EdUFPEL, 1997. p. 355.

com seu irmão Joaquim, a quem convidou para ser padrinho da menina³⁵². João e Joaquim foram, como analisado no capítulo anterior, importantes pontos de contato comercial durante a Revolução para Domingos José de Almeida e também, alternativas de fuga para Bernardina e os filhos do casal.

Cipriano Joaquim participava deste emaranhado sistema de economia familiar na outra ponta do comércio, negociando a venda do gado para as charqueadas. Sendo filho único, ficou órfão de pai nos primeiros meses de vida, e ao que tudo indica, foi acolhido pelo tio mais velho, Bernardino³⁵³, assumindo uma posição de intermediador das negociações de gado com o Uruguai, de onde provinha a família de sua mãe. Conseguiu se estabelecer como charqueador numa propriedade contígua às de seus tios e primos, mais ou menos na mesma época em que Domingos adquiriu a sua charqueada³⁵⁴. De toda forma, determinante para a proximidade desta relação parece ter sido o fato de Cipriano Joaquim ter se tornado órfão num momento em que os irmãos Rodrigues Barcellos ainda não estavam plenamente estabelecidos em seus negócios e os tinham completamente interligados. Importante perceber que o momento do ciclo de vida destes indivíduos determina uma maior ou menor autonomia das fortunas dentro da rede familiar, e é possível que a herança de Cipriano Joaquim estivesse completamente comprometida com as fortunas de seus tios, ou ao menos com a de Bernardino, que se incumbiu de tutelar o sobrinho.

O matrimônio dos filhos de indivíduos que tinham laços de parentesco consanguíneo tão presentes e ao mesmo tempo tão distantes indica a necessidade de renovação dos laços. Joaquina e Franklin haviam convivido durante a maior parte de sua vida em Pelotas, eram herdeiros de propriedades contíguas e também haviam

³⁵² NEVES, Ilka. *Adélia da Câmara Barcellos: genealogia e história*. Pelotas: EdUFPEL, 1997. p.347-355.

³⁵³ Op. cit. p.109-112.

³⁵⁴ GUTIERREZ, Ester J. B. *Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço pelotense*. Pelotas: Ed. Universitária/UFPEL, 2001. p. 153.

presenciado múltiplas negociações e solidariedades entre os estabelecimentos de seus pais. Este enlace repetiu uma fórmula que os pais de Joaquina, e antes deles seus tios, haviam realizado com sucesso. E também seus primos, Abrilina e Quincio, assim haviam feito sete anos antes, reforçando vinculações antigas e estáveis, aquelas da rede familiar dos Rodrigues Barcellos.

Uma dupla constatação pode ser extraída da união de Abrilina e Quincio, a de que a renovação dos laços familiares foi mais importante que a ampliação da rede social pela atração de indivíduos alheios a ela. Este papel foi relegado à sua irmã, Maria Carlota, que casou com Manoel Celestino Gomes, no mesmo dia 17 de abril de 1858. Ambas as irmãs haviam nascido em Caçapava³⁵⁵ – Maria Carlota um ano e quatro meses depois de Abrilina – mas em momentos diferentes, uma no auge da República e outra, quando esta praticamente seguia em carretas para Alegrete. De parecido também as irmãs tiveram sua capacidade de gerar crianças, Maria Carlota teve onze. Seu marido, Manoel Celestino pode ser visto como uma versão próxima daquela que foi Domingos José de Almeida ao casar com Bernardina, o filho de um português com uma natural da terra – no caso de Rio Grande – e que atuava no comércio³⁵⁶. Os padrões matrimoniais parecem ter sofrido pequenas atualizações, mas dentro de linhas gerais, foram repetidos nos moldes do que analisamos para os Rodrigues Barcellos uma geração antes, ou seja, aquela de Bernardina. A necessidade de combinar a atração de indivíduos externos com a renovação dos vínculos internos ao grupo buscou a permanência do sistema que mesclava ampliação dos negócios e solidez na cooperação entre os estabelecimentos dos diferentes núcleos da família, possibilitando maior estabilidade.

Exposta anteriormente, a concomitância entre as propriedades de Domingos José de Almeida e seu sogro fora importante não apenas para garantir uma gestão

³⁵⁵ NEVES, Ilka. *Domingos José de Almeida e sua descendência*. Porto Alegre: EDIGAL, 1987. p. 73.

³⁵⁶ Op. cit. p. 74.

compartilhada de determinados recursos, o trânsito de mantimentos e a proximidade das famílias, como também havia se estendido na troca de algumas áreas de terreno entre ambos. Em algum momento o entendimento nos negócios entre as duas propriedades foi de tal dimensão que Domingos tomou a liberdade de avançar sobre o terreno do sogro na construção de um galpão e com aterros em 98 braças quadradas; em contrapartida o sogro utilizava 3.233 braças quadradas do terreno do genro, por ser área localizada entre sua propriedade e uma sanga. Interessante é perceber que de toda a área ocupada por Bernardino nas terras do genro, 820 braças quadradas³⁵⁷ forma tomadas para a horta da família, da qual é possível inferir o uso comum³⁵⁸.

A morte de Bernardina possivelmente foi um marco nessa relação, ao menos no aspecto legal. A proposta de troca de áreas entre as duas propriedades feita por Domingos data de setembro de 1846, apenas quatro meses depois de sua morte. A necessidade de regularizar a situação pode ter sido motivada pela necessidade de estabelecer termos claros que possibilitassem a abertura do inventário, ou mesmo que preservassem o sogro em caso de execução das muitas dívidas que Domingos possuía. Seus credores lhe haviam concedido moratória de dez anos³⁵⁹, mas o risco de que buscassem a execução das dívidas não estava totalmente eliminado. Foi provavelmente por estas mesmas dívidas que não se procedeu ao inventário de Bernardina, mesmo que apenas o filho primogênito do casal não fosse menor, o que obrigaria o juiz de órfãos a instaurá-lo.

Em seu testamento, Custódia Margarida, a quinta filha do casal Almeida declarou: “suponho ter em bens ainda por inventariar e partilhar, herança de meus

³⁵⁷ Considerando-se que 1 braça quadrada corresponde a 4,84 m²: 98 braças quadradas = 474,32 m²; 3.233 braças quadradas = 15.647,72 m²; 820 braças quadradas = 3.968,8 m².

³⁵⁸ AHRs. *Anais do Arquivo Histórico do RS. Vol 3. Coleção Varela*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978-1979. CV-654, p. 117-119.

³⁵⁹ CUNHA, José Zeferino da. *Apontamentos para a história da revolução de 1835. Biografia de Domingos José de Almeida*. Pelotas: Tipografia da Livraria Americana, 1902. p.27.

finados pais, valor de dez a doze contos de réis³⁶⁰. Demonstrando que houvera uma opção por não executar a partilha dos bens, Custódia ao mesmo tempo afirma seu conhecimento sobre qual a parte que lhe cabe, evidenciando que a gestão conjunta do patrimônio não significava uma alienação da partilha. A execução de um inventário significava o encerramento de um conjunto de relações financeiras dentro do conjunto familiar, o que parece não haver interessado aos filhos de Domingos quando da sua morte, e antes disso, quando da morte de Bernardina, nem a ele próprio.

Estabelecer a divisão dos bens do casal significaria estabelecer a divisão das dívidas, e ao fim, o juiz de órfãos pode ter avaliado que Domingos acabaria gestando as legítimas da maioria dos filhos pelo período que durasse a moratória. De fato, não houve nenhuma partilha consensual durante os anos que separaram a morte de marido e mulher, indicando que os filhos, inclusive os que casaram, optaram por não exigir seus direitos. A família de Bernardina ao que parece pactuou com tal situação. Apesar de que houve a necessidade de esclarecer os limites entre as terras de Bernardino Rodrigues Barcellos e Domingos José de Almeida, não há nenhum outro indício que fundamente a percepção de que existiu alguma alteração mais profunda na relação entre genro e sogro. Considerando-se as dívidas constantes no inventário do sogro em 1858, o casamento de Abrilina com Quincio e as acusações de favorecimento de diferentes membros da família em questões políticas na cidade de Pelotas³⁶¹, a relação de Domingos com a rede familiar dos Rodrigues Barcellos não parece ter sofrido mudanças. Ou talvez, justamente para evitar um afastamento da rede familiar, Domingos e seus filhos tenham investido tanto nas relações com os Rodrigues Barcellos. Fato é que o investimento nestas relações não se extinguiu com a morte de Bernardina e é difícil avaliar o impacto,

³⁶⁰ 3ª VARA CÍVEL DE PELOTAS. Inventário de Domingos José de Almeida. Processo nº 022/1.05.01.465.791. Cartório de Órfãos e Provedoria, 1915-1961. fl 11-15.

³⁶¹ BIBLIOTECA RIO-GRANDENSE. Jornal O Pelotense, tomo único, nº 28. 21 fev 1852. fl 1.

seja no sentido de um incremento ou de um decréscimo das mesmas isolando o episódio de seu falecimento.

O retorno à Pelotas significou a renovação de outras relações. O primeiro “protetor” de Almeida, o Dr. João Batista de Figueiredo Mascarenhas repetiu o investimento na fixação do conterrâneo ao emprestar todo o dinheiro que adquiriu vendendo sua propriedade de Pau Fincado – uma quantia de mais de cem contos de réis³⁶² – para que fossem quitadas as dívidas. Reproduzindo o gesto depois de um quarto de século, Mascarenhas podia ao mesmo tempo pretender manter as aquisições anteriores, como também ampliá-las. Se Domingos estava desprovido de recursos financeiros, ao retornar depois de uma década percorrendo a província possuía um cabedal ainda maior de contatos, de vínculos, todos eles contendo inúmeras possibilidades. Era a atualização da estratégia que anos antes havia ligado dois conterrâneos em uma relação desigual, porém não dependente, e que ao mesmo tempo em que investia ambos de obrigações recíprocas, não os comprometia definitivamente, evitando restrições de suas capacidades de expansão social. Como analisado no segundo capítulo, Domingos e Mascarenhas estavam em campos diferentes da política e não compartilhavam rede familiar, mas mantiveram os mesmos laços de solidariedade que haviam possibilitado a migração e fixação de Domingos naquela cidade.

A percepção de que todos os recursos relacionais adquiridos durante a década em que estivera dentre os revoltosos insurgidos contra o Império não bastavam por si, mas que constituíam uma dimensão diferente, porém intimamente relacionada com a dos recursos locais, possivelmente indicou a Almeida a sua volta ao cenário político da Cidade de Pelotas. Antes de se lançar candidato a qualquer cargo, Domingos optou por defender determinados concorrentes. Assim o faz quando da eleição para Deputado

³⁶² CUNHA, José Zeferino da. *Apontamentos para a história da revolução de 1835. Biografia de Domingos José de Almeida*. Pelotas: Tipografia da Livraria Americana, 1902. p.27.

Geral³⁶³, defendendo o primo de Bernardina e seu advogado Dr. Israel Rodrigues Barcellos. Impedido de se ausentar por muito tempo de Pelotas devido à grave situação de suas finanças, Almeida exerceu sua influência através da escrita. Cartas e manifestações em jornais demarcaram suas posições políticas e especialmente indicaram quem o acompanhava³⁶⁴.

Paralela a essa atuação local de aglutinador eleitoral, Domingos José de Almeida seguia se comunicando com correligionários políticos em outros pontos da província, especialmente com os antigos companheiros de revolta na região da Campanha. Indivíduos com quem antes havia divergências internas aos farrapos, neste momento passam a ser identificados como aliados³⁶⁵, indício de que a identidade de revoltosos era um elemento catalisador. E curiosamente, a necessidade de esquecer o passado de rebelião para se (re)integrar ao Império era conjugada por estes indivíduos com a necessidade de lembrar o mesmo à Corte.

Domingos fez um manejo bastante racional deste recurso, em diferentes ocasiões. A memória do conflito aparece tanto como uma justificativa para seguir atuando politicamente, como quando afirmou a um correligionário político que “velho e desgostado, desejo empregar o pouco tempo que me resta da existência no reparo de males que com as melhores intenções cooperei para que aparecessem³⁶⁶”. Ou pôde estar presente como ameaça em momentos de negociação, como quando Domingos José de Almeida escreveu ao Império seu pedido de reembolso pelas dívidas da extinta República, declarando que se não lhe for satisfeito o pagamento, será obrigado a denunciar tal injustiça através da publicação de um jornal na tipografia de sua

³⁶³ AHRS. *Anais do Arquivo Histórico do RS*. Vol 3. *Coleção Varela*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978-1979. CV-653-655, p. 116;119-120.

³⁶⁴ BIBLIOTECA RIO-GRANDENSE. *Jornal O Pelotense*, tomo único, nº 23. 07 jan 1852. fl 1.

³⁶⁵ Entre outros nomes surgem Antônio de Souza Neto, David Canabarro, José Mariano de Mattos e José Gomes Portinho. AHRS. *Anais do Arquivo Histórico do RS*. Vol 3. *Coleção Varela*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978-1979. CV- 652; 656; 662; 664; 675; 678; 689; 690; 708; 728.

³⁶⁶ AHRS. *Anais do Arquivo Histórico do RS*. Vol 3. *Coleção Varela*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978-1979. CV-655, p. 120.

propriedade³⁶⁷. Curiosamente, há a possibilidade de que esta tipografia seja aquela mesma adquirida em Montevideu para servir a República e que foi considerada perdida, a mesma tipografia que havia gerado boa parte das dívidas. Domingos não possuía tipografia alguma em 1835, precisando mandar publicar em Porto Alegre seu Manifesto aos Concidadãos³⁶⁸ e considerando-se que o empreendimento da imprensa republicana esteve a seu encargo, especialmente nos últimos anos, quando editou os dois últimos jornais farroupilhas – O Americano e A Estrela do Sul – é provável que tão valioso equipamento tenha sido levado à Pelotas quando do seu retorno.

Dez anos depois esta mesma tipografia entrava em funcionamento para a edição de O Brado do Sul, jornal sob a direção de Carlos Von Koseritz, alemão até então desconhecido na província e que aqui tinha chegado engajado na campanha contra Rosas e depois permanecido lecionando em aulas do secundário³⁶⁹. Publicado entre março e outubro de 1858, o jornal foi obrigado a sair de circulação por falta de um editor responsável. Koseritz foi espancado brutalmente em dezembro do mesmo ano, após tentar sem sucesso a aprovação de um novo editor pelas autoridades locais³⁷⁰. Diante de tal fato, Domingos José de Almeida resolveu assumir a responsabilidade sobre o jornal, eliminando o expediente do uso de um testa de ferro que assumisse os ônus decorrentes das virulentas discussões estampadas no periódico, numa demonstração de que seu prestígio podia sustentar inclusive uma posição considerada pouco confiável. E nas páginas de O Brado do Sul, Almeida renovaria a tensão com as autoridades centrais, iniciando a publicação de documentos sobre a República, tencionando escrever uma história da revolução. A intenção foi adiada por pedidos tanto

³⁶⁷ BIBLIOTECA NACIONAL. Sessão de Manuscritos. Fundo: Documentos Biográficos. C-0054, 002.

³⁶⁸ ALMEIDA, Domingos Jose de. *O Cidadão Domingos Jose de Almeida a Seus Compatriotas*. Porto Alegre: Comissão Executiva do Sesquicentenário Revolução Farroupilha, 1986. [original de novembro de 1835]

³⁶⁹ CUNHA, José Zeferino da. *Apontamentos para a história da revolução de 1835. Biografia de Domingos José de Almeida*. Pelotas: Tipografia da Livraria Americana, 1902. p.30.

³⁷⁰ Op. Cit. p. 31.

dos aliados quanto dos adversários. O surgimento de ataques convulsivos, classificados como uma epilepsia tardia³⁷¹ impediram qualquer plano futuro de publicações e com o passar do tempo e a diminuição do lapso entre os ataques, outros projetos não tiveram continuidade.

Se a tensão com o poder central foi constantemente renovada por Almeida, como forma de barganhar posições, em outros momentos permaneceu inativa, permitindo que o velho insurgente usasse seu prestígio como forma de cooperar com o poder central³⁷². Durante os preparativos para as campanhas contra Oribe e Rosas no ano de 1851 exerceu particular atuação no recrutamento para as tropas, produzindo listas detalhadas de homens em condições de servir, baseadas em seu conhecimento das experiências dos indivíduos em conflitos anteriores, especialmente entre os que engrossaram as fileiras da extinta República. Adjetivando os indivíduos que constavam do rol, Domingos não apenas o constituiu no sentido de identificar possíveis recrutáveis, como utilizou de seu prestígio para convidá-los a pedido do então Conde de Caxias³⁷³. Ainda, utilizou de sua posição privilegiada para ao mesmo tempo em que enviava seu afilhado e cunhado Modesto Rodrigues Barcellos e seu filho Luiz Felipe de Almeida, solicitar a dispensa de outro filho seu, Bernardino Bráulio de Almeida, acometido há um ano por uma moléstia que o colocava como incapaz para o serviço real³⁷⁴.

³⁷¹ É complicado tratar de epilepsia durante o século XIX, porque muitas outras coisas eram confundidas com tal doença, além do fato de existirem muitas variedades. Além disto, epilepsia em si não existe, o sintoma é resultado de alguma outra doença, como já alertava Hipócrates; até hoje, no entanto, muitas destas causas não são identificadas - em torno de 40%. Das confusões mais comuns, especialmente em mulheres, era com quadros variados de histeria, caso de Jacobina nas suas “visões” que norteavam (ou desnorteavam, melhor) os Muckers. Se os ataques começaram tardiamente, como neste caso, a causa mais comum capaz de provocar morte seria Sífilis, o que aponta para um comportamento mais promíscuo do que aquele verificado para Domingos José de Almeida. Tais informações foram prestadas pelo professor Cesar Augusto Barcellos Guazzelli, orientador desta dissertação, que possui formação em neurologia.

³⁷² FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. PPG – História Social, 2007 (tese de Doutorado). p. 172.

³⁷³ AHRS. *Anais do Arquivo Histórico do RS. Vol 3. Coleção Varela*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978-1979. CV-663, p. 128-132.

³⁷⁴ AHRS. *Anais do Arquivo Histórico do RS. Vol 3. Coleção Varela*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978-1979. CV-664, p. 132-133.

O envio de dois de seus parentes seria uma honraria, mas nem por isso deixou de ser negociado, exigindo Domingos que ambos fossem tomados sob a proteção de José Mariano de Mattos, e informando de que determinadas condições alimentares foram utilizadas como forma de convencê-los a rumarem junto às tropas³⁷⁵. Luiz Felipe foi particularmente indicado como dotado de habilidades que podiam e deviam mantê-lo longe dos exercícios de batalha, desde que isso não significasse estacionar sua carreira militar, patrimônio muito vantajoso para ser desperdiçado apenas pelo risco de morte que poderia correr. De todos os filhos varões de Domingos e Bernardina que chegaram à idade adulta, apenas o mais jovem, Epaminondas Piratinino não exerceu nenhuma função militar. Assim como a falta de ensino superior, a inexistência de carreira militar era uma deficiência no cabedal de recursos de Almeida e que ele percebeu como necessidade a ser suprida.

Bernardino Bráulio havia alcançado o posto de Alferes quando foi obrigado a abandonar a carreira militar³⁷⁶. Provavelmente este investimento frustrado conjugado a sua posição de irmão mais velho – portanto maior prejudicado pela falta de recursos que assolou sua família durante e na década que se seguiu à Revolução Farroupilha – lhe deixou como única alternativa permanecer junto ao pai administrando a charqueada³⁷⁷. Porém, seria esta mesma situação que o levaria a tomar para si a tarefa de perpetuar o trabalho do pai como vereador em Pelotas na legislatura iniciada em 1868, quando este já profundamente debilitado pelas convulsões não podia mais se candidatar³⁷⁸. Também

³⁷⁵ “Eles vão animados pelas informações que lhes tenho dado de que vão passar a mui bem tendo ao toque de alarma uma boa tigela de chocolate, 4 ovos quentes e um pão; [rasgado] de vinha e uma taça de café com bolachinhas doces. Ao jantar, assado de couro, uma fatia de presunto, arroz, outra garrafa de vinho e uma libra de queijo londrino; e à noite chá com torradas. Quem passa assim, não passa mal.” AHRs. *Anais do Arquivo Histórico do RS*. Vol 3. *Coleção Varela*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978-1979. CV-664, p. 132-133.

³⁷⁶ AHRs. *Anais do Arquivo Histórico do RS*. Vol 3. *Coleção Varela*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978-1979. CV-664, p. 132-133.

³⁷⁷ NEVES, Ilka. *Domingos José de Almeida e sua descendência*. Porto Alegre: EDIGAL, 1987. p. 38.

³⁷⁸ OSÓRIO, Fernando. *A cidade de Pelotas*. Volume 1. 3ª ed. Organização de Mario Osório Magalhães. Pelotas: Editora Armazém Literário, 1997. p. 122.

a proximidade com o pai deve ter influenciado na escolha de sua esposa, Perpétua Ignácia de Oliveira Guimarães, filha de um antigo companheiro farroupilha estabelecido na localidade do Boqueirão³⁷⁹. Sua debilidade física o manteve como imediato ao pai durante toda a década de 1850; depois, os papéis se inverteriam, e acabariam a permanência da gerência das atividades com charque em suas mãos mesmo após o falecimento de Domingos³⁸⁰.

Destino diferente teve Luiz Felipe, que apesar de ter sofrido as agruras dos sacrifícios financeiros como seu irmão, conseguiu prosseguir na carreira militar, chegando à 2º Sargento, e teve a honra de ser condecorado com a Medalha da Campanha do Uruguai³⁸¹. É possível afirmar que sua participação nesta empreitada militar teve motivações pessoais múltiplas. Como afirmou seu pai, sua participação nesta expedição era antes de mais nada uma oportunidade de ascensão na carreira. Por outro lado, sendo uma campanha em defesa dos compatriotas radicados no país vizinho, hostilizados por Oribe tendo suas propriedades ameaçadas, Luiz Felipe foi lutar pelos bens de sua família, afirmação que também vale para seu tio Modesto. Há décadas diferentes membros dos Rodrigues Barcellos possuíam propriedades ao sul da fronteira, especialmente João e Joaquim Rodrigues Barcellos, antes citados aqui. Joaquim se tornaria sogro de Luiz Felipe ao fim desta mesma década, quando contraiu matrimônio com sua prima Marcolina Chaves Barcellos. Mais uma vez, apenas pouco mais de um ano depois de Quincio e Abrilina casarem, os filhos de Bernardina e Domingos reforçavam os profundos laços que os uniam a Joaquim.

Tanto Bernardino Braúlio quanto Luiz Felipe, durante a Revolução Farroupilha, receberam promessas do pai de estudos no Rio de Janeiro, um desejo manifesto também

³⁷⁹ NEVES, Ilka. *Domingos José de Almeida e sua descendência*. Porto Alegre: EDIGAL, 1987. p. 39.

³⁸⁰ CORSETTI, Berenice. *Estudo da charqueada escravista gaúcha no século XIX*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1983. (dissertação de mestrado) p. 137-138.

³⁸¹ NEVES, Ilka. *Domingos José de Almeida e sua descendência*. Porto Alegre: EDIGAL, 1987. p. 40-41.

por Bernardina³⁸². Apesar de sua educação ter sido a melhor possível, restringiu-se à permanência em Pelotas e parece ter determinado o âmbito local de sua atuação, o primeiro como charqueador e o segundo como tabelião, o que lhes garantia uma posição financeira confortável, mas que não permitia almejar posições numa dimensão provincial. Junius Brutus e Epaminondas Piratinino alcançaram melhor sucesso em suas trajetórias, apesar de apenas o segundo haver chegado a um curso superior.

Junius Brutus se tornou charqueador como o pai e depois adquiriu uma estância em Uruguaiana denominada São Sebastião³⁸³ com área de 7.104 hectares³⁸⁴. Suas ligações com um espectro político provincial passavam pelo seu casamento com Maria Joaquina Lopes, filha do Visconde da Graça João Simões Lopes e sobrinha do deputado geral Ildefonso Simões Lopes e atingiam maior projeção em sua atuação como Coronel da Guarda Nacional. Junius Brutus transitava entre a campanha e o litoral, e alternava sua atuação a partir desta transumância e provavelmente foi a capacidade de articular interesses entre estes dois mundos que possibilitou dentre os irmãos, ele fosse o que acumulou a maior fortuna, fazendo parte da elite mesmo após o declínio da atividade charqueadora.

O cargo na Guarda Nacional parece ter superado a carência de um curso superior e o inserido na elite provincial. Assim como seu pai, Junius atingiu a distinção alcançando um posto que o manteve civil, mas que lhe deu largos poderes de exercício militar em momentos de crise, e fundamentalmente poderes políticos³⁸⁵. Ao mesmo tempo ligado à rede dos Rodrigues Barcellos e autônomo a ela – diferente, por exemplo, de seu irmão Luiz Felipe que ampliou sua inserção nesta – Junius Brutus teve maior

³⁸² AHRS. *Anais do Arquivo Histórico do RS*. Vol 3. *Coleção Varela*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978-1979. CV- 636, p. 100-102.

³⁸³ NEVES, Ilka. *Domingos José de Almeida e sua descendência*. Porto Alegre: EDIGAL, 1987. p. 44.

³⁸⁴ Corresponde a 71.040.000 m².

³⁸⁵ Para uma discussão do papel que a Guarda Nacional tinha na projeção política: VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a paróquia e a Corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)*. Porto Alegre: PPG-História UFRGS, 2007. (Dissertação de Mestrado)

possibilidade de manejar seus recursos, certamente ancorado na rede familiar influente que adquiriu com o casamento, mas também se amparando na extensa rede de contatos do pai. Mas sua atuação se restringiu por extenso tempo como articulador, apresentando apenas em 1878 uma candidatura a vereador em Pelotas, onde atuaria por dois mandatos³⁸⁶.

Epaminondas Piratinino usufruiu das melhores condições financeiras de sua família para sua formação. Graduado advogado na turma de 1870 da Faculdade de Direito de São Paulo, participou da organização do Partido Republicano e foi eleito Deputado Federal, mas negou-se a assumir o cargo³⁸⁷. Casou-se com Vicência Fagundes, filha de um correligionário político de seu pai em Bagé, transitando como seu irmão entre a região da Campanha e o litoral. Recusou diversos cargos públicos, antes de aceitar o cargo de Delegado de Polícia em Pelotas, preferindo alternar sua atuação política como articulador e como figura pública, sucedendo seu mandato de Deputado Provincial aos arranjos do Clube Abolicionista que fundou e do qual foi o primeiro presidente.

Tanto Junius Brutus quanto Epaminondas Piratinino marcaram sua atuação política conjugando uma atuação local bastante pronunciada com uma atuação provincial como articuladores. Essa atuação em dupla dimensão garantia acesso a campos de recursos diversificados e ao mesmo tempo, proteção contra reveses localizados³⁸⁸. A experiência de Domingos José de Almeida certamente foi decisiva para tal percepção acompanhar seus filhos. O retorno a Pelotas foi acompanhado de um progressivo regresso às atividades na Câmara Municipal, onde foi possível recompor sua posição na rede social local. Compondo comissões de obras, Domingos trabalhou

³⁸⁶ NEVES, Ilka. *Domingos José de Almeida e sua descendência*. Porto Alegre: EDIGAL, 1987. p. 45-46.

³⁸⁷ Op. cit. p. 119-120.

³⁸⁸ CERUTTI, Simona. "Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII." in: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, p. 192-193.

incessantemente em prol dos interesses que representava, como quando acompanhou a elaboração do projeto da ponte sobre o Rio Piratini, atividade em que estava envolvido quando de sua primeira eleição para a Câmara. Aliás, participou da retomada de outros projetos semelhantes, como o de uma estrada que interligasse a cidade com a região da Campanha, e especialmente o da transferência do cemitério.

A mudança do cemitério fazia parte de um projeto maior de reorganização urbana de Pelotas no momento, que incluía a construção de prédios públicos mais amplos e condizentes com a posição econômica de seus prósperos habitantes e especialmente a higienização da área central. Dentro deste mesmo panorama encontra-se um dos maiores investimentos da elite cidadina, no qual os Rodrigues Barcellos estiveram particularmente empenhados, a construção do Hospital da Santa Casa de Misericórdia. Iniciativa da Irmandade do Santíssimo Sacramento em 1847, a Santa Casa contou com a colaboração financeira de diferentes membros desta rede familiar, como a doação do terreno pelo Dignitário José Rodrigues Barcellos, que se tornaria seu primeiro provedor, tarefa na qual foi seguido pelo seu irmão Boaventura Rodrigues Barcellos. O filho deste último, o Dr. Miguel Rodrigues Barcellos seria o primeiro médico chefe do recém fundado hospital e curiosamente, seu título de Pai dos Pobres acompanharia seu agraciamento como Barão de Itapocai. Mais uma vez os Rodrigues Barcellos investiam em espaços que permitissem que sua posição de beneméritos locais se consolidasse.

Domingos não esteve alheio a esta estratégia. Sua participação na comissão que tratou da mudança do cemitério para outro sítio foi cercada de acusações de favorecimento de Dona Ana Bernarda da Cunha, a viúva do Dignitário José Rodrigues Barcellos. Os altos valores da desapropriação do terreno escolhido e o próprio fato da opção por tal lote ao invés de outros sugeridos – inclusive um que pertencia a

municipalidade – somados ao fato notório de que Almeida além de parente da proprietária era devotado amigo de seu falecido marido circulavam nos jornais locais como parte das denúncias que atacavam o projeto³⁸⁹. Fundamentado nos laudos médicos que indicavam que o terreno de Dona Ana Bernarda era o único próprio para a construção, a Câmara por fim decidiria por esta proposta.

É importante atentar ao fato já exposto anteriormente da posição privilegiada dos terrenos do casal, que havia se convertido em um dos mais lucrativos negócios com o crescimento da cidade. Certamente a localização do novo cemitério contribuiu para o direcionamento da expansão urbana, influenciando no número crescente de vendas realizadas durante a década de 1850. Domingos José de Almeida participou deste conjunto familiar, colaborando de forma particular com o crescimento dos recursos, demonstrando que a diversificação de ocupações e posições políticas era uma estratégia bastante funcional empregada por este grupo, em semelhança a outros da elite política provincial³⁹⁰.

A combinação desta atuação local com o papel de mediador num âmbito provincial também era compartilhada dentro deste conjunto. Importante observar como a contribuição poderia ser mais completa tanto mais diferenciada fosse a posição ocupada. O caso de Israel Rodrigues Barcellos pode ser bastante exemplar. Nas primeiras eleições para Deputado Geral disputadas após o fim da Revolução Farroupilha, Domingos defendeu sua candidatura como um dos seus aliados. Israel Rodrigues Barcellos neste momento ainda se encontrava próximo aos liberais, porém nos anos seguintes passaria ao lado dos conservadores. É complicado determinar os motivos da mudança de seu comportamento político, mas é possível que as dificuldades enfrentadas pelos antigos farroupilhas para ampliar ou mesmo manter o poder político

³⁸⁹ BIBLIOTECA RIO-GRANDENSE. *Jornal O Pelotense*, tomo único, nº 28. 21 fev 1852. fl 1.

³⁹⁰ VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a paróquia e a Corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)*. Porto Alegre: PPG-História UFRGS, 2007. (Dissertação de Mestrado) p. 48-59.

tenham influenciado. Sua mudança de postura política não decorreu numa quebra de confiança – o que poderia ter propiciado uma estagnação de sua carreira política ao contrário, parece tê-la estabilizado – garantindo que Israel Rodrigues Barcellos atingisse a extraordinária marca de vinte e um mandatos como Deputado Provincial, além de Deputado Geral (148/1849-1861/1864) e Vice-presidente da província ³⁹¹.

De toda forma, sua opção individual não impactou negativamente o quadro geral da rede dos Rodrigues Barcellos, que possuía uma diversificação de atuações políticas que garantia uma amplitude grande no acesso ao poder. Ao contrário, a complementou ampliando a atuação desta rede junto aos conservadores, antes bastante bem representada pelo pai de Israel, Boaventura Rodrigues Barcellos. Aliás, é muito próximo ao momento em que o pai começa a se retirar da vida política que Israel passa ao lado dos conservadores, o que pode indicar também a aspiração de partilhar da herança política que de outra forma grassaria apenas o prestígio de seu meio-irmão Dr. Miguel Rodrigues Barcellos. E se Israel antes herdava o prestígio de seu tio José Rodrigues Barcellos, liberal que fora o primeiro representante local no Conselho Geral da Província, ele agora poderia ser completamente relegado à Domingos José de Almeida, que assumia o posto de defensor maior deste campo político dentre a rede familiar. Recurso menor naquele momento, o histórico de liberal e, especialmente, o de revolucionário ficou concentrado em um indivíduo.

O patrimônio maior que estes indivíduos puderam constituir certamente estava ligado aos recursos sociais que acumularam ao longo dos anos, e o acesso a diferentes espaços de poder. E a capacidade de se apropriar deste patrimônio parece ter constituído diferentes mecanismos, e mais ainda pode ter criado formas de ampliação e manutenção deste patrimônio, consolidando o prestígio individual em herança partilhável e extensiva

³⁹¹ MAGALHÃES, Mário Osório. *Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a cidade de Pelotas (1860-1890)*. Pelotas: UFPel/Livraria Mundial, 1993. p. 265.

a mais de uma geração. O citado caso da construção da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas é um exemplo do sucesso deste mecanismo, permitindo que ao longo do século XX os descendentes de Miguel Rodrigues Barcellos usufruíssem do prestigioso título de beneméritos de tal instituição. Mas houve outros instrumentos empregados com esta única finalidade que podem ilustrar melhor a constatação.

Em 20 de setembro de 1884 os republicanos de Pelotas decidem pela construção de um obelisco no Areal – localidade no subúrbio da cidade - em homenagem à Domingos José de Almeida. Neste monumento composto por uma coluna de granito contando 8 metros de altura encontra-se o brasão da República Riograndense, a memória do maior feito do ilustre cidadão³⁹². Idealizado pelos esforços de Álvaro Chaves, descendente de Antônio Gonçalves Chaves, a obra foi inaugurada num momento em que Epaminondas Piratinino de Almeida retornava à Pelotas depois de seu mandato como Deputado Provincial na legislatura de 1879/1880 e se tornava o principal quadro do partido Republicano³⁹³. Epaminondas ficaria conhecido também pelas pesquisas empreendidas para escrever uma nunca concluída história da Revolução de 1835, que incluíram a coleta de depoimentos dos farroupilhas sobreviventes naquele fim de século XIX³⁹⁴, transformando o que para a geração anterior era um recurso menor, apesar de não desprezível, em patrimônio político a ser cultivado e ampliado.

Em 1921 a Intendência Municipal inaugurou outra homenagem à Domingos José de Almeida, esta proposta por um dos biógrafos deste, o Dr. José Zeferino da Cunha, amigo de Cássio Brutus de Almeida, neto do homenageado. Não por acaso foi durante

³⁹² CUNHA, José Zeferino da. *Apontamentos para a história da revolução de 1835. Biografia de Domingos José de Almeida*. Pelotas: Tipografia da Livraria Americana, 1902. p.32.

³⁹³ NEVES, Ilka. *Domingos José de Almeida e sua descendência*. Porto Alegre: EDIGAL, 1987. p. 21;119.

³⁹⁴ O núcleo que deu origem ao AHRS, a chamada Coleção Varela é composta pelos documentos que Domingos José de Almeida recolheu e com os quais tencionava escrever a história da Revolução Farroupilha e que chegaram às mãos de Alfredo Varela através do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. As indicações levam a crer que Epaminondas Piratinino tenha sido um dos intermediadores.

uma das cinco gestões de Cipriano Corrêa Barcellos, filho do segundo casamento de Cipriano Joaquim Rodrigues Barcellos, que a iniciativa da construção da herma – busto – em homenagem à Almeida foi realizada. O obelisco foi uma iniciativa quase que privada, realizada nas terras do espólio do próprio Almeida, numa estrada utilizada no trânsito das charqueadas, onde a movimentação era quase que restrita aos mesmos passantes. A herma foi erguida na praça principal da cidade e ainda hoje segue em frente ao principal prédio do poder municipal, num espaço nobre.

Cipriano Corrêa Barcellos comporta em sua trajetória um padrão que muito o aproxima de Epaminondas. Engenheiro graduado, também participou da organização do Partido Republicano, e viveu sua infância entre Pelotas e Bagé, onde estavam as propriedades da família de sua mãe, Ana Corrêa da Silva, filha de criadores de gado abastados³⁹⁵. A ligação entre ambos remete à permanência e reprodução daquela ligação já verificada dentro da rede dos Rodrigues Barcellos para Almeida e Cipriano Joaquim. Mas possibilita, acima disso, a percepção de que o legado imaterial concentrado em um indivíduo pode ser ampliado e redistribuído entre os integrantes da rede num espaço de tempo que aqui não supera duas gerações, conforme a capacidade de valorização adquirida.

O mesmo processo não ocorreu com o patrimônio material de Domingos José de Almeida. A decisão de não inventariá-lo evitando a divisão das propriedades não foi o suficiente para garantir que a unidade produtiva se mantivesse rentável. A crise que abateu a produção charqueadora ao fim do século XIX fechou o estabelecimento em algum momento entre 1874, ano em que Bernardino assumiu a gerência estabelecimento, e 1919 quando é feito o título de bens do inventário. Ainda na década de 1870, logo após a morte de Almeida, as transformações na produção de gado e a

³⁹⁵ NEVES, Ilka. *Adélia da Câmara Barcellos: genealogia e história*. Pelotas: EdUFPEL, 1997. p.11-112.

concorrência com a produção uruguaia levaram Epaminondas a escrever ao irmão Junius Brutus consultando sobre a venda da propriedade. Teve resposta enérgica de que tal possibilidade seria desprezar os esforços do pai que empregara todas as suas forças em manter o estabelecimento.

Provavelmente para Junius Brutus a charqueada fosse mais importante como signo de pertencimento à elite que para Epaminondas. Enquanto este estava ligado a uma dinâmica que privilegiava a condição de bacharel para a atuação política, o irmão mais velho tinha todas as suas relações profundamente enraizadas no mundo dos charqueadores. Junius Brutus empreendeu uma verdadeira remodelação da sua própria charqueada comprada do tio Jacinto – a mesma que havia sido de seu avô Bernardino – importando maquinário da Itália e aprimorando as técnicas de produção, introduzindo o sistema platino no desbaste da carne. O investimento de 400 contos de réis pode ser considerado na mesma ordem da importância que atribuía à permanência na condição de charqueador, e muito superior a legítima a que tinha direito, por exemplo, na herança de seus pais, se considerarmos como base o valor declarado por sua irmã Custódia, como sendo de dez a doze contos de réis.

Ainda resta uma segunda interpretação sobre a discussão empreendida entre Epaminondas e Junius Brutus pela venda ou não da charqueada que pertencera a seu pai. Ambos possuíam as melhores posições dentre seus irmãos e apenas isso justifica que coubesse a ambos liderar as decisões sobre o espólio. Junius Brutus e Epaminondas tinham condições de não apenas conduzir a questão como disputar a condição de centro de uma pequena rede familiar, aquela que havia se constituído entre os descendentes de Domingos José de Almeida. Ao que parece, a indivisibilidade dos bens favorecia muito Junius Brutus que usufruía do antigo sistema de cooperação entre as propriedades

contíguas, enquanto impedia a transformação do espólio em valores monetários que poderiam ser melhor empregados por Epaminondas Piratinino.

A indivisibilidade dos bens atravessaria mais de meio século. Quando em 1923 o terceiro filho de Bernardino Bráulio de Almeida, cansado de esperar que fosse finalmente concluído o inventário do avô, resolveu vender seus direitos de herança para Miguel Arcanjo Galli, apenas a olaria ainda funcionava nas terras do que fora antes o estabelecimento de Domingos José de Almeida³⁹⁶. Muitos herdeiros haviam construído casas na área e viviam de rendas da extração de barro e produção de cerâmicas, mas de forma bastante desorganizada, o que levaria a municipalidade a realizar leilões de parcelas dos terrenos arrolados no inventário.

Galli reclamaria judicialmente em diversas ocasiões que os herdeiros não prestavam contas ao espólio das rendas obtidas na produção de cerâmica e que exigiam dele o pagamento de parte das dívidas de impostos que se acumulavam. Em uma determinada ocasião em 1835 decidiram que a parcela de terreno a ser leiloada deveria ser a ocupada por Galli, o que não foi realizado por embargo judicial. Miguel Arcanjo Galli rompeu com a lógica de manutenção da unidade produtiva, quando esta nem mais existia, a não ser para os herdeiros, que ainda reproduziam a lógica de seus antepassados, transformando os terrenos que compunham o legado como reserva comum.

Encerrado o Antigo Regime, suas velhas práticas permaneceram. Os descendentes de Domingos José de Almeida acabaram por nunca realizar a partilha de seus bens imóveis, protelando a divisão de uma unidade produtiva que não mais existia. O projeto familiar de longo prazo teve efeitos diversos segundo a capacidade dos herdeiros de administrarem os recursos que receberam. E se não foi importante acessar

³⁹⁶ 3ª VARA CÍVEL DE PELOTAS. Inventário de Domingos José de Almeida. Processo nº 022/1.05.01.465.791. Cartório de Órfãos e Provedoria, 1915-1961.

os recursos financeiros que poderiam ser angariados com venda da charqueada, podemos avaliar que os outros recursos legados aos filhos que teve com Bernardina Rodrigues Barcellos foram capazes de prover não apenas a subsistência, além disso a permanência dentro do círculo da elite local. E acrescidas as habilidades individuais, alguns alcançaram a elite provincial, tão desejada pelo pai.

Conclusão

A trajetória do casal Domingos José de Almeida e Bernardina Rodrigues Barcellos pode ser ilustrada por dois eventos. O primeiro, a festa promovida em 15 de outubro de 1822 pela independência do Brasil. O segundo, as articulações para o recrutamento de homens para a Campanha do Uruguai em 1851. Em ambos, Domingos José de Almeida não conta com Bernardina Rodrigues Barcellos, no primeiro, por que ainda não havia se celebrado o matrimônio entre ambos, na segunda, por que esta já havia falecido. Mas é a passagem do tempo, a união de ambos e a decorrente transformação das redes sociais que permite que na comparação entre um e outro momento surja a presença do casal. No primeiro momento, Almeida tencionava se inserir na elite da povoação, no segundo, exerce sua posição como forma de manter-se dentro de tal grupo e com isso, relacionar-se com a elite provincial e com o Império.

Ao adentrar a rede familiar dos Rodrigues Barcellos, Domingos José de Almeida fixou seus recursos localmente, transformando uma extensa rede de contatos comerciais em parte do patrimônio relacional comum. O compartilhamento dos recursos, reclusos ao indivíduo – o que significa que condicionados à sua presença – permitiu que a

diversificação produtiva da rede também se ampliasse numa diversificação de relações sociais. O que surge em relevo sobre o grupo social em que estes indivíduos estiveram imersos é a permanente necessidade de reforço e renovação das relações interpessoais em diferentes campos de atuação, exigindo a sobreposição de matrimônio, compadrio, sociedades comerciais e alianças políticas. A convivência entre relações menos estáveis e mais distantes, como as do comércio e relações estáveis e próximas, como as geradas dentro do núcleo familiar, completava o quadro de obrigações recíprocas e de negociação dos conflitos, permitindo que diferenças entre os interesses fossem acomodadas num arranjo social cumulativo ao grupo. A prática política interna às redes analisadas comprova tal afirmação, demonstrando que a presença de diferenças era reorganizada a partir dos diferentes compromissos que ligavam os indivíduos diretamente ou colateralmente dentro do grupo.

Assim, é possível entender as posturas políticas de um homem como Domingos José de Almeida, que particularmente parecia ter muito a perder ao ingressar nas fileiras farroupilhas. Suas atividades de comerciante, as mesmas que o levaram a se estabelecer na então Freguesia de São Francisco de Paula, seriam seriamente afetadas pela Revolução Farroupilha, não apenas pela débâcle geral provocada por um conflito armado civil, mas por significar um rompimento com o grupo mercantil do Rio de Janeiro. Os motivos que desencadearam a revolta eram um contraponto aos interesses do grupo originário de Almeida. Mas os anos que o separavam de sua chegada como caixeiro viajante renderam relações que a muito o haviam distanciado desta origem. Os interesses a serem defendidos eram aqueles da rede social em que se baseavam as relações mais sólidas, aquelas mesmas relações que implicavam em obrigações cotidianas, uma rede social com uma predominância familiar. Por outro lado, as possibilidades de conquistar um espaço privilegiado dentro desta rede social, uma

posição menos marginal e capaz de angariar melhores recursos, estavam condicionados à capacidade de acumular recursos externos que revertissem em ascensão para o conjunto desta. A necessidade de lidar com esta dupla dimensão, em que o que é interno à rede e o que é externo a ela se conjugam, pode explicar as escolhas de Domingos e Bernardina.

O momento do ciclo de vida destes indivíduos também contribuiu significativamente para a composição de tal quadro. Bernardina Rodrigues Barcellos era a primogênita dentre dez filhos, nem todos nascidos ainda quando se casou. Seus pais viveriam por muitos anos e o acesso ao patrimônio deles estava condicionado a proximidade de sua presença, permitindo o conjunto de alianças e cooperações que encontramos naquele núcleo familiar, ou excluindo-a até o acesso que o inventário permitiria. Combinado a isso a condição de gênero diferenciava as opções de Bernardina em relação a seus irmãos, que tiveram a possibilidade de manter tal proximidade com os pais apesar de estabelecerem negócios ao sul da fronteira, no Uruguai. As peculiaridades das escolhas destes indivíduos nos permitem perceber qual a amplitude das possibilidades a eles oferecidas ou por eles construídas, e qual a sua capacidade de constituir maior ou menor mobilidade, na elaboração de um tecido social complexo.

E dentro desta trama encontramos a necessidade de mensurar a partir de parâmetros internos às relações dimensões que aparentemente estariam estabelecidas externamente, como o local e o nacional, ou a Província e o Império. De forma alguma é possível declarar como extintas estas dicotomias, mas é possível reavaliá-las e especialmente redimensioná-las, e perceber como compõem inclusive dos mecanismos manejáveis pelos indivíduos. Sob o prisma das relações interpessoais, a paróquia eleitoral pode se estender até um país vizinho e não deixar de ser somente a paróquia

eleitoral, da mesma forma que o Império pode se reduzir à Província, mas ainda assim se manter Império. As ligações dos indivíduos têm a capacidade de permitir que se vislumbrem os diálogos entre duas posições como a negociação dos recursos que cada interlocutor tem a oferecer ou a corresponder sem, contudo impedir que se anulem os lugares de onde ambos exercem tais competências. É assim quando Almeida negocia com José Mariano de Mattos, Ministro do Império e antigo companheiro farrapo.

Este conjunto acumulado ao longo da vida permitiu que, diferente de 1822 quando financiou de próprio bolso a festa, em 1851 Domingos José de Almeida negociasse algum ganho ao seu patrimônio. Garantiu o posto militar do filho Luiz Felipe e ainda, administrou o antigo patrimônio adquirido ao longo da vida, ao exercer o recrutamento de homens para as tropas da Campanha do Uruguai. Esse conjunto de recursos acumulados ao longo da vida permitia que mesmo quando suas escolhas fossem derrotadas, Almeida garantisse sua permanência como parte daquele grupo de elite local. Assim, mesmo após sua morte, Bernardina Rodrigues Barcellos seguia presente, garantindo ao patrimônio relacional do casal a eficácia da rede familiar no que dizia respeito à estabilidade e segurança proporcionada pelas possibilidades de cooperação. Indivisível como o patrimônio financeiro, o conjunto relacional poderia ser administrado e talvez ampliado, mas não dissociado das figuras do casal, lição compreendida por parte dos seus filhos. A necessidade de reprodução de ambos os nomes associados reflete o poder que estas trajetórias nutrem conjuntamente, impossibilitando sua dissociação numa análise das relações sociais. Seria impossível analisá-las separadamente, tanto quanto a pena de Domingos José de Almeida afirma a tristeza em estar separado da esposa, como numa metáfora daquela organização social, onde família, política e negócios se combinam.

Fontes manuscritas:

APERS.

Inventário de Boaventura Rodrigues Barcellos. Pelotas, nº 409, M. 28. Cartório de Órfãos e Provedoria, 1856.

Inventário de Albana dos Santos Barcellos. Pelotas, nº 406, M. 28. Cartório de Órfãos e Provedoria, 1856.

Inventário de Bernardino Rodrigues Barcellos. Pelotas, nº 430, M. 29. Cartório de Órfãos e Provedoria, 1857.

Inventário de Inácio Rodrigues Barcellos. Pelotas, nº 55, M. 36. Cartório de Órfãos e Provedoria, 1863.

Inventário de Boaventura Silva Barcellos. Pelotas, nº 572, M. 37. Cartório de Órfãos e Provedoria, 1864.

Inventário de Maria Francisca da Conceição Barcellos. Pelotas, nº 586, M. 37. Cartório de Órfãos e Provedoria, 1864.

1º Tabelionato de Pelotas. Transmissões e Notas. Livros nº1 a 13; Procurações. Livro único.

2º Tabelionato de Pelotas. Transmissões e Notas. Livros nº1 a 8.

BIBLIOTECA NACIONAL.

Catálogo de Manuscritos.

Fundo: Documentos Biográficos. C-0054, 001-005.

MITRA DIOCESANA DE PELOTAS.

Livros de batismo nº1 a 4 da Igreja Matriz São Francisco de Paula.

Livro de Casamento nº1 e 2 da Igreja Matriz São Francisco de Paula.

BIBLIOTECA PÚBLICA PELOTENSE.

Apontamentos da Seção Demográfica da Intendência. (1853)

Atas da Câmara da Villa de São Francisco de Paula. Livro 1. 1832-1835.

Documentos Avulsos: seção Biográfica.

COMARCA DE PELOTAS.

3ª VARA CÍVEL DE PELOTAS. Inventário de Domingos José de Almeida. Processo nº 022/1.05.01.465.791. Cartório de Órfãos e Provedoria, 1915-1961.

Fontes impressas:

ALMEIDA, Domingos Jose de. *O Cidadão Domingos Jose de Almeida a Seus Compatriotas*. Porto Alegre: Comissão Executiva do Sesquicentenário Revolução Farroupilha, 1986.

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Anais. Volumes 2 e 3. Coleção Varela*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978-1979. CV-162 a CV-2128.

AZEREDO, Francisco de Paula. “Em trânsito pelo Rio Grande do Sul em 1816 (notas de viagem)”. *Província de São Pedro*, nº21. Porto Alegre: Editora Globo, 1957.

CHAVES, Antônio José Gonçalves. *Memórias econômico-políticas sobre a administração pública do Brasil*. 4ª ed. São Leopoldo: Editora da Unisinos, 2004.

COUTINHO, Dom José da Silva. “Diário de Viagem”. (inédito). Transcrito em RUBEM NEIS, “Pelotas em 1815”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 8, jul, 1972.

CUNHA, José Zeferino da. *Apontamentos para a história da revolução de 1835. Biografia de Domingos José de Almeida*. Pelotas: Tipografia da Livraria Americana, 1902.

DREYS, Nicolau. *Notícia Descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. Rio de Janeiro: J. Villneuve &Comp., 1839.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – Censos do RS 1803-1950*. Porto Alegre: FEE/Museu de Comunicação Hipólito José da Costa, 1981.

MARTINS, Liana B., MIRANDA, Márcia E., SILVA, Viviane O. (org.) *Bento Gonçalves da Silva: atas, propostas e resoluções da Priemira Legislatura da Assembléia Provincial (1835-1836)*. Porto Alegre: assembléia Legislativa do Estado do RS, 2005.

MUSEU E ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Documentos Interessantes para o Estudo da Grande Revolução de 1835-1845*. 1º volume. O Povo (Edição fac-simile da colecção completa). Porto Alegre: Livraria do Globo, 1930.

NEVES, Ilka. *Adélia da Câmara Barcellos: genealogia e história*. Pelotas: EdUFPEL, 1997.

_____. *Domingos José de Almeida e sua descendência*. Porto Alegre: EDIGAL, 1987.

ROSA, Othelo. *Vultos da Epopéia Farrroupilha*. Porto Alegre: Globo, 1935.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul : 1820-1821*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

Bibliografia:

AMORIM, Maria Norberta. “Reprodução Biológica e reprodução social: Comportamentos diferenciais oitocentistas nas Lajes do Pico”. IN: *Revista de Demografia Histórica*. Saragoça: XII-I, segunda época, 2004. p.43-76.

BARBOSA, Carla Adriana da Silva. “Guerra, família e correspondências (elite farroupilha, 1835-1845)” In: *Anais do IX Encontro Estadual de História*. Porto Alegre: [Recurso eletrônico], 2008. Disponível em: http://www.eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1212158573_ARQUIVO_ArtigoANPUH08.pdf

BERUTE, Gabriel Santos. “Negócios em tempos de guerra: apontamentos iniciais sobre a atividade mercantil durante a Guerra dos Farrapos.” In: *Anais do IX Encontro Estadual de História*. Porto Alegre: [Recurso eletrônico], 2008. Disponível em: http://www.eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1212333692_ARQUIVO_BERUTE_texto_ANPUHrs-2008.pdf

BETEMPS, Leandro Ramos. “Aspectos da colonização Francesa em Pelotas.” In: *História em Revista*, Universidade Federal de Pelotas, v.5, dez.1999, p.117-135.

BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BOBBIO, Norberto. “Elites, teoria das”. (verbetes) BOBBIO, MATEUCI, PASQUINO. *Dicionário de política*. 5ª ed., Brasília: UNB, 1993. pp. 385-391.

BURKE, Peter. *Veneza e Amsterdã. Um estudo das elites no século XVII*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial e Teatro de Sombras: a política Imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASSOL, Arnaldo Luiz. *Caçapava: Capital Farroupilha*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.

CASTRO, Hebe. “História Social”. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. pp. 45-59.

CHIARAMONTE, José Carlos. *Ciudades, provincias, Estados: Orígenes de la Nación Argentina (1800-1846)*. Buenos Aires: Espasa Calpe, 1997.

COLUSSI, Eliane Lúcia. *A Maçonaria Gaúcha no século XIX*. Passo Fundo: Ed.UPF, 2003.

COMISSOLI, Adriano. *Os “homens bons” e a Câmara de Porto Alegre (1767-1808)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense. PPG - História Moderna, 2006 (dissertação de Mestrado).

_____. “Certezas baseadas em rumores: o desafio metodológico da reconstrução de redes sociais por meio de processos de habilitação matrimonial (Rio Grande de São Pedro, séculos XVIII e XIX).” In: *Anais do IX Encontro Estadual de História*. Porto Alegre: [Recurso eletrônico], 2008. Disponível em: http://www.eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1212327294_ARQUIVO_ComissoliComunicacaoANPUH2008.pdf

CORSETTI, Berenice. *Estudo da charqueada escravista gaúcha no século XIX*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1983. (dissertação de mestrado)

COSTA, Dora Isabel Paiva da. “Formação de Famílias Proprietárias e Redistribuição de Riqueza em Áreas de Fronteira: Campinas, São Paulo, 1795-1850. In: *História Econômica e História de Empresas*, vol. VII, nº2. jul-dez.2004.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Grijalbo, 1977.

DACANAL, José Hildebrando (org.). *Revolução Farroupilha: história e interpretação*, Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

DIAS, Maria Odila Silva. "A interiorização da Metrópole(1808-1853)" in: MOTA, Carlos Guilherme(org.). *1822: Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972. p. 135-178.

FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento. Fortuna e Família no Cotidiano Colonial*.Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. PPG – História Social, 2007 (tese de Doutorado).

FLORES, Moacyr. *Modelo Político dos Farrapos: as idéias políticas da Revolução Farroupilha*. 4ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2002.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. "Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica". In: *Topói*, Rio de Janeiro, set. 2002. p. 41-70.

_____. *Homens de Grossa Ventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre e seu comércio*. Porto Alegre: Associação Comercial de Porto Alegre, 1983.

FURTADO, Junia Ferreira. *O livro da Capa Verde: o regimento diamantino e a vida no Distrito Diamantino no período da Real Extração*. 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2008.

GINZBURG, Carlo. PONI, Carlo. “O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico”. In: _____. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1989.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia da Letras, 1987.

_____. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In.: _____. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. *Relações de Força: história, retórica e prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. “Federação ou Confederação? Visões do federalismo na imprensa da República Rio-Grandense.” In: *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História*. São Leopoldo: [Recurso eletrônico], 2007.

_____. “O Rio Grande de São Pedro na primeira metade do século XIX: estados Nações e Regiões-províncias no Rio da Prata.” In: GRIJÓ, Luiz Alberto et al. (org.)

Capítulos de história do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
91-119.

_____. *O Horizonte da Província: a República Riograndense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. Rio de Janeiro: UFRJ-PPGH, 1998. (Tese de Doutorado)

_____. “O Rio Grande do Sul na contracorrente da história.” In: *Vidya*. Santa Maria, n. 24, p137-151, jul./dez. 1995. p. 139-151.

GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independências. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. 3ª ed. México: FCE/MAPFRE, 2001.

GUTFREIND, Ieda. *A Historiografia Rio Grandense*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1992.

GUTIERREZ, Ester J. B. *Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço pelotense*. Pelotas: Ed. Universitária/UFPEL, 2001.

HAMEISTER, Martha Daisson. *Para dar calor à nova povoação: Estudo sobre Estratégias Sociais e Familiares a partir dos Registros Batismais da Vila do Rio Grande*. Rio de Janeiro: Programa de Pós Graduação em História Social/UFRJ, 2006.
(tese de doutorado)

HEINZ, Flávio (org.) *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

_____. “Considerações acerca de uma história das elites”. In: *Logos*. Canoas: Ulbra, v. 11, nº 1, maio, 1999.

HOBBSAWN, Eric. “O que os historiadores devem a Karl Marx.” In: _____. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KLAFKE, Álvaro Antonio. *O império na província: construção do Estado nacional nas páginas de O propagador da Indústria Rio-grandense - 1833-1834*. Porto Alegre: Programa de Pós Graduação em História, UFRGS, 2006. (dissertação de mestrado)

_____. “Pelo Império, contra os farrapos: a centralização em construção desde a província” In: *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História*. São Leopoldo: [Recurso eletrônico], 2007. Disponível em: <http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Alvaro%20Antonio%20Klafke.pdf>

KÜHN, Fábio. *Gente da Fronteira: Família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa – século XVIII*. Niterói: Universidade Federal Fluminense. PPG - História Moderna, 2006 (tese de Doutorado).

_____. “Gente da Fronteira: sociedade e família no sul da América portuguesa – século XVIII.” In: GRIJÓ, Luiz Alberto et al. (org.) *Capítulos de história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p.47-74.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: _____. *História e Memória*. 5ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LEITMAN, Spencer. *Raízes Sócio Econômicas da Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

LESSA, Barbosa. *Domingos José de Almeida*. Porto Alegre: Tchê/RBS, 1985.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. "Usos da biografia." In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

_____. "Un Problema di Scala". In: VVAA, *Dieci interventi sulla Storia Sociale*. Turim: Rosenbeg & Sellier, 1981.

_____. "Sobre a micro-história". In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

LIMA, Henrique Espada. *A micro-história italiana: Escalas, Índícios e Singularidades*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 528 p.

MAGALHÃES, Mário Osório. "Artigo". *Diário Popular*, Pelotas, 07.jul.2006. p.02. Disponível em: < http://www.diariopopular.com.br/07_07_06/artigo.html>. Acesso em 20.out.2006.

MAGALHÃES, Mário Osório. “Artigo”. *Diário Popular*, Pelotas, 07.jul.2006. p.02.
Disponível em: <http://www.diariopopular.com.br/09_10_05/mario_osorio_magalhaes.html> . Acesso em 07.maio.2008.

_____. *Pelotas: Toda a Prosa*. Vol1. Pelotas: Armazém Literário, 2000.

_____. *Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a cidade de Pelotas (1860-1890)*. Pelotas: UFPel/Livraria Mundial, 1993.

MALUF, Marina. *Ruídos da memória*. São Paulo: Siciliano, 1995.

MATEO, José. *Población, parentesco y red social em la frontera. Lobos (Província de Buenos Aires) en el siglo XIX*. Mar del Plata: Universidad Nacional de Mar del Plata/GIHR, 2001.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. 5ª ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MAUSS, Marcel. “Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas.” In: *Sociologia e Antropologia*, vol 2. São Paulo: EPU/Edusp, 1974.

MELLO, Evaldo Cabral de. “Dezessete: a maçonaria dividida” In: *Topói*, Rio de Janeiro, mar. 2002. p. 09-37.

MIHAELY, Gil. *Masculinités: Corps, pouvoir et nature*. Conferência proferida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 22 de março de 2006.

MONTEMEZZO, Laura Ferrari. “A Irmandade do Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre e seus Membros: um Estudo Prosopográfico (1774-1780).” In: *Revista Historiar*. Porto Alegre: [Recurso Eletrônico] 2008. Disponível em: http://www.revistahistoriar.com/files/a_irmandade_do_santissimo_sacramento_e_nossa_senho.pdf

MONTERO, Raquel Gil. “Métodos, modelos y sistemas familiares o historia de la familia?” In: *Familia y Diversidad en América Latina. Estudios de casos*. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Setembro 2007. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/robichaux/04-Montero.pdf> Acesso em 06 set.2007.

MOREL, Marco. “Papéis incendiários, gritos e gestos: a cena pública e a construção nacional nos anos 1820-1830.” In: *Topói*, Rio de Janeiro, mar. 2002. p. 39-58.

NICOLAZZI, Fernando. *O conceito de experiência histórica e a narrativa historiográfica*. Porto Alegre: Curso de Pós Graduação em História, UFRGS, 2004. (dissertação de mestrado)

OSÓRIO, Fernando. *A cidade de Pelotas*. Volume 1. 3ª ed. Organização de Mario Osório Magalhães. Pelotas: Editora Armazém Literário, 1997.

OSORIO, Fernando. *A Cidade de Pelotas*. Vol.1, 3ªed. Pelotas: Armazém Literário, 1997.

OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2007.

_____. *Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Pós Graduação em História, 1990. (dissertação de mestrado)

PESAVENTO, Sandra. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

RAMELLA, Franco. “Por un uso fuerte del concepto de red em los estúdios migratórios.” In: BJERG, Maria & OTERO, Hernán. *Imigración y redes sociales em la Argentina moderna*. Tandil: CEMLA-IEHS, 1995. pp. 9-21.

ROSENTHAL, Paul-André. “Construir o macro pelo micro: Fredrik Barth e a microstoria”. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SCHMIDT, Benito Bisso (org.). *O Biográfico: perspectivas interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

SCHRÖTER, Bernard. “Acerca de la posición de la mujer en el contexto del matrimonio en una región fronteriza de la América Hispánica a fines del período colonial. Resultados y desiderada.” In: *Cuardernos AHILA*. Madrid/Berlim; Iberoamericana-Vervuert, n. 04, 1996.

SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In: RÉMOND, René. (org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 232-269.

SHORTER, Edward. *A formação da família moderna*. Lisboa: Editora Terramar, 1995.

SOCOLOW, Susan. *Los mercaderes del Buenos Aires virreinal: familia e comércio*. Buenos Aires: Ediciones de La Flor, 1991.

STONE, Lawrence. *La crisis de la aristocracia. 1858-1861*. Madrid : Alianza Editorial, 1985.

SPALDING, Walter. *Construtores do Rio Grande do Sul*. Volume I e II. Porto Alegre: Editora Sulina, 1969

_____. “Foram os chefes farroupilhas republicanos antes do Seival?” In *Anais do IV Congresso de História e Geografia Sul-Rio-Grandense*. IHGRGS. Porto Alegre: Globo, 1946, v.2, p. 840-850.

THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Organização e tradução de Antônio Luigi Negro e Sergio Silva. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

_____. *A formação da classe operária inglesa*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a paróquia e a Corte: uma análise da elite política do rio Grande do Sul (1868-1889)*. Porto Alegre: PPG-História UFRGS, 2007. (Dissertação de Mestrado)

VIEIRA, Maria Elisabete. *O envolvimento da maçonaria fluminense no processo de emancipação do Reino do Brasil*. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, 2001. (dissertação de mestrado)

WASSERMAN, Cláudia. “A Manutenção das oligarquias no poder: as transformações econômico-políticas e a permanência dos privilégios sociais.” In: *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre, vol. XXIV, n. 2, p. 51-70, 1987.

ANEXOS

Filhos do casal Antonio Rodrigues Barcellos e Rosa Perpétua de Lima

1. Felizarda Rosa de Lima

Nascida no Rio Grande em 1763 durante a fuga da invasão espanhola.

Faleceu em Porto Alegre em 12.06.1804.

Casou em Porto Alegre em 1786 com Custódio Martins Braga.

2. Joaquina de Lima

Faleceu ainda menor.

3. Bernardino Rodrigues Barcellos

Nasceu a 31.03.1766 em Viamão.

Faleceu em Pelotas a 12.08.1856.

Casou em Piratini a 14.10.1804 com Maria Francisca da Conceição.

4. José Rodrigues Barcellos, Comendador

Nasceu em Viamão a 03.08.1767.

Faleceu em Pelotas a 22.03.1849.

Casou em Piratini a 25.06.1799 com Ana Bernarda da Cunha.

5. Maria Angélica de Lima

Nasceu a 05.01.1769 em Viamão.

Faleceu Pelotas provavelmente em 1862.

Casou m Porto Alegre a 08.09.1791 com Manoel Coelho do Couto.

6. Antonio Rodrigues Barcellos

Nasceu em Viamão em 1770.

Faleceu em Jaguarão em data não encontrada.

Casou em Rio Grande a 28.10.1799 com Jacinta Balbina Fagundes.

7. Inácio Rodrigues Barcellos

Nasceu a 08.10.1771 em Viamão.

Faleceu em Pelotas provavelmente em 1863.

Casou em Rio Grande com Emerenciana Manoela Teixeira ca. 1799.

8. Manoel

Falecido ainda menor.

9. Laureana Barcellos de Lima

Nasceu a 06.07.1774 em Viamão.

Faleceu em Pelotas a 16.10.1834.

Casou em Porto Alegre ca. 1805 com Manoel Antonio da Costa.

10. Francisco Rodrigues Barcellos

Nasceu em Viamão a 11.09.1775.

Faleceu a 11.11.1841 em Viamão.

Casou em Viamão com Claudina Marcolina da Silva em 1816.

11. Boaventura Rodrigues Barcellos, Fidalgo Cavaleiro da Casa Imperial, Comendador

Nasceu a 16.10.1776 em Viamão.

Faleceu em Pelotas a 17.12.1855.

Casou em Rio Grande com Cecília Rodrigues da Silva ca. 1808.

Casou em Pelotas com Silvana Eulália de Azevedo a 10.04.1822.

12. Joaquim Rodrigues Barcellos

Nasceu a 20.10.1777 em Viamão.

Faleceu a 12.09.1806 em Rio Grande (Povo Novo).

Casou em Rio Grande a 30.07.1804 com Maria Prudência Pereira.

13. João Rodrigues Barcellos

Nasceu a 11.12.1778 em Viamão.

Faleceu em Pelotas ca. 1828.

Casou com Maria Joaquina Diniz ca. 1809.

14. Cipriano

Morreu ainda menor.

15. Cipriano Rodrigues Barcellos

Nasceu a 03.04.1781 em Viamão.

Faleceu em Pelotas a 04.04.1868.

Casou a 18.12.1810 com Rita Bernarda da Silva em Pelotas.

16. Luiz Rodrigues Barcellos

Nasceu a 19.08.1782 em Viamão.

Faleceu a 01.10.1852 em Bagé.

Casou com Jacinta Joaquina d'Almeida em Jaguarão a 26.08.1819.

17. Ana Luiza Barcellos

Nasceu a 19.08.1782 em Viamão.

Faleceu antes de 1875.

Casou em Viamão a 25.12.1811 com Serafim dos Santos Roballo.

18. Manuel Rodrigues Barcellos

Nasceu ca.1784 em Viamão.

Faleceu a 13.12.1854 em Pelotas.

Casou com Micaela Rodrigues da Silva em Pelotas a 12.08.1816.

19. Simeana Barcellos de Lima

Nasceu a 29.06.1785 em Viamão.

Faleceu em Pelotas a 17.12.1876.

Casou ca. 1817 com o primo materno Boaventura Inácio de Barcellos.

Primeira Legislatura da Câmara de São Francisco de Paula (Câmara Administrativa):

Eleição a 29 de abril de 1832.

Posse a 03 de maio de 1832.

Término de mandato a 16 de setembro de 1832.

Vereadores:

Manuel Alves Morais – presidente

Alexandre Vieira da Cunha

Cipriano Rodrigues Barcellos

Domingos José de Almeida

Dr. João Batista de Figueiredo Mascarenhas

João Alves Pereira

Antônio José Gonçalves Chaves

João Antônio Fernandes Vianna – suplente

Fiscal:

Cipriano Joaquim Rodrigues Barcellos

Porteiro:

Lourenço José Ferreira Santana

Arruador:

Eduardo Kreschmar

Juízes ordinários:

Antônio José de Oliveira Castro

José Vieira Santana

Escrivões (do público, de órfãos, judicial e notas):

Joaquim Barbosa da Silva Azevedo

José Alves de Miranda

Juiz Municipal:

Tomás Francisco Flores

Juiz de Órfãos:

José Vieira Vianna

Promotor público:

Joaquim José da Costa Campello